

MÓVIMENTO

5 ANOS

Cinco anos contra a guerra

Um dossiê da escalada do terrorismo

Direita declara guerra e terror

P.12 e 13



Banca de jornais incendiada em Belo Horizonte

Espancamentos, seqüestros, bombas, incêndios... É a direita fascista em ação no Brasil.

Veja como os grupos clandestinos agem sempre em correlação com os órgãos de segurança do país.

REVELAÇÃO

Movimento publica em primeira mão um texto dos bispos da Amazônia misteriosamente adulterado durante a visita do Papa João Paulo II

Texto da CNBB é adulterado

P.8

DEBATE

TRAVESTIS E PROSTITUTAS

Por Darcy Penteadó, P. 20

O PAPA E O POVO POBRE

Por Pedro de Oliveira, P. 9

A CONSTITUINTE E O PT

Por Alon Feuerwerker, P. 4

Raimundo Rodrigues Pereira

Nossos 5 anos e o futuro

Movimento completou 5 anos. Para o final da semana que passou, estava programada a convenção nacional que atualizaria seu programa editorial e elegeria seu novo conselho dirigente (os resultados da convenção serão publicados em nosso próximo número).

Passada a Convenção, que nos espera? O artigo a seguir, escrito originalmente para o Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Rio de Janeiro, discute o futuro da imprensa alternativa nos anos 80.

O sistema de imprensa, o sistema informativo de um país, não está desligado do seu modelo de desenvolvimento sócio-econômico geral; um país capitalista dependente como o nosso, baseado no desenvolvimento dos grandes monopólios industriais e agrícolas, especialmente estrangeiros, tem uma imprensa que, cada vez mais, é uma imprensa de grandes empresas monopolistas e que, além disso, expressa necessariamente, as necessidades e a política dos grandes grupos monopolistas e latifundiários.

Dentro da oposição popular, vez por outra é resuscitada a tese de que se poderia construir uma imprensa oposicionista popular de grandes tiragens, e, portanto, efetivamente alternativa à das grandes empresas monopolistas desde que se empregasse uma linguagem e uma forma mais próximas do povo e se fizesse uma escolha e tratamento dos temas mais populares. É um pensamento ilusório, que só tem levado a desperdícios de recursos e a frustrações. Não se trata de uma dificuldade de forma, mas de fundo: para conseguir largas tiragens, não basta imaginação e talento — são necessários, em primeiro lugar, grandes recursos materiais, de que as camadas populares não dispõem. O que determina, em última instância, o alcance e a tiragem das publicações não são nem a clareza política, nem a habilidade, nem o talento ou a disposição pessoal dos redatores e políticos ligados à imprensa de oposição popular. Estes fatores influem e não podem ser desprezados, mas os fatores decisivos são o peso econômico das empresas de informação e o nível de renda e de consciência geral do público que, por sua vez, estão intimamente ligados ao nível de desenvolvimento econômico, social, político e cultural do país. Neste sentido é que é preciso reconhecer que a imprensa efetivamente alternativa, à que predomina atualmente, só virá com um novo sistema econômico, social, político e cultural. Para chegar a essa imprensa alternativa, a oposição popular deverá chegar antes a um sistema econômico alternativo. É tão ilusório supor que, nas condições do Brasil atual, por exemplo, se poderia ter uma imprensa popular de grandes massas quanto é ilusório supor que as forças populares poderiam distribuir nacionalmente como alternativa efetiva ao sabão dos grandes monopólios um sabão popular.

Os que lutam por uma imprensa alternativa à atual não devem, portanto, iludir-se com falsos acenos de prosperidade no presente. O seu presente foi, é, e no futuro próximo ainda será de dificuldades; os jornais de conteúdo popular continuarão a nascer e morrer em

prazos curtos, ou a sobreviver com dificuldades extremas, como tem sido a tradição da imprensa popular brasileira. Os que acenam com uma imprensa popular próspera, grande e de vida fácil ou são inexperientes ou ingênuos; ou, conscientemente ou não, começam a defender os métodos e condições que só são possíveis na imprensa da grande burguesia.

Marcada esta limitação essencial, é preciso, no entanto, combater a tese *mais negativa e perigosa* de que a imprensa popular não tem possibilidade na época atual e que os jornalistas mais ligados às camadas populares têm como única tarefa o trabalho interno às redações dos veículos da grande burguesia e latifundiários. Não há dúvida de que a luta dos profissionais mais combativos dentro das redações das empresas jornalísticas tradicionais é a que pode reunir o maior número de jornalistas tradicionais, é a que pode reunir o maior número de jornalistas e tem indiscutível importância social e política. Mas é igualmente um equívoco grave supor que a luta por uma imprensa democrática e verdadeiramente popular deva restringir-se à luta pelo controle e aperfeiçoamento da imprensa dos monopólios e que as forças populares e demais correntes progressistas da sociedade brasileira não devem insistir na construção e fortalecimento de órgãos de imprensa independentes das grandes empresas.

Com a abertura política mesmo limitada e controlada que se observa atualmente, é cada vez mais numerosa e combativa a imprensa popular ligada às várias tendências e facções políticas da oposição brasileira. Esses veículos de tendências políticas têm lutado bravamente para levar adiante seus programas e bandeiras e sua visão do mundo, embora não possam existir como órgãos partidários de forma aberta, visto que não há liberdade para a organização de verdadeiros partidos ideológicos no país. Sua existência reflete o recuo do regime militar e o avanço da luta oposicionista no país nos últimos anos.

Também são expressivas as condições para o fortalecimento da imprensa de unidade popular e democrática, que aglutine as forças oposicionistas mais conseqüentes e mais empenhadas na luta pela melhoria das condições de vida do povo. Ao analisar a conjuntura atual na área da imprensa popular, alguns oposicionistas têm incorrido em outro tipo de erro: o de dedicar pouco empenho teórico e político às tarefas de frente, supondo que a unidade popular será atingida independentemente desse trabalho. Por essa via, acabam na prática acreditando que a abertura atual é suficiente para permitir a existência de publicações partidárias declaradas — o que não é correto. Com esse ponto de vista, acabam também superestimando as limitações e dificuldades das experiências de frente única mais consagradas e mais aceitas, tendendo a negá-las ou repeti-las desnecessariamente.

Na medida em que se agravam as tensões sociais e multiplicam-se as dificuldades econômicas do povo e do país têm se deteriorado também as condições de trabalho dentro das empresas jornalísticas e a sua capacidade informativa. Dessa forma, contraditoriamente, à medida que avança a monopolização e o poder de uns poucos monopólios informativos no país, diminui a sua capacidade de oferecer aos leitores e ouvintes um conjunto resumido, organizado e relevante de informações que os ajude a compreender e a participar do mundo em que vivem.

Diante dessa situação, diante da necessidade cada vez maior que o povo tem de informar-se para poder participar conscientemente, as correntes oposicionistas populares e democráticas têm uma dupla tarefa: por um lado, construir veículos que expressem corretamente os seus pontos de vista sobre as questões mais candentes da luta política e social do momento; por outro, unir-se num programa oposicionista popular e democrático amplo para somar forças e oferecer ao maior número possível, informações e pontos de vista sobre o conjunto muito amplo de questões relevantes que polarizam as atenções dos milhares e milhares de pessoas que estão conscientemente interessadas em participar das inúmeras lutas de nosso tempo.

MOVIMENTO

Conselho de Direção

Aguinaldo Silva, Alvaro Antonio Caropreso, Antonio Carlos Ferreira, Antonio Carlos Moura, Antonio Carlos Queiroz, Antonio Neto, Armando Sartori, Benedito Cintra, Célia Regina de Souza, Chico Pinto, Clóvis Moura, Eduardo M. Suplicy, Elifas Andreato, Fernando Peixoto, Flávio Carvalho, Flávio Dieguez, Jaime Leao, Jaime Sautchuck, Jair Borin, José Crisóstomo de Souza, José Tadeu Arantes, Kurt Mirow, Luiz Bernardes, Luiz Carlos Antero, Luiz Felipe Novaes, Márcio Bueno, Marcos Gomes, Maria Amélia Telles, Maria Elena Pereira, Maria Leonor Viana, Maurício Azedo, Murilo Carvalho, Paulo Barbosa, Perseu Abramo, Raimundo Rodrigues Pereira, Raimundo Teodoro de Oliveira, Renato Godinho, Roldao de Oliveira, Samuel Rodrigues, Sérgio Buarque Gusmao, Sonia Rodrigues e Teodomiro Braga.

Conselho Editorial de Movimento

Alencar Furtado, André Foster, Audálio Dantas, Chico Buarque de Holanda, Fernando Henrique Cardoso, Orlando Vilas Boas, Hermilo Borba Filho (1912-1976)

Diretor Responsável

Antonio Carlos Ferreira

Editor

Raimundo Rodrigues Pereira

Movimento é uma publicação de Edicao S A — Editora de Livros, Jornais e Revistas. Administração e redação: Rua Dr. Virgílio de Carvalho Pinto, 625, Pinheiros, São Paulo, Brasil. Telefones 210 6622 e 210 6.44 Belo Horizonte Av. Amazonas, 135, sala 509 — Edifício Codó Minas, tel. 224.605, Salvador. Rua Caetano Moura, 16, tel. 245 2861, Federação. Distribuição: Abril S A Cultural e Industrial, Rua Emilio Goeldi, 5/5, tel. 65 5115. Composto e impresso nas oficinas da Cia Editora Jorues, Rua Gastao da Cunha, 49, tel. 531.8900, São Paulo. Material Internacional via Varig.

SERVICOS INTERNACIONAIS

Le Monde

Rebolo (1902-1980)

São Paulo perdeu, na sexta-feira dia 11, um dos seus maiores artistas: Rebolo Gonsales, que desde a década de 30 pintava as paisagens urbanas e suburbanas da cidade.

Rebolo foi uma dessas pessoas que chegaram por vias tortas à sua realização. Ele começou a vida como jogador de futebol, em 1917, na Associação Atlética São Bento, para depois se tornar o famoso Formigujinha que deu o título de Campeão do Centenário ao Corinthians Paulista, em 1922. Mas ao lado dos estádios e dos grandes lances de jogador, Rebolo tinha outra ocupação: pintava paredes, decorava casas de granfins da época e interiores de igrejas, como as de Santa Cecília e Santa Ifigênia. Foi um auxiliar seu, Paschoal Graciano, que o aconselhou a trocar tudo pela carreira nas artes plásticas.

É assim que em 1939 Rebolo funda o grupo Santa Helena, que reunia alguns dos mais expressivos nomes da arte moderna brasileira, como Clóvis Graciano, Volpi, Bonadei, Mário Zanini, Fúlvio Penacchi, Manoel Martins, Rizzotti. Naquela época, a pintura era dominada pelos acadêmicos e não havia lugar para outro tipo de produção. O grupo Santa Helena começa a fazer exposições coletivas e divulgar seu trabalho, recebendo visitas de críticos e intelectuais que se estendiam até altas horas da noite pelas cervejarias e cafés da cidade.

Em 1935 Rebolo faz sua primeira exposição e no ano seguinte recebe medalha de ouro do Salão Paulista de Belas Artes e a de bronze do Salão Nacional de Belas Artes, no Rio de Janeiro, que lhe daria em 1937 a medalha de prata. Ainda em 1937 faz, junto com outros artistas, entre os quais Anita Malfatti, a primeira exposição da Família Artística Paulista.

Ao lado do seu trabalho, Rebolo se dedica à militância pela arte e pelos artistas: em 1937 ajuda a fundar o Sindicato dos Artistas Plásticos. Em 1945 funda o Clubinho dos Artistas e Amigos da Arte, com alguns companheiros do grupo Santa Helena. O clubinho seria, durante décadas, um novo ponto de reunião e de discussões de artistas, críticos de arte e intelectuais de todo o país. Em 1948 participa da fundação do Museu de Arte Moderna de São Paulo, além de fazer o jornal "Artes Plásticas", junto com Flávio Motra, Cláudio Abramo, Clóvis Graciano. Rebolo fez uma exposição retrospectiva de 40 anos de atividades, com 320 obras, no Museu de Arte Moderna, em 1973.

Nos últimos tempos, Rebolo continuava sendo um artista disciplinado e alegre, trabalhando nove horas diárias no seu atelier do Morumbi, em São Paulo. Ele dizia "Um dia em que eu não pinto é um dia perdido".

Rebolo não abandonou jamais sua temática da natureza e dos velhos rincões de São Paulo. Sua obra é um importante documento da vida de São Paulo e de sua transformação. A última exposição de Rebolo foi Desenho-80, que reuniu artistas plásticos e desenhistas paulistas para comemorar o 5º aniversário de Movimento.



O ministro Abi Ackel está viajando pelo País para ouvir as lideranças da ex-Arena: o Governo precisa saber exatamente em quem confiar. Com que intenção?

A crise chega ao PDS

Perseu Abramo

O que é que Abi Ackel foi fazer em Minas, Santa Catarina e Rio Grande do Sul? Qual é o significado real do programa de encontros do ministro da Justiça com as lideranças do Partido Democrático Social (PDS) nos Estados?

Quando essas viagens foram anunciadas, em meados de junho, o senador peemedebista gaúcho Paulo Brossard disse que elas lembravam muito as que foram feitas em 1937 pelo então ministro da Justiça Negrão de Lima para anunciar o golpe fascista do próprio Governo, de que resultou o Estado Novo. E o jornalista Villas-Boas Corrêa, escrevendo no *JB* de 24 de junho, disse que o "Governo reconhece... que perdeu o ímpeto, quase deixou escapar por entre os dedos a iniciativa e necessita retomá-la com a devida urgência".

A versão oficial da viagem é a da articulação política do Governo. Isto é, continuando, de certa forma, a missão Portella, Abi Ackel estaria agora incumbido de reforçar o apoio dos parlamentares pedessistas aos projetos que o Governo pretende ver aprovados no segundo semestre, após o recesso, entre os quais a questão das eleições.

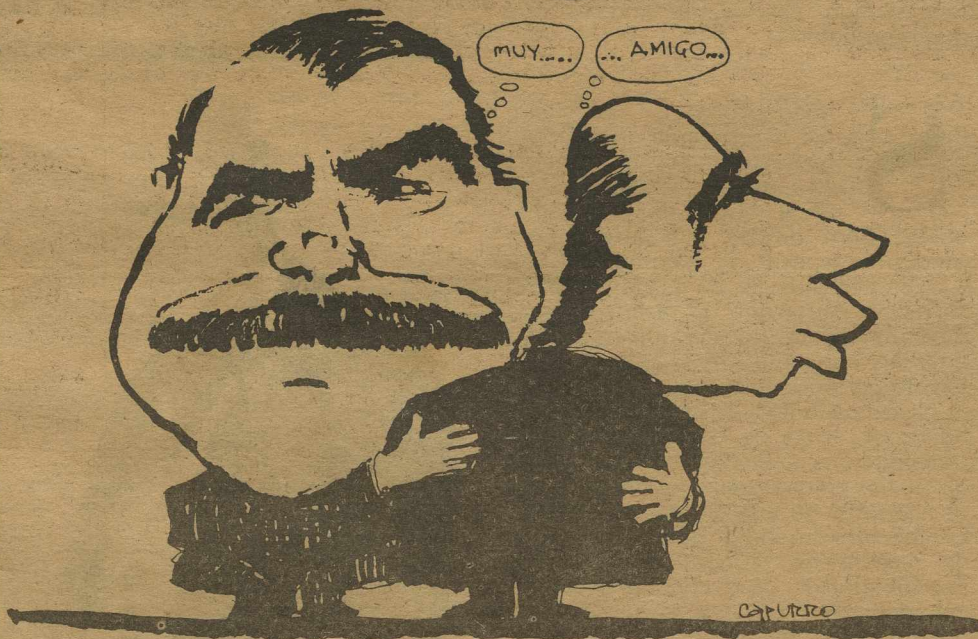
Para José Bonifácio, o ex-líder, o PDS está "entregue às moscas"

É provável, contudo, que haja outros intentos na missão Ackel. O próprio fato de o Sistema ver-se obrigado a encarregar seu ministro da Justiça de realizá-la indica a insegurança do Governo quanto à fidelidade que gostaria de encontrar entre seus correligionários. Mas, afinal, o PDS, sucessor da Arena, já não é mais o maior partido do Ocidente? Parece que não, e que, apesar das intenções originais da Ditadura, são a crise econômica, a reformulação partidária restrita, a anistia parcial e a incompetência das autoridades que estão fazendo periclitar a hegemonia governamental. A máquina de pressão oficial através da corrupção e da repressão policial é ainda muito forte; mas o apoio político-parlamentar está começando a fraquejar. O PDS parece estar fazendo água.

É quem o diz é um próprio membro ativo do Sistema: o ex-deputado José Bonifácio, que já foi líder do Governo na Câmara dos Deputados, é que, de tanto dizer asnerias, chegou a ser qualificado de "O Chalaça da Ditadura". Mas desta vez parece que ele acertou: "O PDS está entregue às moscas", disse, coroando críticas à cúpula e às lideranças regionais, que "vêm demonstrando total incompetência para a formação do Partido nas bases" (*JB*, 14/7).

As divisões internas do PDS que Abi

Colaboraram nessa matéria: Emiliano José e Jadson Oliveira, da Bahia; Carlos Pompe, de Alagoas; Maria do Rosário Amaral, de Minas; José Calixto de Alencar, de Mato Grosso; Luiz Carlos Antero, do Ceará; Antonio Carlos Moura, de Goiás.



Ackel pretende sanar são tão grandes que chegaram a afetar a própria decisão da sua viagem apaziguadora. Tudo começou quando o ministro chamou ao seu gabinete parlamentares pedessistas. O presidente do partido do Governo, senador José Sarney, não gostou, e fez um comentário agressivo: "O PDS não é repartição pública, e, por isso mesmo, tem que ser independente". O líder do Governo na Câmara dos Deputados, deputado Nelson Marchezan, também não gostou, mas foi mais prudente, e transmitiu ao ministro o recado de que "era grande e importante o número de descontentes". O líder no Senado, Jarbas Passarinho, foi mais prudente ainda e não disse nada, mas também não deve ter gostado.

Começou, então, um jogo recíproco de despistamento entre o ministro da Justiça e os dirigentes do PDS, através de telefonemas dados e não dados, horários de avião que não coincidiam, compromissos de última hora e recados indiretos pelos jornais. Para resumir: Abi Ackel pretendia fazer sozinho suas viagens, mas depois teve de aceitar a companhia de José Sarney. Mas Sarney antecipou-se e foi sozinho ao Paraná, enquanto Ackel, também sozinho, ia a Minas. Para Santa Catarina e Rio Grande do Sul a viagem deveria ser conjunta, mas acabou sendo exclusivamente do ministro. Os pedessistas ficaram perplexos, sem saber o que estava acontecendo com o seu próprio partido; ignorância que se junta a outra, já tradicional: geralmente, as bases pedessistas são as últimas a saber o que se passa no Governo, principalmente no gabinete do general Golbery, que parece estar por trás desse misterioso périplo de Abi Ackel.

A ideologia do PDS, ex-Arena, sustentáculo político-parlamentar da Ditadura, é inspirada no golpe de 64 e no seu corolário, o golpe de 68. Por isso, é conservadora, reacionária, beirando as raízes do fascismo tropicalizado. Mas seus dirigentes, aderentes, parlamentares e agentes se preocupam menos com a doutrina e mais "em levar vantagem", como pede o anúncio de cigarros na televisão. Para garantir os ideais da "Revolução" estão aí as Forças Armadas, que não dormem no ponto, e às quais cabe as-

segurar o poder. Os "políticos" do PDS querem é o usufruto desse poder. Por isso é que a missão de Ackel é espinhosa.

Citando novamente o comentarista Villas-Boas Corrêa, do *JB*, a propósito da viagem e de seus objetivos: "Trata-se de levantar as causas dos amuos, dos queixumes, das zangas, da linguagem crua e direta, acertar as contas. Isto mesmo: pagar os atrasados, o prometido e não cumprido. Há muita gente em cima do muro esperando a hora de pular no quintal do Governo".

Os parlamentares querem ser ouvidos: eles tem medo do eleitorado

É isso mesmo. Os pedessistas gaúchos, por exemplo, pediram a Ackel que o partido fosse consultado pelo Governo nas decisões importantes. Eles estavam se referindo, é claro, às decisões da política econômica, que podem afetar as bases de sustentação social dos que pretendem candidatar-se às próximas eleições pela legenda do PDS. O líder governista na Assembleia do Rio Grande do Sul, deputado Rubi Dihei, foi explícito: pediu voz ativa aos parlamentares pedessistas na tomada de medidas como "o confisco da soja, as restrições ao crédito rural, que acabam prejudicando a própria organização do Partido".

A queixa gaúcha é justa, e certamente se repetirá nos outros Estados, apesar do sigilo com que o Governo vem cercado o conteúdo dos encontros do ministro. É que, de Norte a Sul do País, a grande base de sustentação social do Governo continua sendo a classe econômica dominante, isto é, grandes fazendeiros, latifundiários, as multinacionais, o grande comércio exportador e importador, e o capital industrial e financeiro nos centros de capitalismo modernizado. Mas essas forças não se representam diretamente no Parlamento, nas Assembleias e nas Câmaras. E, quando há eleições, os candidatos pedessistas precisam dos votos dos cidadãos, tanto quanto os candidatos dos partidos de oposição. E como conseguir votos com a inflação a mais de cem por cento, falta de emprego, de moradia, de transporte, de escolas, de assistência médica etc.etc.?

É esse o grande desafio político que a Ditadura — agora por intermédio de Abi Ackel — tenta resolver: como agradar gregos e troianos, isto é, como não trair as classes dominantes e ao mesmo tempo atrair os eleitores, trabalhadores e populares? Por isso a viagem do ministro da Justiça tem que ver, e muito, com a prorrogação de mandatos, com as eleições municipais e com as eleições para governadores.

Corrupção e repressão: as duas grandes armas do partido do governo

Na Bahia, por exemplo, as oposições talvez não signifiquem um grande problema para o Governo. Mas a situação, sim. É que o Governo vai ter de contentar os quatro grandes líderes do PDS local: Antonio Carlos Magalhães, Luiz Viana Filho, Juracy Magalhães, e Lomanto Junior. Até agora, a "pacificação" tem sido obtida através da farta distribuição de cargos, postos, benesses e títulos. Isso é perfeitamente possível em eleições indiretas. Mas, e nas diretas? Da mesma forma que em Minas Gerais — onde também as lideranças pedessistas locais disputam as maiores fatias do bolo — talvez o Governo só resolva o problema com as sublegendas. Ou com outros casuísmos mais graves, como a indefinida prorrogação de mandatos ou a repetição da eleição indireta para governadores em 1982. Impedir que isso aconteça será tarefa da oposição.

Quando não consegue comprar, ou corromper, o PDS no poder ameaça com a repressão. No Mato Grosso, o líder governista na Assembleia, deputado Alves Ferraz, disse, a propósito de funcionários demitidos: "Quem não se afinar ideologicamente com o Governo vai para o olho da rua". Em Alagoas, corre o seguinte boato: o senador pedessista (não-biónico) Luiz Cavalcante ameaçou ir para o PP por causa de um parente, Franklin Cavalcante, que corria o risco de ser preterido em algumas pretensões no Banco do Estado; Sarney, presidente do PDS, teria telefonado ao governador Guilherme Palmeira, exigindo-lhe que desse um jeito; o presidente do Banco foi demitido, e o senador não saiu do PDS. No Ceará, Adauto Bezerra, que pretende ser o futuro governador, fez tanta autopromoção no lançamento do PDS que reacendeu uma velha briga com Virgílio Távora e Cesar Cals, ambos também pretendentes ao posto. Em Goiás, gravitam em torno do governador Ary Valladão vários grupos com divergências internas, a ponto de que dois secretários de Estado não conversam entre si: Adjair Lima, da Educação, e Ibsen de Castro, da Fazenda. E assim por diante.

Evidentemente, o caso pior é o de São Paulo. Pouco a pouco, os velhos políticos conservadores se vêm obrigados a retirar seu apoio a Maluf, graças ao arbítrio e à corrupção que caracterizam seu Governo. O mais recente foi o ex-governador Abreu Sodré, a propósito do afastamento de Oscar Segall da Companhia Estadual de Casa Populares.

São esses alguns dos problemas que esperam Abi Ackel nos Estados.

A Constituinte e o Culto ao «Movimento Espontâneo»

ALON FEUERWERKER

O artigo de Daniel Aarão Reis, 'Um Negócio Entre as Elites', publicado na edição passada de *Movimento*, pretende indicar o caminho seguro, através do qual os trabalhadores combateriam todo e qualquer tipo de conciliação com os liberais e com a ditadura, garantiriam para si próprios a necessária independência de classe e, conseqüentemente, inviabilizariam qualquer manobra contra seus interesses.

O que se consegue, entretanto, é repisar velhas teses, que sempre surgem nos momentos iniciais de ascensão da luta operária e popular, sendo enterradas com o seu avanço posterior. A síntese destas idéias é de que a classe operária e os demais setores do povo devem enxergar a luta democrática apenas do ponto de vista de seus interesses imediatos e do ponto de vista da liberdade de organização e expressão, sem entendê-la como parte da luta pela conquista do poder. Neste aspecto, revive a velha "rejeição" pela política, a pretexto de que os trabalhadores não se interessariam pelas variações e oscilações políticas que ocorrem sob o domínio da burguesia.

Estas teses são tão velhas quanto perniciosas para o movimento operário. Na sua base enxerga-se duas componentes essenciais:

1) O culto ao "movimento espontâneo" — Ao dizer que no Encontro Nacional do PT nenhum trabalhador manual defendeu a Constituinte, deduzindo a partir daí que ela não seria uma bandeira popular, o que o articulista faz é se dobrar à consciência espontânea que brota naturalmente da luta econômica, aquela que só enxerga as reivindicações imediatas, ligadas à luta sindical, seja no plano das reivindicações salariais, seja no da liberdade sindical, do direito de greve etc. Ora, este é o marco em que a *burguesia* deseja que a luta operária estacione, pois ela sabe, melhor que ninguém, que apenas a elevação da luta econômica e da luta pelas liberdades elementares à categoria de luta política superior, a luta pelo poder, pode levar a classe operária a se emancipar, libertando o conjunto da sociedade de qualquer forma de exploração e opressão. Todas as grandes conclusões sociais do nosso século (para não falar de antes) demonstraram esta verdade elementar. Os social-democratas russos levantaram essa bandeira (a da Constituinte) mais de 12 anos antes da sua efetiva convocação, já sob o poder dos operários e camponeses. Não consta que com esse fato, tenham os revolucionários russos conciliado com o czarismo; pelo contrário, a incapacidade da aristocracia, da burguesia liberal e dos pequeno-burgueses revolucionários de convocar uma assembleia constituinte que efetivasse as leis que interessavam ao povo, apressou a implantação do poder soviético. Fossem os revolucionários russos guiados pelas idéias de Daniel, a história hoje seria bem outra...

Alon é vice-presidente da União Nacional dos Estudantes — UNE.

2) O temor da "conciliação" — É uma preocupação justa de Daniel. Só que na hora de resolver o problema, ele enfia os pés pelas mãos e acaba favorecendo exatamente aqueles que quer combater.

Se não vejamos: Daniel elogia o programa do PT que, na sua opinião, conteria as questões essenciais à atual luta dos trabalhadores. Sem dúvida que é um bom programa, apesar de incompleto. E a sua parcialidade se dá exatamente no aspecto central que dá razão de ser a qualquer partido político que se preze, a omissão completa em relação à questão do poder. Daniel, ao querer vacinar a classe operária contra a ideologia burguesa, troca de frasco e injeta nos trabalhadores exatamente o que existe de mais odioso nela, a negação da necessidade da luta de massas política. E não venham dizer que a colocação da palavra de ordem "Governo dos Trabalhadores", que chegou a ser esboçada pelo PT, seria mais avançada do que a bandeira da Constituinte. O que materializaria hoje esta palavra de ordem, um governo do PT, Lula para presidente? Seria isto hoje mais avançado do que exigir e lutar por eleições livres e diretas para uma assembleia que, com representantes eleitos pelo povo colocasse na Constituinte a reforma agrária radical, a nacionalização dos bancos e dos grandes monopólios, o ensino público e gratuito, a liberdade sindical e partidária etc. A diferença é clara: Daniel, ao pretender "resguardar" os trabalhadores da luta política real que existe no país, a pretexto desta se dar nos marcos da democracia, acaba se abstendo de intervir no processo real, concreto, "sonhando" com o belo futuro que existe em sua cabeça. Nega-se a apontar o passo concreto para chegar-se ao futuro e, neste sentido, atrasa a sua chegada.

Vejam as contradições de Daniel. Ele elogia o fato de constar no programa do PT a necessidade de lutar pela revogação das leis de exceção, estejam ou não inseridas na Constituição. Não considera isto "conciliar com a burguesia". Engraçado, não é? Lutar pela revogação de algumas leis, antioperárias e anti-democráticas, simplesmente, não é conciliação, lutar pela revogação completa da Constituição burguesa-latifundiária, profundamente ligada aos interesses do imperialismo, a partir de hoje, e não a partir de depois de amanhã, é "fazer o jogo da ditadura e dos conciliadores". Será que não é o contrário, Daniel?

Não se preocupe, Daniel, o povo não será enganado por meias constituintes, assim como não foi enganado pela meia "anistia" do governo. Qualquer estatuto jurídico que não consagra as reivindicações operárias, democráticas e populares será atropelado pelo povo em sua luta. É por isto que se diz que a confiança histórica na classe operária, no seu potencial de luta e capacidade transformadora são inversamente proporcionais ao receio que se tenha em relação à burguesia liberal.

Os revolucionários russos mostraram uma grande verdade: somente a luta pelo poder leva à emancipação do proletariado. (Resposta a Daniel Aarão Reis)



Assine MOVIMENTO por 2 anos

Fazendo uma assinatura bianual você paga menos de Cr\$ 27,00 por exemplares de Movimento, quando nas bancas o preço é Cr\$ 45,00. E ainda pode escolher 6 revistas dos Cadernos do CEAS. Escolha alguns dos temas abaixo.

E receba, gratuitamente, 6 revistas

- Terra, Reforma do Ensino, Desenvolvimento e Liberdade, Segurança Nacional
- Custo de Vida, Família Marginalizada, Grilagem, Anistia, Bóias-frias, Teologia da Libertação
- Ludwig e Amazônia, Teatro Popular, Puebla, Júlio Santana, "Bê-a-Bás" da Economia
- Movimento Popular, Lutas dos Operários, Trabalho Conjunto, CEB, Animação Popular, Socialismo
- Trilateral, Movimento contra a Carestia, Movimento Operário, História de Igrejas, Missão da Terra
- Irrigação no Nordeste, Clube de Mães, Custo de Vida, Feminismo
- Dez anos do CEAS, Lei de Segurança Nacional, Multinationais na Agricultura, Pescadores no NE
- Irã, Direitos da Criança, Transporte do Trabalhador, Pastoral Operária, Demência na Igreja
- Amazônia, Café, Comunicação Popular, Anistia
- Partidos, Operários na Bahia, Salário Mínimo, Puebla
- Oposição Sindical, Sindicato, Greve
- Nicarágua, Tecnologia, Ipatinga, Puebla

Desejo adquirir uma assinatura bianual de *Movimento* e para isso estou enviando o cheque nº....., pagável em São Paulo, em nome de Edição SA, Editora de Livros, Jornais e Revistas, Rua Dr. Virgílio de Carvalho Pinto, 625, São Paulo, SP, CEP 05415.

Nome _____ Idade _____
 Endereço _____
 Cidade _____ Estado _____ CEP _____

Um relatório do Fundo Monetário Internacional exige medidas ultraconservadoras no combate à crise econômica brasileira.

Cuidado! O FMI está chegando

Ricardo Bueno

A direita não está só queimando bancas de jornais para evitar a venda das publicações independentes e atentando contra a vida de pessoas (como o jurista Dalmo Dallari). A direita anda atívisima, também, na área econômica.

A ala mais conservadora do reacionarismo brasileiro está desenvolvendo uma campanha para que o governo jogue a economia brasileira nas águas turvas da recessão. Essa é a única saída para combater a inflação e resolver o problema do balanço de pagamentos, dizem economistas como Eugênio Gudin, Otávio Gouvea de Bulhões e principalmente Roberto Campos (o famoso Bob Fields).

Roberto Campos, o popular Bob Fields, já age como ministro

Bob Fields percorreu todo o país, fazendo conferências e defendendo a recessão. Pediu à Fundação Getúlio Vargas um estudo sobre subsídios (empréstimos a juros de pai para filho) e seu efeito inflacionário, como se já fosse ministro. Agora surge o relatório do Fundo Monetário Internacional (FMI), propondo uma política ultraconservadora para gerir a economia brasileira e ajudando Bob Fields e Companhia. Um relatório que foi divulgado no mesmo dia em que se anunciava que a inflação em julho fora de 6,1% e que o acumulado para os últimos 12 meses atingira 102,4%. A trágica marca dos 100% acabou sendo superada.

U que propõe o FMI? Cortes nos investimentos públicos, fim dos controles de preços, liberação das taxas de juros e maiores facilidades para as importações. A estratégia é manjada. Afrouxar os controles sobre a economia, deixá-la flutuar ao sabor das regras do mercado, e ao mesmo tempo reduzir drasticamente o ritmo de crescimento, provocando a recessão. Os resultados são cruéis: falência de empresas, desemprego e avanço da desnacionalização, já que empresas nacionais em dificuldades acabam sendo compradas a preço de banana por grupos estrangeiros.

A estratégia de Bobs Fields, caso ele se tornasse o condutor da política econômica, seria essa certamente. A de Delfim, embora conservadora, é diferente em vários pontos. Para começar, Delfim sente muito menos atração do que o FMI pela recessão e não acredita nas forças de mercado a ponto de arquivar a atuação do Conselho Interministerial de Preços e deixar que os preços de todas as mercadorias sejam fixados livremente. Além disso Delfim não estaria disposto a soltar os preços e os juros no

momento em que a inflação supera os 100%, pois isso seria alimentá-la ainda mais.

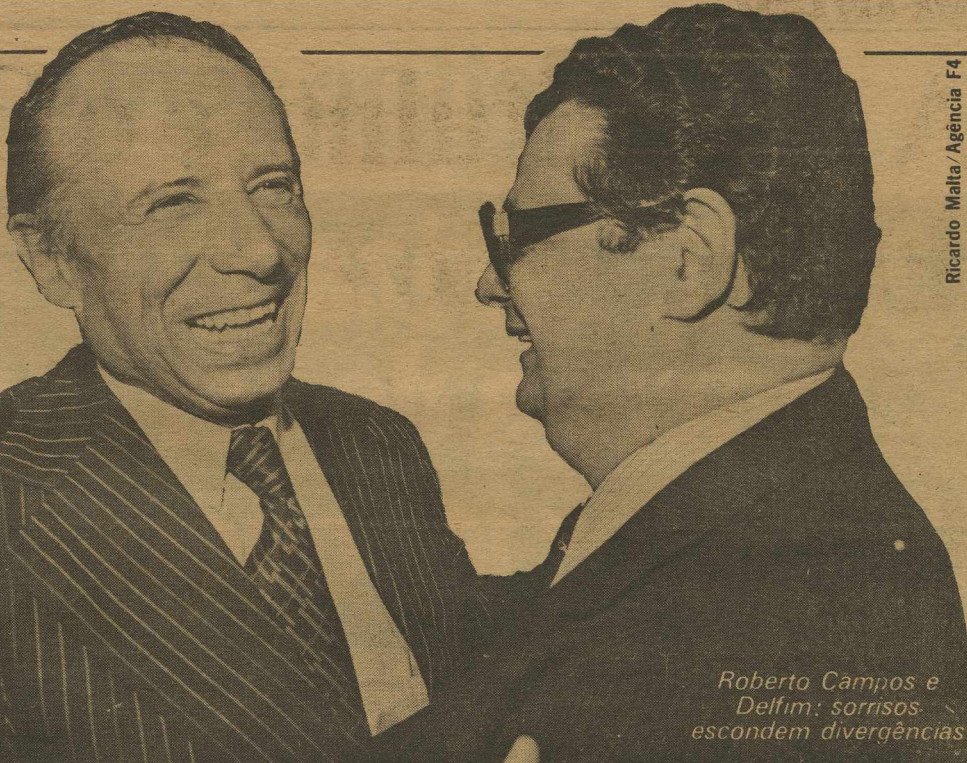
O governo não parece, pelo menos por enquanto, muito atraído pela liberalização da economia proposta pelo FMI. Caso o Brasil encontre dificuldades para obter dólares junto aos banqueiros internacionais e tenha que apelar para o FMI, o peso da proposta ultraconservadora aumenta. Nesse caso, a sobrevivência de Delfim como ministro estaria ameaçada, pois ele não é certamente o homem ideal para conduzir uma política recessiva. Bob Fields entraria em cena.

Num ponto, porém, o FMI e os del-finistas parecem estar de acordo: a atual política salarial é muito "liberal" e dificilmente defensável numa época de inflação tão forte. Na semana passada o ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, andou sugerindo que a política salarial poderia ser revista e os rumores de estudos para seu "embelezamento" são freqüentes. A suposta generosidade da política salarial fica, porém, totalmente desmoralizada quando os indicadores conjunturais do IBGE mostram que o salário médio nominal dos empregados na indústria cresceu 67,5% entre abril de 79 e abril deste ano. Enquanto isso, a inflação no período foi de 87,2% e o custo de vida no Rio de Janeiro chegou a 76,6%. Portanto, o que há é arrocho.

Mas se a culpa não é dos salários, a quem cabe a honra duvidosa de fazer com que os preços disparem no Brasil? A resposta é clara: à política de subsídios generalizados que predomina hoje na economia brasileira. Uma política que, em seus termos mais simples, consiste em emprestar dinheiro do governo a grupos empresariais a juros de pai para filho, ou seja, a juros bem inferiores à inflação. Trata-se de baratear o dinheiro para as empresas, de facilitar sua expansão, de estimular a acumulação de capital.

Como controlar a inflação com Cr\$ 700 bilhões de subsídios?

Essa política foi longe demais e a diversidade de subsídios existentes na economia brasileira, beneficiando a agricultura, a indústria e o setor exportador, é inacreditável. Só que estes subsídios custam caro aos cofres públicos. Basta dizer que este ano o governo vai despendar Cr\$ 700 bilhões em subsídios — o dobro do ano passado. O mais grave é que para distribuir esse crédito barato o governo é obrigado a emitir dinheiro e alimentar a inflação.



Roberto Campos e Delfim: sorrisos escondem divergências

Ricardo Malta/Agência F4

Como? Bem, acontece que uma parte dessa procura de dinheiro subsidiado não consta do orçamento monetário, que é onde o governo faz a previsão de seus gastos e receitas. Ora, quando a demanda por créditos subsidiados supera a expectativa do governo, não há saída senão emitir (e emitir centenas de bilhões de cruzeiros) para atendê-la. Com isso, a quantidade de dinheiro em circulação na economia incha e como não é acompanhada de um aumento correspondente na produção de mercadorias, os preços sobem.

O governo está naquela: se ficar o bicho come, se correr o bicho pega.

A saída então é fácil. Elimina-se os subsídios e ataca-se a inflação pela raiz. Correto, mas a médio e longo prazo. A curto prazo a retirada dos subsídios põe lenha na fogueira da inflação. Tomemos o caso do trigo: subsidiar esse produto vai custar aos cofres públicos Cr\$ 64 bilhões este ano. A idéia do governo era ir retirando gradualmente o subsídio, até que o trigo fosse vendido a preços reais, a preços de mercado. Acontece que encarecer o trigo é sinônimo de encarecer o pão e as massas. E esse é um risco que o governo não pode correr no momento em que a inflação está em mais de 100% ao ano.

Ficamos assim, então: retirar os subsídios é fundamental para combater a inflação e evitar um aumento desordenado da quantidade de dinheiro em circulação. Mas a curto prazo, eis aí o drama, cortar os empréstimos a juros baixos contribui para fortalecer a inflação. Assim, o governo está um pouco naquela situação do se ficar o bicho pega e se correr o bicho come. Para tentar sair desse impasse, o governo vai procurar arrancar dinheiro de circulação, controlar os meios de pagamentos (quantidade de dinheiro em circulação), sem mexer nos subsídios.

A questão é: como então tirar dinheiro de circulação? Existe um instrumento para isso chamado *open market* (mercado aberto). Através dele o governo pode emitir Letras do Tesouro Nacional e Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional e vendê-las. O produto dessas vendas, ou seja, a grana resultante das operações com LTN e ORTN vai para os cofres do Banco Central e lá fica congelada.

Assim explicado tudo parece muito simples. Mas a coisa é um pouquinho mais complicada. Para que as instituições financeiras comprem LTN e ORTN o governo tem que oferecer

uma remuneração (juros) atraente. E o que está procurando fazer neste momento. As taxas das LTN estão liberadas e vão subir rapidamente, diz o Banco Central, para que os bancos as comprem em grande quantidade e assim seja possível retirar uma quantidade significativa de dinheiro de circulação.

Há um detalhe, porém. As taxas das Letras do Tesouro Nacional são tradicionalmente as mais baixas de todos os papéis que o mercado financeiro negocia no seu dia-a-dia. Se os juros das LTN subirem muito, os dos outros papéis (como Letras de Câmbio e Certificados de Depósito Bancário) também terão que subir. Senão todos os aplicadores preferirão as LTN que são garantidas pelo governo e facilmente negociáveis. Mas, o governo adotou uma política de tabelamento de juros. Quem comprar um Certificado de Depósito Bancário, por exemplo, não poderá obter uma remuneração superior a 54%. Porém na medida em que a remuneração das LTN vá se aproximando disso, essa limitação terá que desaparecer. Assim, para colocar LTN à venda e achar compradores o governo tem que oferecer juros apetitosos. E para isso tem que abandonar sua política de tabelamento dos juros.

Alguém poderia dizer: deixe-se o tabelamento dos juros de lado, já que é fundamental que o dinheiro saia de circulação. Aqui novamente surge um problema. Liberando as taxas de juros o governo realmente poderá vender as LTN e retirar a grana de circulação. Mas, também estará dando novo alento à inflação. É fácil entender porque: com as taxas liberadas, os bancos vão cobrar mais caro nos empréstimos às empresas. Logo, os custos financeiros das empresas vão aumentar e estas certamente repassarão esses custos ao consumidor. Mais uma vez se ficar o bicho pega e se correr o bicho come.

Enquanto isso, a direita lança o seu canto de sereia.

Enfim, Delfim e sua equipe estão enredados em problemas gravíssimos e até agora mostraram que não sabem o que fazer. A equipe governamental está que nem barata tonta, enquanto os índices da inflação crescem mês a mês, os meios de pagamentos estouram todas as previsões, os subsídios se multiplicam etc. Enquanto Delfim vai se desgastando, a direita ultraconservadora dá palpites, apresenta seu diagnóstico da situação da economia brasileira, lança seu canto de sereia para ver se o governo a convoca e passa a navegar nas águas da recessão.

1. "Jarizão": a entrega do cerrado aos japoneses

Marcio Bueno

Hoje em dia quando se examina os gigantescos projetos do tipo Jari (do norte-americano Daniel Ludwig), Carajazão (ou Metal Amazon), os contratos de risco para a exploração do petróleo (quebra do monopólio da Petrobrás), ou o Projeto Florestal, é possível imaginar que o regime militar ultrapassou todos os limites em sua fúria de desnacionalização da economia e de alienação das riquezas nacionais. Mas não é nada disso. Embora pareça difícil, crimes muito maiores já estão em plena execução. Como de costume, tudo é feito na surdina.

Desta vez trata-se de um mirabolante projeto agrícola que pelo jeito vai botar o império de Mr. Ludwig no chinelo, apesar de ter características diversas. O plano foi elaborado por uma entidade estatal japonesa e envolverá uma área dez vezes maior que o Jari na produção de soja, milho e sorgo destinados à exportação. O principal importador será o próprio Japão, que atualmente importa 60% dos produtos agrícolas que consome e quer reduzir sua dependência da produção americana. Pelo lado brasileiro, tudo se explica pela astronômica dívida externa contraída pelos governos militares. Em entrevista recente concedida em Salvador, o embaixador e conhecido entreguista Roberto Campos admitiu indiretamente que o volume da dívida está comprometendo o subsolo e o solo do país, como é o caso desse projeto. Disse ele: "os credores estão impacientes (...) Bom, mas há uma tradição de confiança no Brasil. E tem mais: o Brasil tem grandes potencialidades agrícolas e grandes potencialidades minerais".

UMA ÁREA COMPARÁVEL A 10 JARIS

Esse projeto, que já está sendo chamado de *Jarizão*, foi elaborado pela JICA (Japan International Cooperation Agency), um órgão estatal japonês, e teve início durante a visita do primeiro-ministro

japonês ao Brasil em 1974. Os estudos se intensificaram com a visita do general Geisel em 1976 e do ex-ministro Alysson Paulinelli no ano seguinte ao Japão. No ano passado, durante o qual 29 missões japonesas estiveram em visita ao Brasil para cuidar do assunto, a JICA concluiu o seu relatório final, esclarecendo logo no início a proposta que lhe foi feita pelo governo brasileiro, o que naturalmente não era do conhecimento dos nativos: "encontrar a melhor maneira de promover ativamente a implantação da agricultura na região do cerrado, atribuir competitividade internacional à maciça quantidade de produtos agrícolas dela provenientes e embarcá-los aos grandes mercados externos de cereais, através de instalações portuárias localizadas nas proximidades de Vitória, no Estado do Espírito Santo". O estudo do JICA centra-se em uma área de 500.000 quilômetros quadrados, envolvendo o sul do Estado de Goiás, desde uma linha que passa acima da cidade de Brasília, todo o triângulo mineiro, entrando pelo Estado de Minas até perto de Belo Horizonte, conforme mostra o mapa nesta página elaborado pelos próprios japoneses. Esta área, correspondente a mais de 10 Jaris, é a que deverá ser trabalhada durante esta década, embora a proposta preveja uma área muito maior para o futuro: "cerca de 1.300.000 quilômetros quadrados de superfície (aproximadamente 3,5 vezes maior que todo o território japonês)", é o que dizem os próprios autores do projeto. Ou seja, mais de 15% do território nacional estão sendo reservados para matar a fome dos credores internacionais.

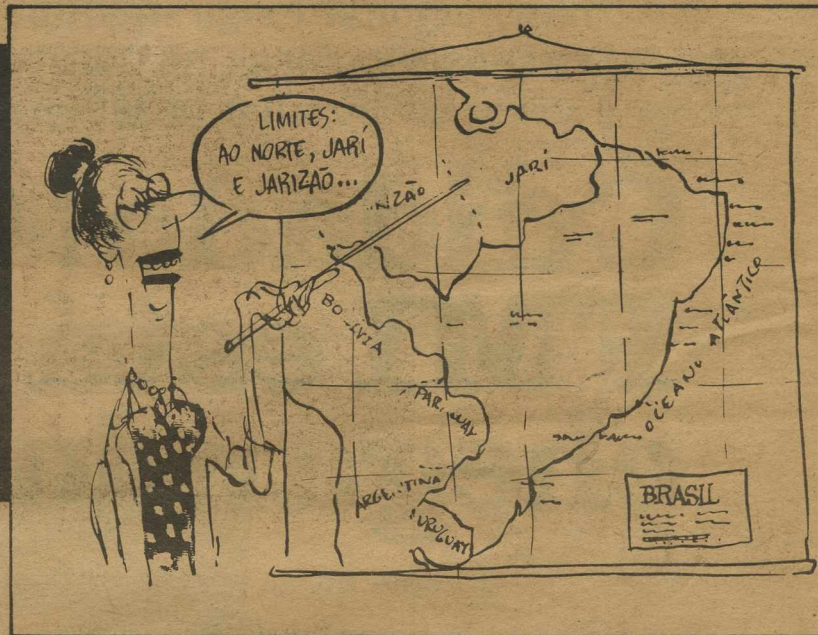
Em seu estudo da região a JICA aponta dois grandes obstáculos: a baixa produtividade agrícola da área do cerrado e a distância que a separa do porto. Mas faz a ressalva de que a região "produz abundantemente calcário e fosfato necessários para o melhoramento do solo do cerrado". Além disso, assinala que metade da rota até o porto de Nova Era, em Minas Gerais, até Vitória, numa extensão de 500 km, "é coberta pela moderna ferrovia da companhia Vale do Rio Doce, que é dotada de uma grande capacidade de transporte". Prosseguindo no estudo a JICA indica ao governo

brasileiro as suas tarefas para que o projeto possa ser implementado, e que podem ser resumidas nas seguintes:

- 1) assegurar o manancial d'água necessário e em seguida construir os cursos, diques, represas etc., capazes de controlar e guiar o fluxo de acordo com as metas de aproveitamento estabelecidas;
- 2) adequar o porto de Capuava, no Espírito Santo, às exigências do embarque maciço de grãos;
- 3) modernizar dois trechos da Rede Ferroviária Federal, incluindo a compra de material rodante: o primeiro, de 621 km de extensão, ligando Pirapora a Nova Era, e o segundo, com 1.307 km, ligando Anápolis a Nova Era;
- 4) construir as rodovias de acesso das zonas produtoras até a rede ferroviária;
- 5) construir os armazéns para guardar os cereais na origem e os silos para o armazenamento central;
- 6) adotar as medidas fiscais para a aquisição de terras, créditos e criação e operação de cooperativas agrícolas, ou seja, a criação de toda a infra-estrutura necessária ao desenvolvimento do projeto, além de créditos e subsídios.

A CONDENAÇÃO DOS TÉCNICOS DO GOVERNO

O caminho sugerido pela JICA é a criação de "fazendas de grande porte a serem exploradas com mentalidade empresarial, buscando usufruir de todas as vantagens oferecidas



pela escala de suas atividades".

Todas elas serão naturalmente enquadradas ao projeto em sua forma de produção, nos gêneros que produzirão e para quem produzirão.

Analisando o projeto dos japoneses, técnicos do Ipea (Instituto de Planejamento Econômico e Social), órgão vinculado à secretaria do Planejamento, não usaram de subterfúgios para condená-lo.

As "considerações sobre o projeto JICA" valeram aos responsáveis pela sua elaboração diversas punições, por ordem de Delfim Netto, incluindo transferências, de acordo com denúncia do deputado paranaense Hélio Duque.

Considerando unicamente a orientação dos japoneses e passando por cima das "considerações" dos técnicos brasileiros, o governo tratou de dar seu aval à implementação do gigantesco projeto.

Foram constituídas as empresas Brasagro, que reúne principalmente capitais de empresas estatais e de bancos brasileiros, e a Jadeco, cujo controle acionário pertence à JICA, com 80% do capital, sendo o restante de bancos japoneses. Essas duas empresas se juntaram para reformar a Campo (Companhia de Promoção Agrícola), com 51%

da Brasagro e 49% da Jadeco. A Campo é presidida por Paulo Afonso Romano e conta em sua diretoria mais um brasileiro e dois japoneses.

"PROJETO DE PROPORÇÕES CICLÓPICAS"

Embora o capital brasileiro seja majoritário, é praticamente certo que o controle real da companhia será dos japoneses, através da JICA. Em primeiro lugar, porque se sabe que os japoneses desenvolveram o método de se associar a empresas de outros países sempre com capital minoritário, mas assegurando o controle real pelo controle da tecnologia ou por cláusulas contratuais. Neste ponto o Brasil já tem um *know-how* respeitável. Basta recordar que a Amza (Amazônia Mineração S/A), com capital majoritário da companhia Vale do Rio Doce e minoritário da U.S. Steel tinha três brasileiros e dois americanos em sua diretoria; no entanto as decisões só podiam ser tomadas por quatro diretores, o que acabava conferindo poder de veto à U.S. Steel. Diante disso não é difícil concluir a quem caberá o mando real na implementação do *Jarizão*.

Resumidamente, este "projeto de proporções ciclópicas", conforme expressão dos próprios japoneses, fará com que o povo e a nação brasileira arquem com os seguintes problemas:

- 1) o país entregará na bandeja toda a infra-estrutura necessária como represas, diques, desvios de cursos de rios, ferrovias, rodovias, porto, armazéns, silos etc.;
- 2) haverá incentivos para a desnacionalização de terras pertencentes a brasileiros;
- 3) o país subsidiará a produção e os transportes no que for necessário para tornar os produtos competitivos no mercado internacional;



2. Aripuanã: um milhão de hectares no jogo da especulação

José Calixto

4) inutilizará, do ponto de vista da produção voltada para o mercado interno, uma vastíssima área do território nacional, intensificando ainda mais a política atual que é a principal responsável pela disparada do custo de vida e pelo desaparecimento de inúmeros gêneros da mesa do trabalhador brasileiro;

5) incentivará a concentração da propriedade fundiária, em uma reforma agrária às avessas, que expulsará de suas terras milhares de pequenos agricultores e suas famílias. O estudo do Ipea alerta para o êxodo rural que o projeto ocasionará na região.

"Está previsto no estudo da JICA que, num primeiro momento, as grandes fazendas absorveriam as pequenas unidades de produção, incorporando os seus proprietários e dependentes como mão-de-obra assalariada. Porém, na medida de seu desenvolvimento e expansão, as grandes empresas acabariam por reduzir, absolutamente, suas necessidades de força de trabalho, despovoando a área e, portanto, fomentando a migração". Diz ainda o documento do Ipea que "o projeto JICA apresenta um pecado original — desocupar, desempregar e expulsar trabalhadores";

6) subordinará todos os produtores a um monopólio da comercialização, que imporá os preços de acordo com seus interesses.

Enfim, este é o *Jarizão*, um projeto entreguista que causa espanto até aos próprios representantes do imperialismo japonês. Eles alegam no início do documento que as principais dificuldades para a sua formulação foram a sua magnitude, as suas proporções ciclópicas, o fato de abranger uma área 3,5 vezes maior que seu próprio território. O projeto de Mr. Ludwig (com outras características naturalmente) já ocupa uma área superior à área de 53 países. "O *Jarizão*" será maior que a área somada desses mesmos 53 países.

Um verdadeiro *Mar de Lama* com interesses sujos e negociatas bilionárias cerca o escândalo das terras da Cotriguaçu no município de Aripuanã. São um milhão de hectares, a segunda maior extensão de terras contínuas do país (só perde para o Projeto Jari) pertencentes a um só dono, que há quase sete anos vêm sendo transferidas de mão em mão, de forma especulativa, contrariando abusivamente os interesses do Estado de Mato Grosso. Enquanto isso, os sucessivos governos do Estado ou assistem omissos a dilapidação de seu território ou até interferem em favor dos especuladores de seu patrimônio territorial, porque são grandes empresários, políticos e figuras intocáveis do sistema.

1,8 BILHÃO DE CRUZEIROS DE DÍVIDAS!

Tudo começa em 1973, quando o governador José Fragelli está precisando de recursos para "inscrever" seu nome na história do Estado, com a construção do estádio que leva seu nome e do Centro Político-Administrativo. Com aprovação do Senado, seu governo alienou dois milhões de hectares, divididos em 10 lotes de 200 mil hectares. Estranhamente, embora tenham participado mais de uma dezena de interessados, ganharam a concorrência pública apenas quatro empresas: a Rendanyl Empreendimentos Ltda. que ficou com um milhão de hectares, a Indeco S.A. — Integração Desenvolvimento e Colonização, com 400 mil hectares; a Colniza, do Grupo Nardella, com 400 mil hectares; e o empresário João Meirelles, com 200 mil hectares. Os vencedores da concorrência, ao firmarem o compromisso de compra e venda, se comprometeram a colonizar a área em cinco anos, assentar 194 mil colonos e implantar toda a infraestrutura, com estradas, escolas, hospitais e outros equipamentos. Bem ou mal, a Indeco, do empresário Ariosto da Riva, foi o único que executou o projeto de colonização. Os demais como a Colniza e o grupo João Meirelles, embora não tenham feito nada que se apresentasse como projeto de colonização, conseguiram "acertar" a sua situação com o governo do Mato Grosso.

A área da Rendanyl está hoje em poder da Cotriguaçu, e é a única que não chegou a uma "solução". A primeira grande falcatura envolvendo essa área surgiu na assinatura da escritura definitiva. A Rendanyl, antes mesmo de concretizar a compra em definitivo, transferiu as terras para a Otsar Empreendimentos Ltda., em cujo nome saiu a escritura. Com a falência da Rendanyl, a área de um milhão de hectares deveria, já em

1974, ter retornado ao patrimônio do Estado de Mato Grosso. Na pressa de construir suas duas "obras imortais", o governador José Fragelli permitiu que a escritura definitiva da área fosse ilegalmente passada para a Otsar Empreendimentos, que nunca demonstrou o menor interesse em colonizá-la.

Quando faltavam quatro meses para esgotar-se o prazo de cinco anos estabelecido pelo governo matogrossense para a colonização da área, os dois irmãos proprietários da Otsar, comerciantes do ramo de tecidos, passaram o controle acionário da empresa para a Cooperativa Central Regional do Iguaçú — Cotriguaçu. Para tanto, o então ministro Karlos Rischbieter, da Fazenda, autorizou o Banco do Brasil a emprestar 1,2 bilhão de cruzeiros. Com esse empréstimo, a Cotriguaçu pagaria as terras e implantaria seu projeto de colonização. No entanto, o Banco do Brasil, com o agravamento da situação econômica do país, liberou somente a primeira parcela de 225 milhões. Assim, além de ter sobre suas terras uma hipoteca do Banco do Brasil que abrange 400 mil hectares, a Cotriguaçu ainda ficou devendo quase toda a área aos antigos proprietários. Além disso, as dívidas da Cotriguaçu, referentes a outros empréstimos bancários, atingem a fabulosa importância de 1,8 bilhão de cruzeiros, o que inviabiliza qualquer projeto de colonização que ela possa apresentar ao governo de Mato Grosso, ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e aos organismos bancários.

Sabendo de sua situação pré-falimentar, vários grupos entraram na disputa pela posse da área. Além da Sharp S.A. — Equipamentos Eletrônicos (que depois de denúncias no Congresso Nacional, provocando um escândalo nacional, desistiu de participar da concorrência que seria realizada no dia 5 de junho para a venda das terras do Aripuanã), entraram na disputa vários grupos como a Jurema Empreendimentos Ltda., Colonizadora Gaúcha Ltda. (em associação com o chefe da Casa Civil de Mato Grosso, deputado Federal Afro Stefanini e o senador Benedito Canellas), a Imobiliária Vera Cruz, o grupo João Meirelles, a Cianorte (Companhia de Melhoramentos do Norte do Brasil), do grupo Gastão Vidigal (Comind), o Banco Nacional, entre outros.

ATÉ A TV GLOBO QUER ENTRAR NA GRANDE JOGADA

E, na semana passada, surgiu mais um personagem: é o empresário Roberto Marinho, presidente das organizações Globo (jornais, rádios e televisão), que enviou dois procuradores com a missão específica de "sensibilizar" o governo de Mato Grosso de que ele é o único que tem condições de executar os projetos de

colonização de acordo com os parâmetros exigidos pelo Estado.

Além de todos esses grupos, a Cotriguaçu, cuja dissolução é inevitável diante da sua insustentável situação econômica, tem em seu encaixo o governo do Mato Grosso que, finalmente, decidiu agir. Depois de entrar com uma ação judicial "Ad Perpetum Rei Memoriam" (vistoria técnica) no ano passado, deu um ultimato à diretoria da Cotriguaçu na semana passada: se em 30 dias a cooperativa não apresentar seu projeto de colonização da área — 600 mil hectares a serem colonizados em quatro anos e os restantes 400 mil hectares em seis anos — além de pagar uma multa de 475 milhões de cruzeiros, importância que o Estado deixou de ganhar com a especulação de suas terras, segundo o secretário do Interior e Justiça, o Estado entra com uma ação, já pronta, de reintegração da área ao seu patrimônio.

Apesar do jogo de interesses e das "forças ocultas", o círculo de entendimento entre o governo do Estado e a Cotriguaçu vai se estreitando. Como já vetou uma vez a venda das terras à Sharp, o governo do Mato Grosso atual segundo o desembargador Salvio Brandão, está no firme propósito "de não mais permitir a especulação de suas terras". Conseguirá resistir às pressões do INCRA, Banco do Brasil e dos interesses dos grandes grupos econômicos que estão direta ou indiretamente na jogada?

MAGALHAES PINTO EM BUSCA DE UM BOM NEGÓCIO

De qualquer forma, as terras da cotriguaçu ainda vão dar muito o que falar. É nelas, por exemplo, que a Cianorte pretende, em consórcio com a própria Cotriguaçu, assentar as 8.552 famílias de proprietários paranaenses que tiveram suas terras inundadas pelas águas da represa de Itaipu. Segundo fontes bem informadas, a transferência desses colonos teria sido decidida durante a campanha eleitoral do atual presidente da República, num acordo entre seu *staff* com um de seus concorrentes, o então senador Magalhães Pinto. A seguradora do Banco Nacional, que fez o seguro de 50 milhões de cruzeiros da Usina de Itaipu, seria responsável pela indenização dos 8.552 proprietários, com áreas inundadas ou a serem inundadas pela represa de Itaipu. Com a transferência dos colonos paranaenses para as terras matogrossenses, mais vastas, mais férteis e mais baratas, os encargos securitários do Banco Nacional seriam tremendamente aliviados. Em troca disso, o sr. Magalhães Pinto teria abandonado a sua candidatura, deixando livre o terreno para o general Figueiredo cavalgar rumo ao Planalto Central.

Tentaram enganar o Papa em Belém

Adulterado o documento (sob guarda do Exército) da CNBB/Norte II entregue à imprensa

Luiz Maklouf Carvalho

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) deverá fazer grave denúncia nos próximos dias: ela suspeita que tenha sido adulterado por forças estranhas o documento distribuído à imprensa nacional e estrangeira por ocasião da visita do Papa a Belém do Pará, no dia 8 deste mês.

No dia 2 de julho, uma quarta-feira, elementos responsáveis pela segurança do Papa e soldados do Exército advertiram os responsáveis pelo prédio em que está sediado o Instituto Pastoral Regional em Belém de que o edifício deveria ser evacuado na sexta-feira, dia 4, pois lá eles se instalariam e ali permaneceriam até o dia 9, dia seguinte ao da visita papal. Esse prédio — no qual

também está instalada a Regional Norte II, da CNBB — fica ao lado da Casa Episcopal, na qual João Paulo II deveria hospedar-se no dia 8; e fica, igualmente, ao lado de uma unidade da 8ª Região Militar.

Realmente, na sexta-feira, dia 4, elementos da segurança e militares do Exército, sob o comando do major Berredo e do capitão Schneider, ocuparam o prédio. Nas dependências da secretaria desse prédio ficaram, trancadas a cadeado, várias cópias mimeografadas do documento elaborado pela Comissão Episcopal Regional Norte II da CNBB, que deveria ser distribuído à imprensa.

Durante o final de semana, não se tem notícia de que alguém tenha entrado no prédio.

Na segunda-feira, dia 7, um religioso foi

ao prédio buscar as cópias do documento e encaminhou-as para a distribuição à imprensa. No dia 9, diversos jornais do país e os jornais de Belém transcreveram a íntegra do documento. Várias pessoas ligadas à Arquidiocese, ao lerem os jornais, estranharam o tom conservador de seu conteúdo, que, em algumas passagens, atacava violentamente as forças democráticas. No dia 10, outro religioso — também professor da Universidade — telefonou à CNBB, pedindo explicações.

Diante disso, o autor do documento original procurou ler a transcrição publicada pelos jornais e verificou alterações substanciais de texto, principalmente nos trechos que se referiam às pressões contra a Igreja e às relações entre a Igreja local e forças democráticas e populares. Observou, também,

que muitas alterações estavam vazadas no jargão habitual de órgãos e elementos de segurança.

As alterações foram feitas com habilidade: à primeira vista, não se nota diferença entre o documento original e o documento adulterado, pois a disposição datilográfica é a mesma em ambos. Somente o tipo de papel, e, naturalmente, as modificações de texto, comprovam que houve adulteração.

As modificações de texto se referem a palavras e expressões, ora suprimidas, ora acrescentadas, ora substituídas, e a dois trechos mais longos, em que o sentido do adulterado é completamente oposto ao do original.

Movimento publica a seguir o documento, com indicação das adulterações efetuadas.

De democrático, o documento da Igreja virou reacionário

Transcrevemos na íntegra, aqui, o texto original da Comissão Episcopal Regional Norte II da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), com a indicação das alterações introduzidas no documento que foi distribuído à imprensa nacional e estrangeira por ocasião da visita do Papa a Belém, no dia 8. As alterações (omissões, adendos e substituições) estão indicadas entre parênteses e em negrito.

Comissão Episcopal Regional Norte II — CNBB.
Pça. D. Frei Caetano Brandão, 17
Belém do Pará

A Ação Missionária da Igreja na Amazônia

Durante muitos anos a ação missionária da Igreja foi vista como o anúncio do evangelho aos pagãos. As terras de missões assim chamadas ficam a cargo das Ordens ou Congregações Missionárias.

A Amazônia foi por muito tempo considerada terra de missão, e assim tratada no próprio trabalho da Igreja. Nessas regiões se desenvolvia um tipo de pastoral que visava, principalmente, manter a vida sacramental dos batizados, isso, sobretudo, devido às distâncias enormes e à carência de um clero local. Não são raros os lugares onde o missionário passava somente de ano em ano.

De algum tempo para cá, verifica-se um processo de mudança na ação missionária da Igreja. Sua atuação transformou-se num esforço de conscientização, num despertar das exigências evangélicas para com a realidade, tudo isso motivado por uma fé pessoal e comunitária em Jesus Cristo, em vista do prosseguimento da missão de Jesus: estabelecer o Reino de Deus.

A. Conscientização da realidade

Não se pode mais definir a ação missionária da Igreja como instrução ou doutrinação de verdades, mas sim como uma ação que procura despertar a consciência dos cristãos para os problemas de sua realidade e para uma tomada de posição, um assumir evangélico dentro dessa mesma realidade.

A sociedade de injustiças e de opressão, de ganância e de desrespeito aos direitos mais elementares da pessoa humana (no texto adulterado: "a sociedade onde existem injustiças, opressão, ganância e desrespeito aos direitos mais elementares da pessoa humana"), não é uma sociedade desejada ou tolerada pelo Deus de Jesus Cristo, mas ela é uma sociedade criada pelo egoísmo dos homens, em particular por aqueles que se aproveitam de sua posição social para dominar os outros. O cristão é chamado a conhecer essa organização social com todos os seus mecanismos, para poder atuar — evangelizar — eficaz-

mente. Pois o evangelho leva a uma ação transformadora. Quando Cristo prega o Reino de Deus, ele prega a vinda de um mundo fraterno, igualitário (no texto adulterado, foi suprimida a palavra "igualitário"), onde todos têm vez para crescer como pessoa humana — irmãos dos seus irmãos — e como filho de Deus.

B. A Comunidade Eclesial de Base

Essa transformação do mundo à qual o cristão é chamado por vocação específica, se realiza de modo exemplar pela Comunidade Eclesial de Base (CEB). Essa perspectiva de trabalho pastoral da Igreja iniciou-se um pouco antes do Concílio Vaticano II e recebeu um forte incentivo pela Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, reunido em Medellín, 1968 (no texto adulterado: 1969); Nota da Redação: a reunião de Medellín foi, realmente, em 1968) e Puebla em 1979, respectivamente. Nessa região Amazônica muitos setores da Pastoral da Igreja organizaram-se em torno da CEB e o número dessas comunidades foi crescendo.

E a célula de base da Igreja (no texto adulterado foi suprimida a expressão "de base") onde o cristão vai se conscientizar e vai exercendo sua transformação junto com seus irmãos (no texto adulterado: "onde o cristão vai se conscientizando e vai exercendo sua vida evangélica junto com seus irmãos"). Na CEB se aprende a viver segundo os critérios do mundo novo anunciado por Cristo (no texto adulterado a expressão "mundo novo anunciado" foi substituída por "mundo desejado"), se analisa a realidade, se vê os problemas que atingem a comunidade — posse da terra, urbanização, saúde, educação... (no texto adulterado: "analisa-se a realidade, vêem-se os problemas que atingem a comunidade — evangelização, posse da terra, saúde, educação...") e se procura meios para resolvê-los. A Comunidade é o lugar onde o cristão aprende a viver a sua responsabilidade para um mundo mais justo, mais humano, mais fraterno, à luz do Evangelho.

O povo aprende, assim, a se organizar para defender os seus direitos inalienáveis, e descobre que só juntos (no texto adulterado foi acrescentada a expressão "dentro da lei", depois de "juntos") que se pode pensar numa melhoria na organização da sociedade (no texto adulterado: "se pode pensar numa melhoria na organização da vida social").

Não há dúvida de que uma atuação desse tipo suscita a repressão por parte dos dominantes e a Igreja da Amazônia já pagou pelo sangue de seus membros o preço de uma ação missionária engajada na transformação da sociedade. Quantos cristãos, posseiros, agentes de pastoral, religiosos, padres ou bispos, não foram ameaçados, presos, espancados e até mortos por causa dessa opção de vida. (no texto adulterado, todo o trecho que começa com "Não há dúvida..." e termina por "... opção de

vida" foi substituído pelo seguinte: "Não há dúvida de que uma atuação desse tipo pode suscitar desconfiança, já que, por vezes, grupos comprometidos com ideologias materialistas e totalitárias buscam aproximar-se da Igreja para realizar suas pregações políticas à sombra da pregação evangélica. Em vez de se pensar em sustar esta pregação religiosa, melhor será cuidar-se de afastar aquela ação político-ideológica").

C. Formação das Lideranças

A comunidade necessita de um mínimo de organização e de estruturação, por isso a Igreja está voltada também para a formação dos líderes dessas comunidades. Através de reuniões, encontros de estudos, assembleias, os representantes de comunidades vão aprimorando suas qualidades de liderança (no texto adulterado: "... de liderança religiosa"). Numa Igreja onde a maior parte da liderança estava na mão do clero e de um clero estrangeiro — 90% — aos poucos os leigos autóctones assumem suas responsabilidades. Em muitos lugares esses líderes têm o seu lugar nos Conselhos de Pastoral, seja a nível parouquial seja a nível diocesano. Assim, a Igreja ganha cada vez mais um rosto amazônico. Surgem também jovens querendo dedicar sua vida a serviço do povo de Deus e estão se preparando nesse sentido. Os religiosos que trabalham nessa linha, longe de pensar numa Igreja meramente leiga, sem qualquer hierarquia que seja, ao contrário redescobrem aos poucos o valor do seu ministério como serviço do povo de Deus.

Cada comunidade tem profunda consciência de ser Igreja e por isto cultiva sua comunhão com o pastor da Igreja local (bispo). Onde existe mais abertura por parte do bispo, nota-se um desabrochar dinâmico das comunidades. O fenômeno das CEBs não pode ser, portanto, considerado como uma espécie de movimento à margem da "Igreja Oficial", mas é a Igreja procurando sua nova maneira de ser no mundo de hoje, não por oportunismo, mas por fidelidade ao evangelho.

D. Participação na Construção da História

A visão eclesial dessas comunidades vai além das suas próprias fronteiras e reconhece na sociedade brasileira de hoje muitas outras pessoas de boa vontade, guiadas por outra ideologia ou filosofia, mas que procuram, também, o surgir de uma sociedade diferente. Sem medo, mas conscientes de sua identidade própria de cristãos, isto é, de homens e mulheres movidos pelo espírito do evangelho de Jesus, os membros dessas comunidades lutam ao lado dos movimentos populares, em busca de mais justiça e fraternidade. Os encontramos nos grupos de defesa dos direitos humanos, nas comissões de bairros, nos sindicatos, atuando também na política partidária. (no texto adulterado,

todo o trecho compreendido entre as expressões "A visão eclesial..." e "... política partidária" foi substituído pelo seguinte: "A visão eclesial dessas comunidades vai além das suas próprias fronteiras e reconhece na sociedade brasileira de hoje muitas outras pessoas de boa vontade, repudiando, entretanto, ideologias ou filosofias que, sob o pretexto de procurar o mesmo objetivo, buscam unicamente aproveitar-se da influência da Igreja. Muitas vezes essas ideologias extremistas apresentam-se como defensoras de nobres ideais, como a defesa dos direitos humanos, organização de movimentos populares e comissões de bairros para defender os pobres, etc., tentando dessa forma iludir as camadas mais sofridas da população. Nas CEBs, sem medo, mais conscientes de sua identidade própria de cristãos, isto é, de homens e mulheres movidos pelo espírito do evangelho de Jesus, os membros dessas comunidades buscam a melhoria das condições de vida da população, procurando mais justiça e fraternidade"). A leitura do evangelho os ajudou a perceber a impossível dicotomia entre temporal e espiritual, entre Igreja e mundo, entre salvação e libertação. Eles sabem que nenhum sistema social poderá jamais se confundir com o Reino de Deus, mas sabem também que um sistema social pode aproximar-se ou afastar-se dessa convivência entre os homens tal como Jesus a mostrou pela sua vida e pelos seus ensinamentos.

Essa maneira de pensar e agir como cristãos pode ser considerada por muitos como total novidade, ao ponto de pensar que ela não tem nada a ver com a Igreja até então conhecida. Mas, se a gente tiver a honestidade de observar de perto essas comunidades, poderá notar em todas elas os alicerces tradicionais da Igreja: o evangelho como referência, a celebração dos sacramentos de Cristo, a comunhão eclesial, e reconhecer o mesmo espírito do Senhor conduzindo, ainda hoje, como há séculos, o processo de evangelização. A missão do Filho se continua através dos seus membros que são a Igreja. Sente-se, em tudo isso, a realização das orientações tanto recomendadas pelos documentos de Medellín, Puebla, e aqui na Região Norte, pela Comissão Episcopal que reúne os bispos do Pará e Amapá.

A linha missionária adotada pela Igreja da Amazônia visa, realmente, participação e comunhão, o que os documentos de Puebla recomendam tanto aos cristãos latino-americanos. Que todos os fiéis participem da vida de sua Igreja local, e, por ela, da vida da Igreja universal, e, como pessoas humanas, não também de participar, junto com os outros cidadãos, da construção de sua Pátria e de sua História.

Que todos procurem juntos, em comunhão, os caminhos que a Igreja deverá trilhar hoje, nessa região amazônica. Comunhão não significa uniformidade, mas respeito mútuo na diversidade dos dons, das atuações e das posições assumidas. Significa, sobretudo, comunhão de todos em Cristo.

O Papa e a Igreja popular

Ninguém Pode Mais Confinar a Igreja à Sacristia

PEDRO A. RIBEIRO DE OLIVEIRA

“A visita do papa foi um ganho para os setores da Igreja comprometidos com as classes e as causas populares. Ninguém mais poderá acusar esses setores de estarem deixando de lado sua missão propriamente religiosa. João Paulo II disse, repetidas vezes, que a fé religiosa não é inseparável da prática da transformação social”



Uma agradável surpresa para os católicos comprometidos com as classes populares, foi o fato do Papa ter definido a sua viagem como uma missão pastoral, e não como uma missão de evangelização. Não se trata de puras filigranas da linguagem eclesiástica, mas sim de uma postura de grande efeito político. Antes de sua chegada, a imprensa anunciava que ele viria como evangelizador, como se a Igreja do Brasil não estivesse cumprindo bem a sua missão de anunciar o Evangelho. Mas aconteceu o contrário: o Papa não veio colocar a Igreja do Brasil “nos eixos”, mas sim veio reforçar, legitimar, o esforço que ela está fazendo para a construção de uma sociedade justa e humana. Bastaria esse fato para podermos dizer que a visita do Papa foi um ganho para os setores da Igreja comprometidos com as classes e as causas populares. De agora em diante, ficou desautorizado qualquer discurso que pretenda confinar a Igreja à sacristia. João Paulo II disse, repetidas vezes, que a fé religiosa não é separável da prática de transformação social, da construção de uma sociedade justa e humana. E não só falou, como reforçou suas palavras através de gestos concretos, como o grande abraço em D. Helder, sua despedida aos operários de São Paulo clamando “pela Justiça, pela Justiça Social”, ou sua oração improvisada “Pai nosso, o povo está passando fome”.

Como explicar esse fato? Tudo parecia orquestrado para manipular a visita do Papa no sentido de que ele reforçasse a Igreja apenas naquilo que ela tem de mais espiritualizante.

Para entender essa reviravolta, é indispensável levar em conta o contexto sociológico dos discursos do Papa. Lidos fora deste contexto, eles parecem ser, em geral, discursos conservadores. Com efeito, não se pode dizer que o Papa tenha oferecido ao Brasil avanços em matéria de doutrina da Igreja, nem no que se refere a seus aspectos internos, nem no que se refere a sua ação no mundo. Falando da dignidade humana como valor incondicional, do direito à vida, do respeito aos Direitos Humanos, do direito de todos aos bens materiais etc... João Paulo II apenas reafirmou pontos já firmemente estabelecidos no consenso dos católicos. Por isso mesmo, pessoas das mais diversas tendências — inclusive do próprio governo, que teve que ouvir, no interior mesmo do Palácio do Planalto, um sermão sobre Direitos Humanos que até pouco tempo atrás seria logo censurado — puderam afirmar estar em perfeita sintonia com o Papa.

Porém, tomados em seu contexto sociológico, esses discursos ganham uma dimensão inequívoca de apoio aos setores da Igreja comprometidos com

as causas populares de transformação social, posto que são eles os que mais precisavam de uma palavra do Papa para atestar, publicamente, sua catholicidade. Ninguém coloca em questão se um bispo conservador está ou não dentro da orientação da Igreja. Mas muitas vezes se levantavam contra bispos como um D. Paulo Evaristo Arns ou um D. Cláudio Hummes, dizendo que eles estavam fora das orientações da Igreja. É por isso que o apoio do Papa foi da maior importância para eles. Vindo apoiar e incentivar a Igreja do Brasil no seu todo, João Paulo II beneficiou principalmente aqueles a quem se acusava de não estarem cumprindo sua missão religiosa e que, por isso, eram os que mais necessitavam de sua aprovação pública. E o discurso aos bispos, em Fortaleza, que só tomou sua forma final na véspera de ser pronunciado, é a melhor evidência desse apoio. Nele o Papa deixa explícita sua aprovação à atuação do episcopado brasileiro, que ele aponta como exemplar.

Por isso, católicos comprometidos com as classes e as causas populares têm toda razão de estar exultantes com a visita do Papa. Mas, podemos perguntar, será que para os movimentos populares em si mesmos esta visita foi um ganho?

Minha resposta é que foi um ganho, sim, também para as classes populares. Para o povo, que certamente não lê os discursos papais, nem se preocupa com as filigranas neles contidas, o que fica é a figura de um Papa que sai de Roma para encontrar-se com o povo, que valoriza o povo, que abraça um operário, que fala aos lavradores, que ouve os índios, que reza “Pai nosso, o povo está passando fome”, que aceita ser rei, irmão, gaúcho, brasileiro.

Essa imagem do grande chefe religioso que se faz próximo do povo, que o entende, que se comunica com ele, ficará na memória popular.

Ora, essa imagem terá um efeito prático muito importante. Se o Papa veio à periferia, veio ao povo, o bispo deve fazer o mesmo. O bispo também deve aproximar-se do povo, escutá-lo, comunicar-se com ele. É isto que o povo vai exigir de seus bispos, de agora em diante. E na medida em que o fizer, ele ganhará para suas causas um setor cada vez mais importante do episcopado, consolidando a aliança entre a Igreja e as classes populares. Nesse sentido, a visita de João Paulo II é um ganho também para as classes populares, e não só para os católicos com elas comprometidos. Seu resultado prático será a intensificação da pressão popular para que a Igreja venha para a periferia, se abra cada vez mais ao povo, e que possa rezar “Pai nosso, o povo está passando...”

(*) Pedro de Oliveira pertence ao CERIS — Centro de Estatística Religiosa e Informação Social, da UFRJ.

encontros com a
CIVILIZAÇÃO
BRASILEIRA Cr\$ 150,00

UMA PUBLICAÇÃO QUE VALE POR VÁRIOS LIVROS A SERVIÇO DA CULTURA BRASILEIRA E DA SUA LUTA CONTRA AS ALIENAÇÕES DA EXISTÊNCIA HUMANA.

N.º 23:

Ordem, Progresso & Dependência, Ênio Silveira • A Questão Energética, Carlos Lessa • A Política Energética no Brasil, Adilson de Oliveira, João Lizardo e Luiz Pinquelli • Violência e Criminalidade, Henrique Santillo • Entrevista com Mário Benedetti • Para deter a Calamidade no Amazonas, Roberto Santos • Valor-trabalho e Ideologia, Eginardo Pires • Dominação Burguesa Versus Democracia Burguesa, Carlos M. Villas • Contra Qualquer Filosofia Oficial, Jean Paul Jovary • A Questão Ideológica, Leonardo Cavalcanti • O Nacional e o Popular, Roberto Ventura • A Dialética do Prazer, Gonzales Duro • E mais contos, poesia, resenhas, etc.

Em todas as boas livrarias e bancas ou pelo reembolso postal à
EDITORA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA S.A.
Rua Muniz Barreto, 91/93 - 21.251 - Rio de Janeiro - RJ
Assinatura anual: Cr\$ 1.500,00. Pedidos à
Depara Marketing Direto Ltda.
Largo do Machado, 4/509 - Rio de Janeiro - RJ

Em Manaus, os setores da Igreja não conseguiram esconder suas divergências

Os índios entram na dança.

Juca Martins / Agência F4



O Papa com os índios: ao lado do Cimi, apesar dos conservadores

MARCIO SOUZA

Na noite da quinta-feira, dia 10 passado, o papa João Paulo II teve um histórico encontro com lideranças indígenas em Manaus. O escritor, teatrólogo e ensaísta Márcio Souza (é autor, entre outros, do romance "Galvez, o Imperador do Acre" e do ensaio "A expressão Amazonense") faz para Movimento um relato das implicações políticas do encontro:

O missionário tentava entrar no palácio episcopal de Manaus quando monsenhor Marcinkus, esta figura que escapou de um filme de Luis Buñuel, segurou-o pelos ombros e deu-lhe um murro no peito. Lá dentro as lideranças indígenas se preparavam para o encontro com João Paulo II e o momento estava tenso como o diabo. O missionário era Egidio Schwade, que ao sentir a pesada mão do monsenhor deu meia volta e foi embora com um aperto no coração nada psicossomático. O murro no peito de padre Egidio, um dos

renomados defensores da causa indígena e homem do Cimi — Conselho Indigenista Missionário — ganhou alguma coisa de simbólico. Desde que o encontro de João Paulo II com as lideranças indígenas foi anunciado para Manaus, já que índios foi o último argumento de Dom Milton Pereira, administrador da arquidiocese de Manaus, para trazer o Papa até a desvairada capital da Zona Franca, as diversas correntes ideológicas no seio da Igreja começaram uma luta cujo fim era de se prever.

Espetáculo artístico

Dom Milton Pereira, um bispo conservador que desfruta da intimidade da decadente elite extrativista do Amazonas, aliou-se ao bispo salesiano Dom Miguel Fodera Alagna, da prelazia do Alto Rio Negro, e procurou tornar o encontro de Sua Santidade com os índios o menos doloroso possível.

Chutes, caneladas, pernadas etc. Sai de baixo: é o Marcinkus em ação

O missionário Egidio Schwade, do Conselho Missionário Indigenista, não foi o único a sentir a pesada mão do monsenhor Paul Marcinkus (veja reportagem de *Marcio Souza*) durante a visita de João Paulo II ao Brasil. E nem foi só a mão que Marcinkus usou nestes dias — também deu chutes, caneladas, pernadas, cotoveladas, joelhadas etc.

O monsenhor foi a vedete do festival de grosserias que rodeou a visita. Uma vedete tão irascível que mais de uma vez recebeu elogios de policiais brasileiros e mesmo de altas figuras do Palácio do Planalto, que consideram seu "estilo" muito direto e firme (quem recebeu seus safanões que o diga!).

Em Brasília, primeira cidade da *tournee* pontifical, Marcinkus deu a primeira mostra de seu "estilo" quando o papa se dirigiu a um seminário — não programado no roteiro oficial — andando a pé no meio da multidão. Irritado com a atitude papal e sem atentar para o fato de estar em área religiosa, Marcinkus começou a distribuir safanões e gritar, puxando o papa de volta ao seu carro.

Ainda em Brasília, durante uma cerimônia na catedral, Marcinkus empurrou um seminarista que se aproximava do altar, tomando de suas mãos uma carta que pretendia passar ao papa. Depois de ter lido rapidamente a tal carta, o monsenhor passou-a ao Núncio Apostólico, Dom Carmine Rocco, que também leu e guardou no bolso. Era uma carta aberta do grupo homossexual "Beijo Livre", criticando declarações do papa contrárias ao homossexualismo.

Mas foi no Rio, segunda cidade da visita, que Marcinkus brilhou através de uma cadeia nacional de televisão: visto no vídeo, em primeiro plano, puxando religiosos e políticos pelo colarinho, quando o papa fez rezar por alguns minutos na capela do Corcovado. Na cerimônia religiosa do Aterro, um dia antes, já havia sido visto jogando pessoas à distância.

Em São Paulo, arrancou máquinas fotográficas das mãos de operários que tentavam fotografar o encontro do papa com Lula, líder sindical de São Bernardo. Diante do atônito Dom Evaristo Arns, arcebispo de São Paulo, ainda abriu algumas máquinas e velou filmes.

Houve queixas contra a intransigência deste guarda-costas em quase todos os lugares. Em Belém, João Paulo II chegou a irritar-se quando Marcinkus fez com que perdesse o equilíbrio durante uma tentativa de afastá-lo da multidão.

Paul Marcinkus, um americano de 58 anos, é hoje o principal homem da segurança papal. É quem organiza todas as viagens, não hesitando em pisotear as hierarquias locais, como aconteceu mais de uma vez no Brasil. É quem dá a última palavra sobre as programações. E, devido à sua estatura avantajada e seu "estilo direto", já foi chamado mais de uma vez pela imprensa européia de "o gorila", além de "anjo-da-guarda".

O monsenhor Marcinkus, porém, é mais do que um guarda-costas. Na realidade: sua principal atividade hoje é administrar o dinheiro do Estado do Vaticano. Presidente do Instituto para as Obras da Religião, que funciona como um banco, ele dirige um verdadeiro império financeiro, cujas contas são objeto do mais rigoroso segredo (mesmo porque o banco do Vaticano não tem obrigação de publicar suas contas).

O nome do bispo Marcinkus — que antes de ir para o Vaticano em 1969 esteve estreitamente ligado ao Continental Illinois Bank de Chicago — se tornou mais conhecido a partir de 1974, com a falência, amplamente noticiada, do financista internacional Michele Sindona (também um escroque de alto

coturno, ligado à Máfia e amigo de Richard Nixon).

Durante os inquéritos instaurados para apurar as tramóias de Sindona o nome do monsenhor Marcinkus foi citado várias vezes, tendo sido levantada a acusação de usar o dinheiro do Vaticano para garantir os investimentos do mafioso. Marcinkus chegou a ser colocado sob investigação pelo Vaticano, que teria perdido na brincadeira, segundo as especulações, cerca de 200 milhões de dólares investidos em empresas imobiliárias e ações que desabaram junto com o falso império de Sindona.

Falou-se até que Marcinkus seria removido para a África do Sul, mas não se provou nada contra ele e o assunto foi esquecido. João Paulo II decidiu mantê-lo no cargo de presidente do banco, atribuindo-lhe outras tarefas de importância.

Como guarda-costas Marcinkus se tornou conhecido — pelo menos no Vaticano, uma vez que o assunto foi mantido em segredo para o público até recentemente — a partir de julho de 1970, quando salvou o papa Paulo VI de um atentado nas Filipinas. Na ocasião um extremista tentou apunhalar o pontífice da Igreja Católica, mas foi nocauteado pela poderosa direita de Marcinkus (a mesma que atingiu o padre Egidio Schwade, do Cimi).

Juca Martins / Agência F4



Monsenhor Marcinkus (circulado): "anjo da guarda" ou guarda-costas?

Ricardo Azoury / Agência F4



Para o Papa

Programaram uma espécie de espetáculo folclórico, com danças que deveriam ter sido apresentadas por depravados representantes da nação Tukano que os métodos eficientes de degradação e genocídio de Dom Miguel Alagna pareciam garantir a coreografia.

O espetáculo teria o comando artístico do vigário da catedral de Manaus, cônego Walter Nogueira, conhecido por aqui como um vigário nos sentidos *strito senso e lato senso* do termo. O piedoso cônego, autor da idéia de fazer presente ao Papa de mil dólares a serem distribuídos para as crianças pobres do mundo, já que em Manaus não há criança pobre, justificou a sua interferência no encontro com os índios pelo fato de sua mãe ter sido uma índia. Pré-requisitos hereditários à parte, a festa folclórica perdeu o seu encanto quando Dom Tomás Balduino, do Cimi, protestou amargamente contra o fato, gerando uma retaliação torpe de Dom Milton Pereira, que em sermão na missa dominical que antecedeu a chegada de João Paulo II, utilizou todos os adjetivos sombrios contra o Cimi, acusando os missionários que de fato querem defender as nações indígenas com a mesma retórica com que comumente condena o diabo e os pecados (dos pobres, evidentemente). Na mesma semana a primazia genética do cônego Walter foi demolida pelo padre Paulo Suess, do Secretariado Nacional do Cimi, que lhe puxou o tapete ao afirmar que não ficava bem um destribalizado coordenar um programa de líderes indígenas ainda perfeitamente integrados na sociedade tribal.

A viagem paga a Roma

E tudo porque Dom Milton Pereira, ávido para agradar o governo do Estado que chegou a lhe pagar uma viagem a Roma, diante das negativas da alta cúpula do Vaticano de incluir Manaus no trajeto de Phileas Fogg que o Sumo Pontífice faria no Brasil, sacou do fundo da algibeira o argumento dos índios, o que parece ter amolecido o protocolo e atraído a atenção do próprio Papa. Mas os índios, para Dom Milton, não passam de um discurso vazio e sem conteúdo. Ele advoga a mesma política liquidacionista dos salesianos do Rio Negro, para quem índio bom é o índio quase morto se prostituindo em Manaus, nas calçadas ou nas fábricas de eletrodomésticos. Tanto prova que o bispo de Manaus desconhece a problemática indígena, que confundiu o cacique Mário Juruna com uma tribo inteira e, na tumultuada noite do encontro, quando tentavam barrar o líder Xavante, gritou no microfone que "os índios da tribo Juruna podiam entrar".

De fato, tudo acabou saindo errado para a perversa ingenuidade da programação original. Mais uma vez a combatividade dos missionários do Cimi, aliados às aspirações das lideranças indígenas mais esclarecidas, acabou rompendo o fundamentalismo salesiano. E um programa que estava mais para o concílio de Trento que para Vaticano II, permitiu abrir um espaço sem precedentes para a voz sofrida dos povos indígenas no Brasil. Pela primeira vez, milhões de brasileiros, via Embratel, puderam ouvir de viva voz o relato de uma história

trágica e a nomeação dos atuais inimigos dos índios. A emoção, o apelo desesperado dos índios, a imagem sem retoque daquela gente magra e triste, calou fundo na consciência nacional. Se não fosse por outras implicações, somente o fato de ter permitido que a palavra das lideranças indígenas chegasse a tamanha audiência já garantia um apreciável crédito a João Paulo II.

Entre pedras e ondas

Mas a dramaticidade do encontro empurrou o significado do evento para além do esperado. No meio da celega eclesiástica, os líderes indígenas marcaram a mais recente posição da luta indígena no Brasil, demonstrando um salto qualitativo de primeira magnitude. A maioria das lideranças indígenas estava ali, frente a frente com o chefe da maior religião organizada do Ocidente. Declarando-se não cristãos, não brasileiros e apelando a Sua Santidade, pela força moral que o posto lhe confere, uma resposta e um alento para uma situação que perdura no tempo e está marcada na história pelo seu lado sangrento. Tocado pela fragilidade e pelo desespero daqueles líderes, "os últimos dos últimos" nas palavras da carta aberta do Jornal Porantim, João Paulo II fugiu do discurso e considerou-os como representantes de nações ameaçadas. E ao considerar a problemática indígena na categoria das questões de nacionalidades, João Paulo II assumiu uma postura política que veio reforçar, para desgosto de Dom Miguel Fodera Alagna as posições esclarecidas do Cimi.

Pelo quadro apresentado, a situação dos índios parecia com a dos mariscos, entre as pedras e as ondas do mar. Mas a imagem não é correta, porque a intimidade, a sensibilidade e a clareza da política do Cimi sempre evitou que os prejudicados nesta batalha inglória fossem mais uma vez os índios. A tenacidade da gente do Cimi e o salto qualitativo das lideranças indígenas, hoje mais bem organizadas e avançadas que muitas categorias de trabalhadores, soube aproveitar a possibilidade única que era esse encontro com o Papa. E se tudo não saiu como estavam esperando, e se o Papa não correspondeu às expectativas, também não se viu o deplorável espetáculo folclórico que os genocidas estavam preparando. E as lideranças indígenas confirmaram mais uma vez que a sua luta depende mais deles mesmos que de solidariedades temporais ou espirituais. Quanto ao Cimi, passadas as escaramuças, ficou o sabor amargo da incompreensão por parte de certo clero defasado no tempo. O mesmo clero que, sem poder retaliar a ousadia, voltou-se contra os próprios índios. Foi o caso dos salesianos que aprisionaram os representantes das nações Tukano e Dessana, impediram o contato desses líderes com a imprensa e amigos, além de enfiá-los num avião da FAB em plena madrugada e remetê-los para o Alto Rio Negro.

O tumulto na porta do palácio episcopal serviu para alguma coisa. No momento em que o missionário Egídio levava um murro do monsenhor Marcinkus, o gesto marcava o instante de maior intimidade entre o Cimi e a alta cúpula do Vaticano.

OPINIÃO

Por que agora estão pedindo que a SBPC volte às origens?

IRACY R. POLETTI

Na evolução da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), a 32ª Reunião, realizada este mês, no Rio de Janeiro, parece estar mobilizando a opinião de alguns setores, inclusive a de seu próprio presidente, para uma volta às origens do organismo. Volta às origens supõe desvio de uma trajetória, alteração de uma linha determinada, afastamento de objetivos.

Que desvio, que alteração, que afastamento terão ocorrido?

Pode-se considerar a entrada ou o "direito de cidadania" adquirido pelas Ciências Sociais e/ou Humanas como um desvio dos objetivos ou da política da SBPC?

Pode-se considerar que a compreensão da reunião da SBPC como um espaço adequado para análises, críticas, denúncias da realidade global, do tipo de sociedade que se está construindo e do regime vigente no Brasil desde o golpe militar de 1964 como um atentado à seriedade do organismo e suas realizações?

Volta às origens... que origens?

Talvez estas origens sejam o dado a ser questionado quando deixa transparecer ou permite supor um ideal de ciência e de saber seriamente questionável, aliás questionado e em contínuo questionamento, nas grandes universidades, nos (grandes) centros ditos ou tidos como "foyers des sciences ou du savoir" do mundo todo. Que ideal de ciência? A ciência pura, a ciência neutra, a ciência e o saber fins em si mesmos, a ciência e o saber isolados da realidade.

Ora, não há ciência pura. Não há ciência ou saber neutros. Defender tal posição é já assumir uma postura ideológica clara.

A ciência, embora transcenda a realidade, elaborando sua explicação teórica, permitindo previsões e projeções, só se justifica — mesmo nos seus aspectos mais particularizados, mais específicos, mais afastados, mais teóricos — se baseada no concreto e orientada em função dele, se inserida e comprometida com a realidade da vida dos homens e com tudo que isto implica.

Neste sentido, ainda que o processo se tenha dado ou se dê com altos e baixos quanto ao aspecto qualitativo de trabalhos apresentados, a abertura da SBPC para o universo vasto, complexo, conflituoso, problemático da realidade brasileira atual é um passo muito significativo.

Mais do que voltar às origens, se impõe avaliar, analisar e aprofundar a linha de uma nova concepção, de uma nova visão que está penetrando e perpassando os trabalhos e atividades de SBPC nos últimos anos.

Contudo, para que esta nova realidade seja um avanço, é óbvio — o contrário seria ingenuidade imperdoável — é necessário que ganhe em

Iracy Poletti é professora de Filosofia e Linguística e pertence à equipe Renov (escritório de assessoria educacional).

qualidade. Qualidade enquanto ciência, enquanto saber, vinculado e orientado no sentido da transformação da realidade, da construção de uma sociedade de justiça, de liberdade, da construção de um mundo em que homens e natureza não sejam selvagemmente destruídos.

Quer queira, quer não, a SBPC não pode ser desvinculada do contexto em que se insere. Seu contexto mais próximo, mais imediato é o da produção e do desenvolvimento do conhecimento, do saber, da ciência. Logo, o do ensino, o da educação (formal). Neste sentido, uma leitura crítica da 32ª Reunião nos remete obrigatoriamente à leitura de um outro texto: o que interroga sobre o produto do sistema de ensino (do primário ao universitário) no Brasil de hoje. Brasil de hoje que vem sofrendo um processo longo de lavagem cerebral e de achatamento do saber.

É importante, então, abordar também a questão da qualidade dos trabalhos aí apresentados. Isto exige que se considerem duas vertentes: a do produtor do trabalho (o pesquisador, o cientista, o especialista) e a do público — que, se supõe e se espera, deveria ser o interlocutor do primeiro.

Em relação ao produtor, encontramos atenuantes caso seu trabalho não reúna todas as qualidades esperadas ou desejáveis: suas precárias condições de trabalho são conhecidas (talvez não suficientemente e eficazmente denunciadas) e estão também inseridas no contexto do empobrecimento cultural crescente. Mas, se os atenuantes explicam, funcionam como reforço do fato de que não é no espaço datado de uma reunião da SBPC, que os milagres de otimização da qualidade devem operar. Esta otimização deve ser a realidade cotidiana, a fim de que acontecimentos como uma reunião de SBPC, ou outras do gênero, possam ser reflexo de uma situação favorável à produção científica.

Em relação ao público há o atenuante do contexto já referido. E uma constatação preocupante se impõe: o público, em sua grande maioria, não está instrumentado para ser o interlocutor. Por várias razões: não domina o código, não conhece os referentes textuais e contextuais, quase não distingue ruídos e redundâncias... o público, com exceção de pequena parcela, poderia quase ser comparado a um recipiente vazio. Porém, com um grande mérito: tem sede de saber, revela um enorme desejo e esperança (vã? legítima?) de encontrar, neste lugar "sagrado" em que "possuidores" do saber se reúnem durante alguns dias, aquilo que sua experiência estudantil e de formação não lhe deu.

Volta às origens...

Não seria mais pertinente colocar a questão de como repensar a ciência, de como atacar e superar o problema da desqualificação da ciência e do saber no Brasil?

É cada vez mais clara a conexão entre a

A direita clanc

Se alguém ainda tinha dúvidas, a direita se encarregou de deixar tudo bem claro na semana passada: é ela quem sempre toma a iniciativa de deflagrar a violência.

Um balanço das atividades terroristas no Brasil a partir de 1968 revela uma correlação inequívoca com os órgãos de segurança, correlação que fica completamente nítida na escalada de atentados cometidos nas últimas semanas.

Basta notar que os atentados praticamente desaparecem no período em que os órgãos de repressão assumem abertamente a atuação terrorista, especialmente a partir de 1970. As prisões irregulares, ilegais, os seqüestros, torturas e assassinato de políticos ocorrem principalmente nesse período, não havendo distinção da ação de grupos paramilitares e a repressão institucional. Quando o Estado assume a forma abertamente terrorista, como nessa época, os grupos paramilitares se tornam desnecessários, ou são absorvidos na rede oficial da repressão; uma lista completa dos atentados terroristas deveria, portanto, incluir os crimes cometidos nesse período em recintos policiais e militares.

Assim que começa a prevalecer a linha Geisel de institucionalização e controle da repressão, depois da demissão do comandante do II Exército, Ednardo D'Avilla, que perdera o controle do Doi-Codi sob sua jurisdição, a extrema direita parece se tornar clandestina dentro da ação semiclandestina dos Doi-Codi. A partir da demissão de Ednardo, os funcionários do Doi-Codi parecem ter sido colocados em função burocratizada de sistematizar toda a informação colhida em interrogatórios violentos do período anterior.

Quando, a partir de 1976, a ação policial se torna mais delicada e certas práticas se tornam problemáticas, há a volta à semiclandestinidade da direita violenta.

Mas as pessoas que vêm seguindo as atividades da direita violenta podem distinguir dois tipos de ação, com características definidas embora seja bem possível a superposição dos dois tipos. O primeiro tipo, que se poderia considerar um pouco menos profissionalizado e mais politizado, prefere atentados contra livrarias, teatros, entidades de massa e agora bancas de jornal. As ações são, portanto, características de grupos que tomam conhecimento das atividades públicas dos opositoristas — isto é, não parecem ações orientadas por arquivos e serviços sistemáticos de investigação. Quase sempre esses atentados são assumidos pelo MAC (Movimento Anticomunista), CCC (Comando de Caça aos Comunistas) e similares. Parece haver uma organização apenas tênue, e as ações concertadas podem ter origem na cópia de exemplo de ações realizadas em outros locais. A origem principal dos militantes desse tipo de terrorismo parecem ser a Polícia Civil, Deops, e grupos paramilitares egressos de 1968, como MAC e CCC, ex-universitários direitistas do Mackenzie e Escola de Direito (de São Paulo).

O segundo tipo de ação clandestina, da qual foi vítima o jurista Dalmo de Abreu Dallari, parece partir de outra área, com características diferentes. Tais ter-

roristas nunca assumem a autoria dos atentados, como no caso anterior. São bem articulados, seguros da impunidade. Ao escolherem alvos, não o fazem de maneira casuística. Não como no caso anterior, por exemplo, de uma livraria baleada porque expunha poster de Che Guevara, mas se orientam, nesse segundo grupo, por informações dirigidas, tipicamente sistematizadas. É o caso da prisão do mesmo Dallari, do jurista José Carlos Dias e outros no dia 19 de abril passado, durante a greve do ABC. A característica da não identificação permanece nessa ação: o próprio Deops onde foram recolhidos os presos afirma "desconhecer" quem tenha efetuado a prisão, mas fica óbvio que a prisão partiu do Doi-Codi, como o próprio secretário de Segurança, Otávio Gonzaga Jr. não pôde deixar de admitir implicitamente. A origem principal desse tipo de terroristas é, com imensa probabilidade, o Doi-Codi.

A mais recente vítima das ações desse grupo, Dalmo Dallari, ressalta a característica da ação como sendo claramente um "serviço profissional": "Eles tinham um serviço para realizar e o fizeram, indo embora o mais rápido possível. Se fossem bandidos comuns, teriam dito palavrões, fariam gíria. Se fossem fanáticos políticos, fariam algum tipo de ameaça, ofenderiam a vítima". Dallari deixa bem claro, portanto, que acredita haver conexões entre seu seqüestro dia 3 de julho e sua prisão no dia 19 de abril, durante a greve dos metalúrgicos do ABC.

Até recentemente as autoridades federais vinham reafirmando que os Doi-Codi tinham sido reduzidos a funções de levantamento e classificação apenas, mas agentes do Doi-Codi foram vistos e fotografados em incidentes públicos como na greve do ABC e nas pancadarias da Freguesia do Ó. O deputado Airton Soares (PT-SP), que conhecia vários agentes do Doi-Codi desde a época em que era advogado de presos políticos, reuniu uma série de fotografias de ações públicas desses agentes, um dos quais extremamente parecido com o retrato falado de um dos agressores de Dalmo Dallari.

Veladamente, portanto, várias autoridades policiais têm confessado a incapacidade de sequer investigar os atentados contra Dallari e contra a sede do Comitê Brasileiro de Anistia (CBA) em São Paulo, pois os Doi-Codi estão sob subordinação direta do comandante do II Exército. Mas, mesmo que não fosse esse o caso, remotas chances haveria de se descobrir algo, pois nenhum dos atentados até hoje registrado teve qualquer apuração. Até mesmo quando o terrorista é preso em flagrante, como aconteceu no dia 1º de abril na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, não há resultado nas "investigações". Também no caso do seqüestro dos uruguaios Lilian Celiberti e Universindo Dias, quando há claríssima identificação dos terroristas, "coincidentalmente" policiais da ativa, o inquérito desenrola-se sob entraves.

Não há, portanto, esperanças de que qualquer investigação realizada pela polícia vá dar em alguma coisa, e muito menos que ocorra qualquer punição, enquanto todo o chamado "aparelho" da repressão política continuar funcionando. E o que é pior, a tendência é que tais atentados se multipliquem, segundo acredita o deputado Airton Soares. (Flávio Carvalho e Lia Ribeiro Dias)

A ESCALADA DO TERROR

1968

- 1 — Bomba no Teatro Gláucio Gil, no Rio, onde se apresentava a peça Juventude em Crise (julho).
- 2 — Invasão e explosão da bomba no Teatro Galpão (Ruth Escobar) em São Paulo, durante a encenação da peça Roda Viva (julho).
- 3 — Atentado contra o teatro Maison de France, no Rio, onde era encenada a peça "O Burguês Fidalgo".
- 4 — Bomba explode no Colégio do Brasil, nas Laranjeiras, destruindo-o parcialmente (setembro).
- 5 — Bomba explode no pátio da Faculdade Federal de Filosofia, em Salvador (setembro).

1970

- 6 — Grupo do CCC do Mackenzie, São Paulo, ataca e comanda a invasão à Faculdade de Filosofia da USP, na Maria Antônia (outubro).
- 7 — A Feira Paulista de Opinião, novamente atacada com uma granada que não detonou, desta vez no Teatro João Caetano (setembro).
- 8 — Bomba de efeito moral e pichação no jornal Pasquim (fevereiro).
- 9 — Outra bomba contra o Pasquim (maio).

1976

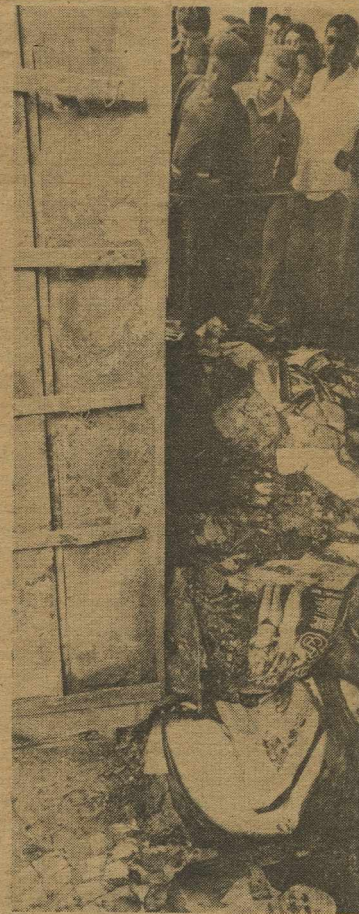
- 10 — Bomba de grande potência explode na ABI (Associação Brasileira de Imprensa), no Rio (agosto).
- 11 — Bomba que não explode é encontrada na sede da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), Rio (agosto).
- 12 — O Cebrap (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento) em São Paulo é atingido por uma bomba que ocasiona princípio de incêndio (setembro).
- 13 — Dom Adriano Hipólito, bispo de Nova Iguaçu, é seqüestrado junto com o seu sobrinho (setembro).
- 14 — Bomba explode na residência de Roberto Marinho, dono de O Globo, Rio. (setembro).
- 15 — Cinco veículos particulares são danificados por bombas. Não se sabe a autoria (outubro).
- 16 — Bomba no escritório do advogado Sobral Pinto (outubro).
- 17 — Bomba no jornal Opinião, Rio (novembro).

1977

- 18 — Um dia após a realização de um ato público pedindo a libertação de estudantes e operários presos em São Paulo, o DA Medicina/UFMG foi invadido, vasculhado e pichado pelo MAC (maio).
- 19 — Casa do presidente da OAB-seção Minas, Raymond Cândido, atingida por tiros (junho).
- 20 — Bomba explode na gráfica da Editora Civilização Brasileira, Rio (dezembro).
- 21 — Seqüestrada a freira Maria da Conceição, Rio (novembro).
- 22 — Padre Joacyr Grandi, em Curitiba, é seqüestrado (dezembro).
- 23 — Estudante de Curitiba é seqüestrado (outubro).

1978

- No dia 13 de maio, simultaneamente, vários atentados foram cometidos:
- 24 — Bomba na igreja de São Francisco das Chagas;
 - 25 — Bomba no DA Medicina/UFMG que ao explodir quebrou não só os vidros da fachada como também trincou o piso de concreto;
 - 26 — Bomba foi atirada no Centro Cultural do DCE/UFMG;
 - 27 — Uma bomba no pátio de estacionamento da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG;
 - 28 — Bomba na Faculdade de Direito da UFMG, em pleno centro de Belo Horizonte;
 - 29 — Bomba lançada contra a sede do DCE da UFMG, Belo Horizonte (28 de maio).
 - 30 — 10 homens quebram os vidros da porta do Diretório Acadêmico da Faculdade de Medicina da UFMG, jogando uma bomba (29 de maio).
 - 31 — Duas bombas explodem no DA da Faculdade de



Uma banca de jornais incendiada (por vender jornais da imprensa passada, e a redação Tempo: a direita violenta promessas...)

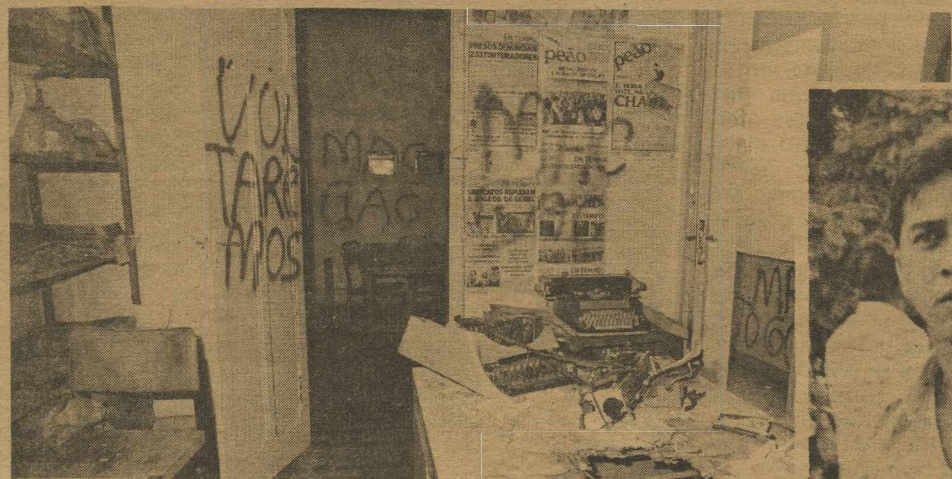
- 32 — Mais duas bombas, uma DA-Medicina (8 de abril).
- 33 — Face sofre outro atentado
- 34 — Bomba é encontrada no onde se realizava manifestação de pela Anistia (18 de abril).
- 35 — Bomba é jogada no jardim do MFPA, dona Helena Gre
- 36 — Bomba na gráfica do DA
- 37 — Na madrugada do dia 21 DA-Medicina/UFMG, danificando-
- 38 — No dia 10 de julho de 19 jardins da Casa do presidente do 200 cartões enviados e já carimba
- 39 — Bomba explode na suc Tempo, 15 dias depois da redação de agosto).
- 40 — Três bombas explodem deral de Minas, por ocasião das o diretório Acadêmico da Escó outras duas no Instituto de Ciênt (setembro).
- 41 — Bomba explode no sa Colégio Santo Agostinho, duran deputado Federal Edgar da Mata pelo Conselho de Universitários C contra a prisão do estudante E (Cajá), em Belo Horizonte (12 de
- 42 — Bomba explode na Igreja Chagas, em Belo Horizonte (setem
- 43 — O carro do advogado G meida é destruído por uma bom quase à mesma hora que o ater Francisco (setembro).
- 44 — A professora Juracilda V Paraná (17 de maio).

direita clandestina e os órgãos de repressão

Destina ataca



Invadida em Belo Horizonte (Imprensa alternativa) na sede destruída do jornal Em sempre cumpre suas



... e permanece impune: um dos supostos autores do seqüestro do bispo de Nova Iguaçu, D. Hipólito, que teve também seu carro explodido, é o militar Ribamar Zamith; também o aluno da escola de polícia de Porto Alegre, Luiz Fernando de Oliveira, mesmo preso em flagrante, continua sem ser incomodado.

31 de maio).
no DA-Face e outra no

(13 de abril).
Colégio Santo Antônio
Movimento Feminino

lim da casa da presi-
co (18 de abril).

UFMG.
de maio, invadiram o
totalmente.

78, foram jogados nos
MFPA/MG, cerca de
dos pelo correio.
ursal mineira do Em
ter sido invadida (18

na Universidade Fe-
eleições do DCE: uma
da de Medicina e as
cias Exatas (1 de se-

nitário masculino do
nte palestra do ex-
Machado, promovida
tóticos para protestar
dval Nunes da Silva
setembro).

de São Francisco das
bro).

eraldo Magela de Al-
ta em Belo Horizonte,
tado à Igreja de São

teiga é seqüestrada no

45 — O professor universitário Paulo de Oliveira Gomes, carioca, residente em Apucarana, Paraná, é seqüestrado e torturado (junho).

1979

46 — Bomba explode no DA da Faculdade de Arquitetura do Mackenzie (14 de maio).

47 — Atentados contra a peça Revista do Henfil, em Brasília, no Teatro Escola-Parque: em 5/6/79 são distribuídos panfletos anônimos com palavras de baixo calão e espalhados pregos do tipo "polvo" no estacionamento; em 6/6/79 duas granadas são encontradas no palco; em 7/6/79 três bananas de dinamite são encontradas sobre poltronas prontas para explodir.

48 — A sucursal do jornal Em Tempo em Belo Horizonte é invadida pela terceira vez. Os invasores derramam ácido sulfúrico ou clorídrico em diversos materiais do jornal, inclusive num aparelho de telex (julho).

49 — Uma bomba formada por quatro ou cinco bananas de dinamite explode na varanda da Escola Municipal Pedro Lessa (Rio). O atentado foi precedido de ameaças de um certo "Centro Revolucionário" durante a greve dos professores (26 de setembro).

50 — Incêndio no Centro Acadêmico 11 de Agosto, durante as eleições (2 de outubro).

51 — Bomba no automóvel do jornalista Hélio Fernandes, diretor do jornal Tribuna da Imprensa, no Rio (outubro).

52 — Dois homens invadem a casa do físico Mário Schenberg e espancam sua mulher. Nesse mesmo período um Movimento de Reorganização Nazista faz ameaças telefônicas ao físico e a outros intelectuais (19 de setembro).

53 — Comando de Caça aos Comunistas invade a sede do Centro Acadêmico da Fundação Getúlio Vargas, em São Paulo, destruindo máquinas, móveis e fazendo ins-

crições nas paredes (11 de novembro).

54 — Por ocasião da visita de Arraes a Belém do Pará o vidro de uma livraria é estilhaçado a tiro. Atribui-se o atentado ao CCC (18 de novembro).

55 — Uma bomba de alto teor explode na Catedral de Nova Iguaçu, Rio, destruindo totalmente o sacrário. O atentado foi reivindicado pela Vanguarda de Caça aos Comunistas em carta endereçada a D. Adriano Hipólito, poucos dias depois de Movimento ter apresentado um suspeito do seqüestro do bispo, ocorrido em 1976 — (20 de dezembro).

56 — Uma bomba no salão da igreja matriz de Nossa Senhora das Graças no Rio (21 de dezembro).

57 — Durante uma reunião de líderes sindicais de Minas, São Paulo e Rio, realizada em Belo Horizonte, explode bomba num automóvel do sindicato dos metalúrgicos de João Monlevade, estacionado na garagem do local do encontro (16 de dezembro).

1980

58 — Uma bomba danificou o palanque da quadra de ensaios da Escola de Samba Acadêmicos de Salgueiro, onde os partidários do PMDB realizariam ato de apoio à criação do partido (27 de janeiro).

59 — Bomba-relógio no auditório da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura impede conferência do líder comunista Gregório Bezerra em Brasília (22 de maio).

60 — Bomba colocada no Hotel Everest, onde se hospedava o ex-governador Leonel Brizola.

61 — Uma bomba explode na sede da Convergência Socialista no Rio (29 de maio).

62 — Duas bombas-relógio explodem na redação do jornal Hora do Povo, no Rio. Os invasores que colocaram as bombas ainda derramaram ácido muriático em máquinas de escrever, telefones e outros equipamentos (30 de maio).

63 — Na Assembléia Legislativa gaúcha, durante sessão em que deputados do PMDB e do PTB homenageavam as vítimas do golpe de 64, um "ovo" (sem gema ou clara) foi lançado das galerias ao plenário, liberando uma substância química de cheiro muito forte, semelhante a gás lacrimogêneo. O autor do atentado foi detido: Luiz Ferrando de Oliveira, aluno da Escola de Polícia (4 de abril).

64 — Espetáculo da cantora argentina Mercedes Sosa, assistido por 10 mil pessoas é interrompido por bomba de gás tóxico (2 de abril).

65 — A vitrina da livraria Capitu, em São Paulo, é destruída a tiros, por duas vezes. O CCC reivindicou o atentado no dia seguinte (2 e 5 de abril). Nesse dia as livrarias Kairós e Livramento também sofrem atentados.

66 — Bomba explode na prefeitura de Resende, cujo prefeito havia se colocado contra a construção de uma usina de beneficiamento na cidade (15 de abril).

67 — Na loja da Caderneta de Poupança Letra, que vendia ingressos para o show do primeiro de maio, explode uma bomba, que destruiu duas portas de vidro (abril).

68 — Bomba contra a Casa do Jornalista, sede do sindicato dos jornalistas de Minas Gerais (27 de junho).

69 — Tiros contra a Livraria Escrita e Agência Brasileira de Reportagens no local onde funcionava também, antes, a livraria Zapata (28 de junho).

70 — Seqüestro do jurista Dalmo de Abreu Dallari, às vésperas da visita do Papa a São Paulo. Dallari foi espancado e esfaqueado quatro vezes (2 de julho).

71 — Tiros contra a sede do CBA, do PT e escritório dos advogados Luiz Eduardo Greenhalgh e Airton Soares (10 de julho).

72 — Tiro contra o escritório do deputado Flávio Bierrenbach do PMDB-SP (14 de julho).

73 — Invasão, roubo de documentos e dinheiro na sede do PT em Jundiá (SP) em 15 de julho. A sede do PT em Campo Grande (MT) também foi assaltada e a casa do líder camponês Manoel da Conceição arrombada e vasculhada três vezes, anteriormente.

74 — Incendiada banca de revista em Belo Horizonte, depois de ameaças de atentados contra bancas que vendem jornais da imprensa alternativa (16 de julho).



A passeata em Andradina, no interior de São Paulo

60 anos depois, a desapropriação

A vitória dos lavradores da fazenda Primavera

Os posseiros da fazenda Primavera, localizada em Andradina, no interior de São Paulo, comemoraram com uma passeata (no dia 10) sua grande vitória: a assinatura, pelo general Figueiredo, do decreto que declarou de "interesse social para fins de desapropriação" os 9.595,30 hectares da fazenda, cuja propriedade era reivindicada pelo industrial e também grileiro J. J. Abdalla, já falecido.

A área, que será dividida em 30 lotes familiares, estende-se pelos municípios de Andradina, Castilho e Nova Independência, e desde a década de 20 há notícias de disputas quanto à sua posse. Em 1943, apareceu a firma Irmãos Abdalla Ltda que, à força bruta, impediu o trabalho de agrimensores que faziam o levantamento da área.

Guardas e guaritas

Embora os capangas de Abdalla criassem clima de tensão e medo entre os lavradores, isso não impediu que a fazenda Primavera fosse, durante a década de 1950, a maior produtora de algodão, feijão e arroz da Alta Noroeste. Em 1963, houve uma passeata em Andradina, em protesto contra o despejo de 23 famílias da fazenda Cafeeira e uma ameaça de despejo na fazenda Primavera. As pressões contra os lavradores continuaram, entretanto. Nos primeiros anos da década de 70 foram distribuídas notificações intimando cerca de 50 famílias e abandonarem a terra em 90 dias. A revolta dos moradores impediu a consumação dessa ameaça, e a fazenda foi obrigada a recolher os avisos. Isso não significou, entretanto, o fim das intimidações, e as notificações foram distribuídas até meados do ano passado, acompanhadas de muitos atos de pressão e violência contra os moradores.

Nos últimos tempos, essas pressões tomaram características dramáticas. Foram colocadas porteiras com guardas e guaritas nos pontos vitais das estradas de acesso à fazenda, a fim de controlar a passagem de pessoas e mercadorias. Além disso, os lavradores eram pressionados para acabar com suas pequenas criações, as ameaças de morte tornaram-se comuns, assim como a derrubada de cercas das roças dos posseiros, a construção de casas dentro dessas roças, o gado solto nas plantações, fazendo com que muitas famílias perdessem toda sua produção. Houve até mesmo o incêndio de uma casa. Tudo isso passou a fazer parte do dia-a-

dia dos lavradores.

Na década passada, a fazenda chegou a abrigar mais de 700 famílias; as pressões e ameaças expulsaram muitas delas, baixando seu número para as 300 que atualmente lá residem. Não é difícil acertar qual foi o destino dos lavradores obrigados a sair: eles transformaram-se em boias-frias nos latifúndios da região, cujo crescimento foi muito grande nos últimos anos. Em 1960, existiam 1.178 propriedades na região de Andradina, que baixou para 645 em 1976.

Neste ano, a luta dos moradores pela posse da terra cresceu, e em maio eles promoveram a maior manifestação já ocorrida em Andradina, com a participação de mais de 3.000 pessoas. Nessa mesma ocasião, agentes do Serviço Nacional de Informações estiveram na região investigando, e eles próprios teriam prevenido os lavradores sobre a iminência da assinatura do decreto de desapropriação, aconselhando-os a não fazerem acordos com as Indústrias J. J. Abdalla.

O decreto presidencial, entretanto, surpreendeu os lavradores, já que não considera J. J. Abdalla como legítimo proprietário do imóvel. Por esse motivo, a União deverá investigar a existência de títulos irregulares de posse na região.

Prefeito protesta

A desapropriação da Fazenda provocou o protesto do prefeito de Andradina, Edmon Alexandre Salomão, do PDS, para quem "não existe tensão social e nem tampouco posseiros na fazenda Primavera" que justifique o ato do governo federal. Um vereador do PDS, Salvador Placco Neto, estava preocupado, pois "a Fazenda Primavera era a única propriedade que arrendava suas terras para produção agrícola; com isso, ninguém mais arriscará manter arrendatários no campo". Já entre os fazendeiros existia a preocupação de que a ressalva no decreto que dá direito à União de questionar o domínio de terras tituladas irregularmente levará o Governo a descobrir outras áreas litigiosas na região, como a barra do Ribeirão Moinho, com mais de 300 mil alqueires.

Entretanto, a vitória causou grande ânimo entre os moradores. Tanto que o lavrador Manoel Batista, que viajou quatro vezes para Brasília para resolver problemas relativos à fazenda, já mandou chamar de volta seu filho de 29 anos que, cansado de lutar, foi trabalhar de carpinteiro na capital. (José Carlos Ruy)

14 mil bancários perderam o emprego, mas eles vão à luta.

No último ano, cerca de 14 mil bancários de São Paulo e Osasco perderam seus empregos. A rotatividade da mão-de-obra — 12% da categoria, que reúne 120 mil bancários — acentuou-se a partir de maio deste ano. E cresceu o desemprego: dos 531 bancários que homologaram suas demissões, em maio, apenas 30% já estavam trabalhando em outro emprego. E dos que tinham conseguido trabalho, só 20% permaneceram no setor bancário.

Todos esses dados fazem parte de um levantamento realizado pelo departamento de homologações do Sindicato dos Bancários de São Paulo que indica, claramente, que a absorção da mão-de-obra demitida, pelo próprio setor bancário, está diminuindo. Além disso, embora a maioria dos demitidos seja jovem (têm entre 20 e 24 anos) e tenha pouco tempo de serviço (de um a dois anos), os bancários com mais tempo de serviço também estão sendo atingidos pelo desemprego.

4 mil num só banco

Esse quadro, na opinião da diretoria do Sindicato dos Bancários, faz parte, de um lado, da velha prática dos banqueiros de rodar a mão-de-obra para reduzir salário. E, de outro, da própria redução dos custos com mão-de-obra, pois há bancos que estão desativando setores inteiros. Um dos demitidos pelo Bamerindus comentava, na semana passada, no Sindicato, que o banco teria demitido 4 mil empregados em toda a sua rede.

Para Rui Sá Silva Barros, secretário geral do Sindicato, o crescimento do número de demissões na categoria é consequência do reajuste semestral, em vigor a partir de 1º de março: "Quem ganhava o piso, em fevereiro, passou a receber Cr\$ 6.100,00. Mas como o reajuste semestral não modifica o piso, que é de Cr\$ 4.200, os bancos estão demitindo e contratando novos empregados com base no piso".

A proximidade do dissídio coletivo da categoria — a data base dos bancários é 1º de setembro — é outro fator que determina o aumento das demissões, numa "ação preventiva" dos banqueiros. Segundo Rui Sá Silva Barros, os grandes bancos privados — como o Bradesco, o Itaú, o Real, o Safra e o Bamerindus — são os que mais estão mandando embora seus empregados.

O desemprego e a ameaça constante de demissão são fatores que estão contribuindo para a organização dos bancários de São Paulo: na próxima quinta-feira, dia 24, vai ser realizada a primeira assembleia geral da categoria para discutir e definir as reivindicações de sua campanha salarial em função do dissídio coletivo da categoria.

O processo de organização, e discussão, começou no mês passado, com reuniões por bancos e assembleias regionais. Esta será a primeira campanha em que os bancários, aproveitando a experiência de outras categorias como os metalúrgicos, descentralizam sua organização e criam comissões de mobilização em cada setor de São Paulo, além de Osasco e Jundiaí, onde há grande concentração de trabalhadores.

Ainda dentro da preparação da campanha salarial foi realizado, no dia 12 de julho, o II Congresso Municipal de Bancários, quando se discutiu a organização da campanha e a criação, a exemplo do que foi feito em São Bernardo, de uma associação beneficente para gerir os recursos do Fundo de Greve. No final da semana passada, deveria ser realizado em São Bernardo do Campo (SP), o Encontro Nacional dos Bancários, promovido pela Confederação dos Trabalhadores em Empresas de Crédito — Contec. O objetivo básico desse encontro era de unificar as reivindicações de todos os bancários e definir os passos das negociações, para que não haja descompasso entre as decisões dos vários Sindicatos de Bancários. Com exceção de Pernambuco, todos os bancários do país têm, hoje, a mesma data-base: 1º de setembro.

A posição que o Sindicato dos Bancários de São Paulo levaria ao Congresso era de defesa do estabelecimento de um calendário de negociações para os 110 Sindicatos de Bancários existentes no país. No entanto, segundo Rui Sá Silva Barros, a direção de São Paulo não era favorável à criação de uma comissão de negociação a nível nacional, porque as decisões não poderiam mais ser adotadas pelas assembleias.

Mais dinâmico que 79

Ainda é difícil medir a disposição dos bancários paulistas para a campanha salarial, embora as assembleias regionais tenham sido bastante concorridas. No entanto, as formas de organização já adotadas pela diretoria do Sindicato são bem mais dinâmicas do que na campanha de 79. Além da organização regional, com a criação de subsedes, os bancários já identificaram 20 pontos que consideram privilegiados para uma atividade constante, como comícios e panfletagem, da Comissão de Mobilização. Aprendendo com a experiência dos metalúrgicos de São Bernardo, o Sindicato também passou a editar um boletim diário — *Suplemento da Folha Bancária* — com notícias sobre o movimento sindical, publicadas nos jornais do dia, e sobre o setor bancário. Além disso, a *Folha Bancária* passou de mensal a semanal: o jornal tablóide, com quatro páginas, elevou sua tiragem para 90 mil exemplares. (Lia Ribeiro Dias)

Dirigentes junto com as oposições

O encontro regional de Minas Gerais, preparatório ao Encontro Nacional de Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical — EN-TOES —, conseguiu reunir, em Contagem, no último dia 13 de julho, cerca de 200 delegados representando 25 categorias. Participaram dirigentes sindicais combativos como João Paulo Pires de Vasconcelos, do Sindicato dos Metalúrgicos de João Monlevade, e Arlindo Ramos, do Sindicato dos Bancários, Wagner Benevides, do Sindicato dos Petroleiros. E, como convidado, Olívio Dutra, presidente afastado do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre.

Sem dúvida, foi o encontro regional do ENTOES mais representativo, já que conseguiu envolver importantes dirigentes sindicais e oposições sindicais comprometidos com a luta pela autonomia das entidades. As resoluções do encontro refletem a composição de seu plenário: o divisionismo e o sectarismo foram violentamente condenados e decidiu-se pelo combate às teses de sindicalismo paralelo e pluralista. Ao

mesmo tempo, o plenário aprovou o apoio à formação de chapas combativas para concorrer às eleições em oposição às diretorias pelegas, o que significou o fortalecimento de oposições sindicais como a dos metalúrgicos de Belo Horizonte, Contagem e Betim.

Na plenária final do encontro, os dirigentes sindicais mineiros e militantes de oposição decidiram lutar pelo salário mínimo real unificado, estabilidade e garantia de emprego, reintegração dos sindicalistas cassados (como Lula e Olívio Dutra), por liberdade e autonomia sindical, contra a carestia e pelo congelamento dos preços dos gêneros de primeira necessidade, por reforma agrária e direito de greve.

Outra importante decisão do EN-TOES mineiro foi a união dos sindicalistas combativos e oposições sindicais na luta contra o peleguismo e, também, o desenvolvimento de um trabalho unificado dos Sindicatos e entidades populares e democráticas em comitês de solidariedade às lutas populares. (Maria do Rosário Amaral, de Belo Horizonte)

PARÁ

A lei dos posseiros

Os posseiros do Baixo Tocantins, no Pará, já têm sua própria lei: a "lei anilzinho" ou "lei dos posseiros" — como estão sendo chamados os 12 pontos de luta aprovados no encontro "Terra para quem nela trabalha". O encontro se realizou nos dias 8 e 9 de julho, no município de Baião, localidade de Anilzinho. Perto de 150 trabalhadores rurais participaram.

Para marcar sua presença, eles começaram vencendo um desafio: o local escolhido para o encontro foi dentro da área disputada pelo grileiro Gustavo Barreto. O grileiro tentou impedir a construção do barracão para a reunião, mas os lavradores o levantaram. Além de Gustavo Barreto, outros grileiros foram denunciados: Lázaro Barbosa e Lázaro Polleto, e as fazendas Jatobá, Araras e Incobal, financiadas pela Sudam.

Constatando a completa inoperância de tantas idas às autoridades, sem nunca terem conseguido nenhuma solução efetiva, os lavradores fizeram a lista das autoridades mais mentirosas. Os mais votados foram o governador do Pará, Alacid Nunes, o senador Jarbas Passarinho, o deputado do PDS local, Domingos Juvenil e o atual presidente do Getat, Iris Pedro de Oliveira.

O resultado mais importante do encontro foi a lei dos posseiros.

- 1 — Resistir na terra;
- 2 — A terra é da comunidade;
- 3 — A terra é para trabalhar nela, quem vende sai da área;
- 4 — Fazer demarcação. Não esperar pelo topógrafo, nem pelo governo;
- 5 — Defender a terra com armas, se for preciso. Reagir ao ataque do grileiro;
- 6 — Denunciar as arbitrariedades às comunidades vizinhas, ao Sindicato, às entidades de apoio e à imprensa. Que haja solidariedade mútua entre as comunidades. Cada uma deve ajudar a outra na defesa da terra;
- 7 — Fazer oposição sindical e política, para que o Sindicato seja dos trabalhadores. Trocar os delegados sindicais pelegos;
- 8 — Onde tiver delegacia sindical criar uma comissão de terras;
- 9 — Construir a casa comunitária e exigir posto médico e escola para ter mais segurança na terra;
- 10 — Organizar a comunidade com homens, mulheres e jovens;
- 11 — Criar um fundo de garantia para manutenção de encontros e outros interesses da luta;
- 12 — Lutar pela Reforma Agrária radical e imediata. (Luiz Maklouf e José Maria Souza de Belém).

ENGENHEIROS/SP

Deu oposição na cabeça

As manobras da atual diretoria do Sindicato dos Engenheiros de São Paulo, encastelada no poder há 20 anos, não deram certo. No segundo escrutínio das eleições, realizado no começo da semana passada, conseguiu-se o quorum legal que deu a vitória à oposição. A chapa "Oposição e Renovação", encabeçada pelo deputado federal Horácio Ortiz, do PMDB, conseguiu 530 votos, contra 286 dados à chapa "Unidade e Ação", encabeçada pelo engenheiro Ciro Peixoto dos Santos, presidente da entidade há nove mandatos.

A chapa "Oposição e Renovação" foi formada a partir de uma ampla composição dos setores da oposição e tem, entre seus integrantes, engenheiros ligados ao PMDB e ao PT.

Apenas um grupo da oposição não participou da Chapa 1 (o jornal *Hora do Povo* foi o único jornal alternativo oposicionista a criticar abertamente a chapa de Ortiz, classificando-a de "divisionista"). Um dia antes do encerramento do prazo para inscrição de chapa esse grupo decidiu compor-se com a situação.

Durante toda a campanha, segundo denúncias feitas por Horácio Ortiz, a diretoria tentou golpear a oposição. Isso levou a oposição a entrar com um recurso, após o primeiro escrutínio quando não foi conseguido quorum, porque, no dia da eleição, a lista de votantes tinha 500 nomes a mais do que aquela fornecida à oposição.



A vida miserável dos canavieiros da Usina Jaciara, no Mato Grosso

Cenário bonito, trabalho duro

Por trás dos imensos canaviais da fazenda Jaciara, o suor de 800 famílias de lavradores

José Calixto

"Trabalhador é que nem cachorro sem prestígio. Cura a bicheira e volta pro trabalho". A frase, dita pelo trabalhador José Bernardo dos Santos, 27 anos, salário de pouco mais de 3 mil cruzeiros por mês, aparentemente sem nexos, reflete em parte o sistema de opressão e falta de assistência em todos os setores a que são submetidas 800 famílias de canavieiros, na região leste de Mato Grosso.

A beleza da paisagem oferecida pelos imensos canaviais, ao longo da BR-364, esconde uma realidade bem diversa e bastante amarga. Para que cada pé de cana crescesse, primeiro os canavieiros derramaram seu suor que fertilizou ainda mais o chão e, depois, durante o corte, absorveram em seus corpos desnudos e suados o pelo ardido dos canaviais.

Uns sofreram até mais, com as feridas mal curadas feitas pelo fio da foice ou do facão amolado. Ou ainda, com o apêndice estupidado pelo esforço desmedido, com a fome, com a falta de higiene e de assistência, que rondam todos os cortadores de cana da região compreendida pelos municípios de Jaciara, Jucimeira, Dom Aquino e outras localidades. A dimensão de todos esses problemas aumenta ainda mais quando se estende a mesma situação de miséria absoluta aos seus dependentes, formando um contingente de aproximadamente 8 mil pessoas que subsistem a duras penas com o trabalho de plantio e corte de cana.

Sem gozar dos benefícios do Funrural, férias ou 13º salário — embora a usina Jaciara, que emprega direta ou indiretamente 800 trabalhadores, reconheça a condição de empregados — os canavieiros, quando ficam doentes, são obrigados a pagar metade do seu tratamento médico-hospitalar. As contas dos hospitais, que cobram preços exorbitantes, são descontadas, até antecipadamente, no pagamento quinzenal a que cada um tem direito pelo serviço executado.

Tertuliano Lino da Silva, 31 anos, casado, 5 filhos, teve o apêndice estupidado, quando cortava cana numa lavoura da localidade rural de São Pedro da Cipa. Tinha em haver com a usina Jaciara Cr\$ 4.500,00 mas só no "bolicho", onde faz compras, devia Cr\$ 5.000,00. E pior: antes de ser operado, ameaçaram cobrar-lhe o atendimento hospitalar, embora ele fosse, como muitos,

contribuinte do Funrural.

Feições crispadas, profundas rugas, barbas crescidas, cabelos em desalinho que o surrado chapéu mal consegue disfarçar, semblante cansado e preocupado: eis o perfil do cortador de cana. Também não é para menos. Para sobreviver, o trabalhador, esposa e filhos crescidos, todos labutam das 5 ou 6 da manhã às 6 ou 7 horas da noite, por um salário que varia de 3 a 4 mil por mês, para homens adultos, e 1.200 cruzeiros para crianças e mulheres.

"O que a gente ganha aqui dá nem para comprar roupas nem calçados", revela o canavieiro Crispiniano Leite Cavalcanti, que deve Cr\$ 4.000,00 ao armazém, "bolicho" na linguagem deles. "Por isso, somos obrigados a trabalhar descalços, de sol a sol".

Cada canavieiro recebe sua remuneração por metro cúbico de cana cortada, e a usina Jaciara, a única em Mato Grosso, utiliza um estranho método para fazer a medição: 5 fileiras de 100 metros de comprimento equivalem a um metro cúbico. "No final do dia, se o cabra não for macho mesmo, ele não corta 50 metros de cana" — afirma Isaias Queirós, 44 anos. Segundo os trabalhadores, usando esse método, "a usina passa o pé na gente, porque em cada 100 metros cúbicos de cana cortado eles roubam mais 300".

A exploração a que a usina Jaciara submete seus cortadores é tanta que não permite a eles fazer qualquer tipo de reclamação. Quando alguém ousa fazê-lo, é sumariamente demitido, sem direito a nada. Recentemente, uma empreiteira paulista trouxe 200 bóias-frias do interior de São Paulo. Como a empreiteira passou a pagar melhor, cerca de Cr\$ 3,50 por metro cúbico de cana, os trabalhadores começaram a procurá-la. Isso foi o bastante para que a usina Jaciara desfizesse o contrato com a empreiteira, que acabou deixando os 200 canavieiros no "olho da rua".

Há mais de um ano, a usina não aumenta o preço médio por metro cúbico de cana cortado, que é de Cr\$ 2,00. No entanto, um saco de açúcar, que no ano passado custava cerca de 400 cruzeiros, está sendo vendido, este ano, pela usina, a quase mil cruzeiros.

Os militares interrompem as eleições mesmo com ameaça de uma guerra civil

O golpe dos gorilas

Flavio Dieguez

Os militares bolivianos têm uma estranha concepção da democracia: acreditam que uma eleição só é verdadeiramente democrática quando os vencedores são eles mesmos (ou os seus eventuais testas-de-ferro). Tudo o que foge a isso, isto é, que não possa ser qualificado de "democracia especial, dirigida, porque nosso povo ainda é muito jovem e subdesenvolvido", é classificado de "extremismo disfarçado de democracia".

Essa é a justificativa do próprio chefe do Exército boliviano, general Garcia Meza, para o golpe militar, articulado por ele e desencadeado, no final da semana passada, para impedir a continuação das eleições bolivianas, à cuja frente está a aliança de centro-esquerda, União Democrática Popular (UDP), liderada pelo social-democrata Hernan Siles Zuazo (que depende ainda da ratificação no Congresso).

Estranhos militares

O golpe teve início na madrugada do dia 17, na distante cidade de Trinidad (a mil quilômetros ao norte de La Paz), cuja guarnição, a 6ª Divisão do Exército, exigiu através de um contato telefônico que a presidenta Lidia Gueiler passasse o poder para as Forças Armadas. Gueiler reuniu o ministério, dizendo porém aos jornalistas que não acreditava no golpe, que seria apenas "mais uma aventura". Essa posição se deve ao fracasso de uma tentativa de golpe pouco antes das eleições, abortada por vários fatores: falta de apoio civil e militar, além das pressões externas, principalmente dos EUA que, embora procurem também uma "democracia especial", acham que ela não pode ser tão especial a ponto de ficar apenas sob o controle do Exército, devendo ser respaldada por setores civis "responsáveis".

Duas horas depois, no entanto, aderiram ao golpe as tropas de Santa Cruz de la Sierra, centro dos setores mais reacionários do país e base do fascista Hugo Banzer, ditador entre 1971 e 1978 e terceiro colocado nas eleições. Em seguida, um estranho grupo de 60 "militares", à paisana (não identificados com precisão até o final da semana) tomou sem resistência o Palácio do governo, prendendo a presidenta e mais 17 ministros. O governo estava se reunindo pela segunda vez depois de conferenciar com o coronel Angulo, comandante do principal quartel de La Paz e tido como contrário a qualquer golpe militar. As informações que Gueiler transmitiu aos jornalistas era de que o golpe "surpreendera tanto o chefe das Forças Armadas, general Armando Reyes, como o ministro do Interior, general Antonio Arze". Ambos também supostamente contrários a golpes.



Sem parte de sua liderança, presa ou morta, o povo boliviano se prepara para enfrentar os militares. Após a surpresa inicial, as ruas se encheram de gente, gritando "abaixo o golpe dos gorilas", e arrancando o calçamento para fazer barricadas.

contrário: negavam que Garcia Meza estivesse no comando do golpe, que teria partido do coronel Francisco Monroy, de Trinidad e do Major Ruddy Landivar, coordenador do antigo "Pacto Militar-Camponês" (ressuscitado por Meza em abril último, supostamente como base para o golpe); o golpe também teria o apoio de Reyes. Monroy divulgou às tropas um comunicado onde dizia desconhecer o governo por falta de representatividade, pedia que as Forças Armadas assumissem, reafirmassem o "Pacto Militar-Camponês", assegurassem a busca de soluções imediatas para a crise econômica e social do país e procurassem absoluta solidariedade internacional para um governo estável, assegurando um desenvolvimento harmônico.

A despeito da inesperada unidade militar que aparentemente foi conseguida pelos golpistas, não há dúvida de que a vanguarda do golpe foram as "tropas paramilitares" que, ao contrário das outras cidades, precederam o exército, em La Paz, na tomada do Palácio presidencial e das rádios, além da COB (Central Operária Boliviana), a mais poderosa organização dos trabalhadores do país, com um milhão de membros. A ação destes grupos foi fulminante: depois de prender o governo, entraram atirando na COB, que já preparava a resistência civil — principalmente através do Conade (Comitê de Defesa da Democracia, unindo partidos, trabalhadores, setores da igreja e estudantes) — e seqüestraram o seu líder, Juan Lechin. Mataram um importante líder dos operários mineiros, Simon Reyes, e outro líder sindical, Gualberto Vera. Ainda na COB, prenderam Marcelo Quiroga, líder do Partido Socialista.

e o padre Julio Turim, presidente do Conade. Também feriram Zuazo.

Mas a COB ainda teve tempo de convocar a greve geral e mobilizar a resistência civil e popular, principalmente os mineiros, que estariam se organizando aos milhares nas minas, onde impediram o acesso do exército e bloquearam as estradas com explosivos antitanques. Conseguiu-se também, segundo as notícias, manter livre uma "cadeia de rádio em defesa da democracia".

"O povo: desarmado"

Mesmo com sua liderança presa ou morta, considera-se que a resistência será grande e pode levar a uma guerra civil. Juan Lechin havia dito antes das eleições que o "povo está desarmado e é preciso ficar na defensiva". Além disso, ao contrário do golpe do coronel Natush no fim do ano passado, quando o general Guevara Arze, então presidente, decidiu manter seu governo mesmo na clandestinidade, Gueiler agora, presa, teria assinado já a sua renúncia. Mas há pontos positivos: o próprio "Pacto Militar-Camponês" teria sido reativado porque os militares estariam perdendo seu controle sobre as organizações camponesas. Exemplo disso seria uma importante adesão à COB, por parte da Confederação Sindical Unica de Trabalhadores Camponeses (CSUTCB), em abril. A Conade também é uma coisa nova e a unidade do exército em torno do golpe ainda terá que ser testada, principalmente contra as eventuais propostas de "desenvolvimento estável" dos golpistas, fonte de desacordo em várias outras arti-

Condenação internacional

Um dos principais pontos de apoio da resistência civil e militar boliviana contra o golpe militar serão as pressões externas, principalmente dos EUA.

O departamento de Estado americano realizou uma reunião de emergência logo após a mobilização das tropas, dizendo que o golpe era "um fato consumado". Acrescentava: "Esta tentativa de interromper o processo democrático é profundamente deplorável". Em nota oficial, o governo dos EUA exigiu que os golpistas soltassem a presidenta Gueiler e todos os demais detidos; exigia também que os militares "restaurassem a liderança civil", intimando "elementos do exército" a evitar o derramamento de sangue. (O vice-presidente eleito da Bolívia, Jaime Paz, em tratamento nos EUA, disse em Washington que "o golpe foi uma ação provocada por pequenos grupos militares e elementos desqualificados... em conluio com criminosos civis paramilitares").

Os EUA decidiram suspender a sua ajuda à Bolívia, medida que teria sido estendida, além da assistência militar, a novos programas econômicos (esta última dependendo de "verificação").

Medida importantíssima teria sido tomada pelo governo peruano, de bloquear o comércio de estanho (uma das maiores riquezas da Bolívia, que, não tendo saída para o mar, precisa passar pelo seu vizinho). O governo da Nicarágua enviou um pedido à OEA (Organização dos Estados Americanos) para intervir "na atitude golpista de apenas um setor do exército". A Conferência Permanente dos Partidos Políticos da América Latina (COPPPAL), que reúne 22 organizações de 14 países, decretou a mobilização de seus afiliados "em defesa do processo democrático boliviano". O Conselho Sindical Andino condenou em Bogotá, o golpe e o seqüestro de Lechin, líder da COB (Central Operária Boliviana, com um milhão de membros). Em Madri, o Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE) e a União Geral dos Trabalhadores (UGT) também condenaram o golpe.

A condenação dos EUA é particularmente importante devido à grave crise econômica boliviana: na verdade o maior obstáculo à estabilidade de qualquer governo, militar ou democrático. A Bolívia tem uma dívida externa de 3,5 a 4 bilhões de dólares, cujo serviço (prestações e juros) consome entre 50% a mais de 60% de suas rendas com importação. Seu déficit comercial saltou de 50 para 250 milhões de dólares entre 77 e 79, suas reservas praticamente se esgotaram e o déficit de conta corrente também cresce assustadoramente. Um dos problemas do governo Gueiler era a queda da produção de minérios de exportação, e a queda dos salários (a inflação subiu cerca de 30% nos três primeiros meses do ano), com a COB ameaçando parar o país se não se chegasse a um acordo.

IRÃ

A grande conspiração contra Khomeini

Depois do desgaste internacional provocado pela questão dos reféns norte-americanos, a campanha de "islamização" acelerada promovida pela ala direita da alta hierarquia xiita com a aprovação ou pelo menos a tolerância do aiatolá Khomeini coloca em risco o futuro da revolução iraniana e a própria independência do país. As perseguições indiscriminadas, as imposições arbitrarias e todo o descontentamento que elas produzem criam um terreno fértil para as tentativas de golpe de Estado contra-revolucionários, como o do último dia 10.

O plano, frustrado, desse golpe foi reconstituído pelo serviço secreto iraniano: a aviação do Iraque violaria o espaço aéreo do Irã, oferecendo pretexto para que 12 caças Phantom levantassem vôo da base aérea de Hur. Mas estes, ao invés de rechaçar a incursão inimiga, se uniriam aos aviões iraquianos num ataque a vários objetivos.

A repressão aos golpistas prosseguia até o final da semana passada. Mais de 600 pessoas implicadas já haviam sido presas. No dia 15, o governo ordenou o fechamento do espaço aéreo e das fronteiras terrestres e marítimas do país, para impedir a fuga de outros implicados, mas a agência Pars informou que "alguns dos mercenários" envolvidos na tentativa de golpe já haviam conseguido abandonar o território iraniano.

O presidente da República Islâmica, Abol Hassan Bani Sadr, que costuma ser equilibrado em suas declarações, afirmou que o golpe foi tramado com a colaboração do Iraque, de Israel, do Egito e dos Estados Unidos e acusou o ex-primeiro ministro, o esquire Shapur Baktiar, atualmente exilado em Paris, de ter sido o organizador da conspiração. Baktiar, que depois da fuga do ex-xá Reza Pahlevi para o exterior lutou até o último momento contra a revolução, tentando preservar o antigo regime, confessou ao jornal *Munchner Merkur*, de Munique, que pretende derrubar Khomeini antes que os russos o façam, procurando com isso granjear algum apoio a mais para suas sinistras intenções.

José Tadeu Arantes

RONALD REAGAN

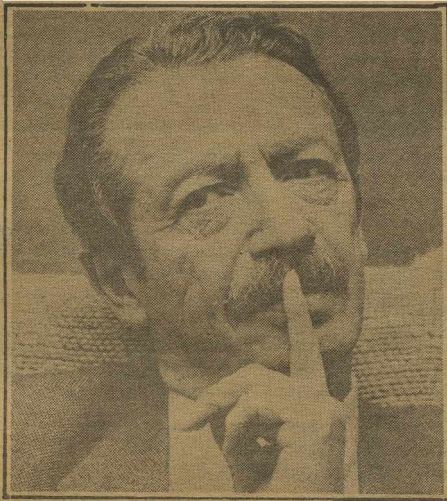
Reacionário que excede

Ronald Reagan será o candidato do Partido Republicano à presidência dos EUA nas eleições de quatro de novembro. A convenção nacional dos republicanos na semana passada confirmou dessa forma o favoritismo que o ex-ator de cinema demonstrou nas prévias estaduais, baseando-se numa plataforma à direita do programa já reacionário de seu partido.

Embora Reagan tenha boas chances de vencer as eleições (mais por incapacidade de seu provável concorrente democrata, Carter), suas posições dificilmente entusiasmarão o grosso do eleitorado, descontente com as opções que a democracia bipartidária dos EUA lhes oferece.

Os temas de Reagan são: aumento da capacidade militar (nuclear) dos EUA; sustentação dos governos anticomunistas (isto é, as ditaduras) do 3º Mundo; diminuição das despesas do governo (cortes nos programas de assistência social); cortes na regulamentação federal contra abusos no controle econômico pelos monopólios e contra a destruição ecológica; fim do aborto legal, do aborto financiado pelo governo (para mulheres pobres) etc. Sua tentativa de ganhar o eleitorado se baseia no ataque ao atual presidente Carter e seus "erros": inflação, desemprego, juros altos, baixa produtividade.

Mesmo a ala menos reacionária de seu partido não confia em suas promessas, e sua possibilidade de unificar o partido vai depender de sua opção quanto ao nome do vice-presidente.



Baktiar: pescando em águas turvas

AFEGANISTÃO

À sombra dos bombardeiros soviéticos

Segundo fontes de Nova Delhi (a Índia reconheceu recentemente o regime afegão pró-soviético de Babrak Karmal), a União Soviética realizou nas últimas duas semanas fortíssimos bombardeios em áreas do Afeganistão de forte atividade dos rebeldes muçulmanos, matando milhares de camponeses.

Os bombardeios teriam atingido cerca de 50 povoados nas províncias de Cabul, Bamiyan, Paktia e Gazni e teriam se caracterizado por uma intensidade sem precedentes nas operações anteriores dos soviéticos. Vários povoados teriam ficado completamente arrasados e milhares de camponeses teriam fugido de suas casas, dirigindo-se para Cabul, mas sendo impedidos pelas forças afegãs e soviéticas de atravessar as barreiras montadas ao redor da capital.

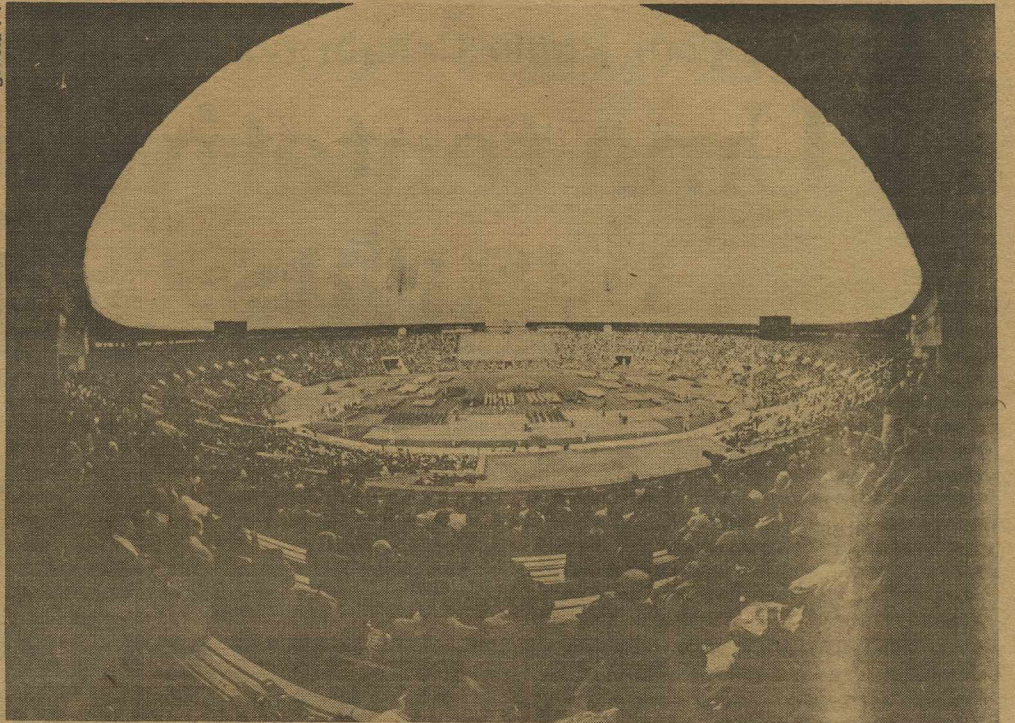
Uma vez que as regiões bombardeadas estão fora da área de ação direta dos guerrilheiros islâmicos, a operação soviética está sendo interpretada por analistas ocidentais como destinada a intimidar os camponeses e cortar, dessa forma, o apoio à rebelião.

Por outro lado, segundo transmissão da própria rádio de Cabul, captada em Nova Delhi, o Afeganistão utilizará parte do crédito de cinco milhões de dólares que foi fornecido pela União Soviética para pagar os salários das tropas soviéticas que invadiram o país e dos técnicos soviéticos que lá se encontram, a título de "ajuda fraterna".



Rebeldes com armas capturadas

Werek/Agência F4



O estádio Lênin de Moscou: quem vai se lembrar do boicote de Carter?

Moscou festeja

Carter calculou mal: esqueceu-se de que olimpíada é uma coisa popular e deixou a festa toda para Brejnev.

A festa olímpica afinal começou, a despeito do boicote de Carter e das preocupações dos cartolas internacionais sobre novas "intromissões políticas" capazes de pôr em risco a própria existência dos Jogos, conforme alerta do atual presidente do Comitê Olímpico Internacional (COI), Lord Killanin (que prevê especificamente uma retaliação soviética proximamente).

Essa tensão foi o tema central, por exemplo, das eleições à nova presidência do COI, vencidas por Juan Antonio Samaranch, embaixador espanhol em Moscou (que apesar de franquista foi eleito pelo Terceiro Mundo, principalmente América Latina e África, e pelos países aliados da URSS). Mas Samaranch não estragou o festivo clima pré-olímpico, dizendo apenas, num discurso considerado decepcionante, que enfrentará os desafios futuros "com a habilidade que eles exigem".

Quando Killanin anunciou o novo presidente do COI, Moscou já estava às voltas com uma massa de mais de 600 mil espectadores. Esperava ainda a chegada das delegações de mais alguns países, para completar os 82 participantes, sobre um total de 130, que não aderiram ao boicote convocado em protesto contra a intervenção soviética no Afeganistão.

A quatro dias da abertura, anunciada para o dia 19 depois de um meticuloso estudo meteorológico dos últimos cem anos (para garantir um bom tempo, aliás confirmado neste fim de semana pelos tripulantes da nave soviética Salyut-6, em órbita), Moscou foi informado de que a Austrália havia virado casaca e desfilaria com 150 atletas no estádio Lênin. Se dizia que outros podiam fazer o mesmo, talvez a Bélgica, a Itália ou a Irlanda.

Final quem ficará com a "medalha de chocolate", expressão cunhada para indicar que, sem a participação de grandes concorrentes como os EUA, a Alemanha Ocidental e o Canadá, as medalhas de ouro soviéticas não teriam qualquer valor?

Embora o número de defecções não seja desprezível e pareça inevitável uma certa queda na cotação das medalhas, os fatos apontam aparentemente para mais um fracasso da política externa de Carter. Há milhões de pessoas em todo o mundo esperando com a mesma ansiedade de sempre para ver os Jogos pela televisão, assim como não parece haver nenhum desânimo entre os atletas por uma suposta queda no nível da competição. Pelo contrário, Carter já tinha tido que engolir um protesto de 66 membros da equipe americana, insatisfeitos por não poderem pôr em prática suas habilidades, fruto de uma preparação até obsessiva durante quatro anos. O mesmo aconteceu em outros países que não vão a Moscou como a Inglaterra.

Mas se o resultado do boicote parece negativo desse ponto de vista, digamos, mais popular, também o governo americano não vem mostrando o mesmo entusiasmo de alguns meses atrás. Foi sem a menor convicção que anunciou por exemplo os "jogos alternativos" que seriam realizados entre nove países, nos EUA (recebendo aliás um espaço irrisório nos jornais), e acabou cedendo aos regulamentos olímpicos que exigem que no final do encontro as bandeiras da Grécia (país de origem dos Jogos), da URSS (atual anfitriã) e dos EUA (próximo patrocinador) sejam hasteadas em conjunto no estádio.

O fato é que os EUA não têm conseguido juntar seus aliados em torno de suas iniciativas para se opor à URSS, embora a maioria dos países ocidentais e do Terceiro Mundo condene, em princípio, a invasão soviética. O boicote às Olimpíadas é apenas uma dessas iniciativas: sozinho, de qualquer forma, não poderia salvar a desastrosa política externa de Carter.

Flávio Dieguez

CUBA

Amarga realidade econômica

Cuba, que sempre foi um dos maiores produtores mundiais de açúcar (até hoje o país não conseguiu superar uma economia fundamentalmente agrícola e baseada na monocultura), deverá em 1980 importar esse produto. Segundo informam economistas ingleses, a ilha deverá receber um total de 48 mil toneladas de açúcar da República Dominicana, ao que parece para garantir os contratos de venda a longo prazo assinados com a União Soviética e outros países do Leste Europeu.

Conforme os economistas ingleses, a colheita deste ano deverá ser ainda mais fraca do que o previsto. Havia sido fixada uma meta de 6,7 milhões de toneladas — inferior às oito toneladas produzidas no ano passado, que já havia sido considerada uma safra fraca. Mas nem as 6,7 milhões de toneladas serão atingidas.

A situação econômica de Cuba é bastante grave, como se sabe, e levou a um remanejamento ministerial em janeiro, quando Fidel Castro assumiu o controle direto de quatro ministérios.

Entrevista com Paulo Canabrava: a história da expropriação da imprensa no Peru

Uma tentativa de calar a boca das classes dominantes

O presidente eleito do Peru, Belaunde Terry, pretende começar seu governo corrigindo, na sua opinião, "a maior imbecilidade" de seu antecessor, Moralez Bermudez: no próximo dia 28, segundo sua promessa, ele devolverá aos seus antigos donos os jornais expropriados em 1974 e transformados por lei em porta-vozes dos setores populares organizados.

Se o novo presidente cumprir sua promessa, os jornais poderão ser reconvertidos em instrumento dos grandes empresários e latifundiários peruanos. Também estará se encerrando uma das experiências mais interessantes e originais de reorganização da imprensa num país, a despeito de suas dificuldades e de talvez não ter tido tempo de se consolidar.

Para contar toda a história das expropriações, Movimento entrevistou o jornalista brasileiro Paulo Canabrava F^o, que foi membro do Conselho de Redação e editor internacional do diário *Expresso*, um dos mais importantes do país, tomado já em 1970 por seus empregados. Como jornalista, Canabrava não deixou também de participar ativamente em toda a experiência peruana, inaugurada em 1968 pelo presidente Velasco Alvarado (a quem Canabrava chamava intimamente de "Tino"), e em cuja linha de frente o "novo" *Expresso* esteve desde a sua ocupação.

"Quando Velasco assumiu em 1968", explica Canabrava, "os jornalistas do *Expresso* apoiaram suas reformas estruturais, formando-se um impasse entre eles e Ulhoa" (Manuel Ulhoa, dono do jornal). Esse impasse seria quebrado com o afastamento do proprietário pelos sindicatos dos gráficos e dos jornalistas, que, no Peru, ao contrário do Brasil, são organizados por empresa. "Velasco, que não era bobo, e que não tinha nenhum jornal que o apoiasse, sustentou a ação dos sindicatos, passando a considerar o *Expresso* seu cão de guarda, ou 'Perro Guardián', como dizia". *Expresso* em troca o apoiava à esquerda, "tentando puxar o troço", diz Canabrava: "saído Ulhoa, ficaram os interesses populares em todo o espectro, várias tendências, das mais diversas agremiações — da democracia-cristã aos maoístas, marxistas-leninistas, trotsquistas, social-progressistas, velasquistas fanáticos".

Um Projeto Nacional encarnado por Velasco

Canabrava se integrou ao jornal em 1971. "O órgão máximo, que determinava a política editorial e administrativa, era a assembléia da frente formada pelos dois sindicatos, dos gráficos e jornalistas". Era quem indicava o diretor, o chefe de redação, o gerente e inclusive o Conselho de Redação. "A assembléia era um saco de gatos, mas o que saía daí era definido, o jornal tinha uma linha. Seguiu uma política de Frente em apoio ao processo peruano. Havia um Projeto Nacional e Velasco o encarnava: *Expresso* aglutinava todos os que sustentassem o Projeto".

De 69 a 74 (em sua linha de "massificação do processo peruano"), *Expresso* era a maior força de mobilização de massas do país, acima inclusive dos partidos, diz Canabrava. "Ser jornalista nessa época no Peru era uma coisa séria: onde havia uma mobilização, uma reunião, havia um representante do *Expresso*". E havia coisas piores. "Me lembro um dia (depois de 74) que em as massas foram estimuladas a invadir o jornal. Eram basicamente os *lumpen* — compreendendo-se aí os setores mais atrasados entre os desempregados e subempregados, etc. — impulsionados por agitadores profissionais da CIA (serviço de espionagem dos EUA). Atacaram

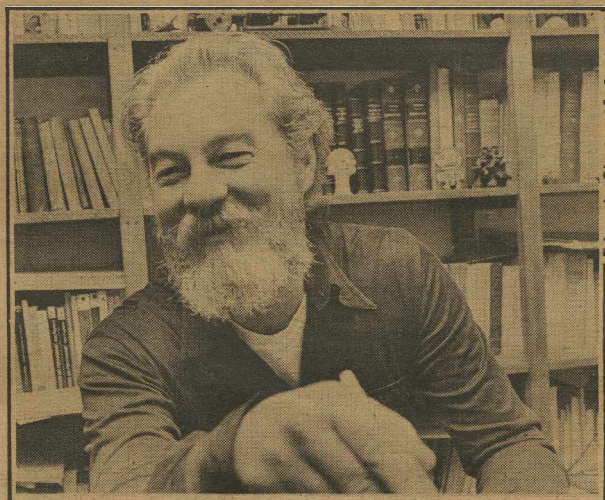
primeiro o *Correo* e o *Ojo* e incendiaram os jornais. Mas o *Expresso* era diferente, os trabalhadores é que defenderam o jornal contra a turba na rua, jogaram as bobinas (de papel) na rua e lutaram com pedaços de chumbo, ácido, fizeram barricadas com as bobinas".

Os trabalhadores é que acharam a fórmula

"No seu auge como veículo de massa, *Expresso* tinha uma tiragem de 150 mil exemplares de segunda a sábado, e 230 mil no domingo. Não há comparação no Brasil, porque Lima tinha na época cerca de três milhões de habitantes e *Expresso* concorria com mais oito diários". A princípio houve dificuldades. Os anunciantes — a Coca Cola, empresas do tipo Sears, Mappin — retiraram seus anúncios. Assim, os sindicatos sustentaram o jornal, publicando seus pronunciamentos políticos, convocações, como matéria paga. "Os trabalhadores é que compreenderam que *Expresso* era sua única saída, onde podiam expressar



Velasco: Projeto inacabado



Canabrava: a luta na Bolívia e no Peru

seus interesses, e foram eles que encontraram a fórmula..."

Em 74, explica Canabrava, as reformas estruturais de Velasco estavam bem adiantadas. A reforma agrária havia sido implantada através de cooperativas e da chamada "propriedade social", em que as comunidades administravam as terras; haviam feito também a reforma das empresas, criando as "comunidades industriais" através das quais os trabalhadores participavam da direção e do controle de lucros nas empresas, mas também sobre o seu capital; os bancos foram nacionalizados e controlados, principalmente com a criação do Banco Central. "Estavam destruídas as bases do poder tradicional anterior", diz Canabrava, "com a expropriação dos proprietários". "Logo, os jornais (privados) estavam gritando, frustrados, com raiva".

"Nesse clima", diz, começa a reforma educacional e a estratégia de alfabetização, em harmonia com a estratégia de desenvolvimento, incorporando os trabalhadores ao processo político e econômico do país. E é contra isso que se ergue a imprensa tradicional".

De 69 a 74, *Expresso* já estava empenhado em demonstrar a incompatibilidade desse processo com a propriedade privada dos jornais nas mãos das classes tradicionais. Nesse período realizou mobilizações e organizou os sindicatos dentro dos outros jornais, e finalmente, "os militares se convenceram de que é preciso tomar uma medida. Os proprietários não representavam os interesses populares, mas das classes que haviam sido despojadas de seu poder e de seus bens. A intenção da expropriação era que os jornais defendessem os setores que estavam sendo organizados".

Assim, com a lei de 1974, visando os jornais de mais de 20 mil exemplares, *El Comercio* passou a representar os camponeses (e a luxuosa sede da própria Confederação Nacional Agrícola, patronal, é invadida pelos camponeses descalços, mal vestidos); *La Prensa* passou a defender os interesses das comunidades industriais; *Correo* e *Ojo* (propriedade do "rei da pesca", o empresário Banquero, dono da maior frota privada de pesca do mundo) couberam aos intelectuais e artistas; *Ultima Hora*, às cooperativas do

setor de serviços; e *Expresso*, aos educadores.

A questão, diz Canabrava, "é que não estava terminada a organização da nova sociedade. E aí como é que faz, vem um camponês lá de Cuzco fazer o jornal?" As vendas caíram: "a princípio todos os oito jornais diziam a mesma coisa". E havia um problema mais grave: "o jornal não podia dar notícias para os camponeses, que não sabiam ler, e não podia perder o seu público, mas tinha que defender os camponeses".

A despeito da tentativa de promover a participação dos setores em seus respectivos órgãos, a solução ideal para esse mecanismo não chegou a ser encontrada, diz Canabrava, porque isto coincidiu com a doença de Velasco, que pouco a pouco deu margem a articulações, mesmo dentro de sua base de apoio, para substituí-lo. Gradualmente, assim, esfacelou-se a unidade civil e militar que a liderança e o carisma de Velasco sustentavam. Seu sucessor, em 75, seria Bermudez, que não tinha a mesma capacidade de liderança, caindo para a direita, e ainda por cima entrou em choque com o homem mais poderoso do país depois de Velasco, o general Leonides Rodríguez.

"Por brios, Rodríguez se demite, diz Canabrava. Resultado: o *Expresso* fica sem seus tanques, assim como as próprias bases que sustentavam Velasco". A opção mais "moderada" de Bermudez levaria na verdade ao desmoronamento do Projeto de Velasco, do qual, para Canabrava, "o problema da imprensa é apenas uma pequena parte".

80% da informação sob as grandes agências

Como terminará a experiência peruana? Canabrava, que teve uma experiência semelhante anterior, em 71 na Bolívia, onde acompanhou a ascensão do general Torres e, a seu pedido, criou um jornal de apoio a seu Projeto Nacional, tendo que desistir um pouco mais tarde devido ao golpe do fascista Hugo Banzer, acha que nem tudo se perderá. "Belaunde vai ter que negociar e com base na expropriação nascerá uma nova experiência com participação dos trabalhadores. De qualquer forma, Quesada (dono do *El Comercio*) não poderá fazer o que quiser".

A luta de Canabrava certamente continua: a defesa de um "pensamento nacional" e por uma ordem informativa alternativa às grandes agências, "que controlam 80% do atual fluxo de informações". Depois de passar por vários jornais brasileiros (entre eles o *Correio da Manhã*, *Ultima Hora* e *Folha de S. Paulo*) e de suas experiências no exterior (inclusive o Panamá), trabalha agora na revista *Cadernos do Terceiro Mundo* (edição brasileira), que acompanha desde a fundação da edição em espanhol, em 73, em Argel, como parte do esforço por uma nova ordem informativa.

El Salvador se afunda num pântano de sangue, entre os impasses da esquerda e a "paz de 100 mil mortos" da direita

Campo de batalha

Mais de três mil mortos desde o início do ano; três "Exércitos" — a guerrilha de extrema esquerda, os "corpos de segurança" oficiais e a extrema direita, que ajuda estes a reprimir aquela —; a população obrigada a tomar partido; as forças políticas tradicionalmente moderadas agora sob a proteção dos fuzis, os dos revolucionários para a social-democracia e os das Forças Armadas para a democracia-cristã; o ódio ambiente alimentando o futuro: El Salvador já não é mais um país, mas o campo de uma batalha social cruel e incerta.

Na origem desse lodaçal, o egoísmo caricatural da oligarquia dos "barões" do café. As "catorze famílias" imaginaram imobilizar o tempo político e social, enquanto se serviam de bocados duplos no domínio econômico. O instrumento de seu poder foi, durante meio século, o Exército. Periodicamente tentada a promover reformas, essa instituição foi regularmente corrompida, na sua cabeça, por aqueles para os quais ela é um "cão de guarda". O meio desse enriquecimento da oligarquia foi a exploração de uma massa de camponeses tão miseráveis que não lhes restava mais do que a "liberdade" de crescer e multiplicar.

O grão de areia foi a arrancada industrial, largamente dependente das multinacionais, e o consequente crescimento da capital durante os 20 últimos anos. As novas camadas urbanas começaram, desde 1970, a contestar a hegemonia da oligarquia.

A democracia-cristã capitalizou inicialmente esse descontentamento, ganhando por duas vezes as eleições, à frente de uma coalizão de esquerda, em 1972 e 1977. Os ditadores fardados de serviço privaram pela fraude as forças populares de sua vitória. Dessa frustração nasceram, há alguns anos, várias organizações revolucionárias. Divididas, dogmáticas, pouco aguerridas, elas não deixam de representar um pólo de atração popular.

Estabeleceu-se, desde então, no início deste ano, uma estranha aliança entre o Exército e a democracia-cristã, igualmente convencidos da necessidade de "quebrar", enquanto era ainda tempo, o ímpeto revolucionário, promovendo ao mesmo tempo mudanças sociais. A caça aos militantes populares mais a reforma agrária: essa é a receita da junta.

Ela dispõe de trunfos não negligenciáveis. Para governar, uma democracia-cristã mantendo, apesar de suas divisões, simpaticantes e dirigida por um líder, José Napoleón Duarte, que desfruta de apoio em Washington, mas também na América Latina e na Europa; para combater a esquerda, Forças Armadas numerosas e preparadas para esse fim. O assassinato do Monsenhor Romero, arcebispo de São Salvador, no dia 24 de março, demonstrou claramente, porém, que esse plano inspirado ele mesmo por uma visão congelada da história, se choca com a hostilidade da oligarquia.

A insurreição popular, freqüentemente anunciada, não significa forçosamente uma vitória dos revolucionários, sobretudo no



O Exército reprime a população nas ruas de São Salvador

atual contexto americano e mundial. A extrema direita, por seu lado, espera sempre impor sua "paz de 100 mil mortos". O mais provável é o prosseguimento desse morticínio que ceifa, confusamente, militantes — marxistas e cristãos — e camponeses, embarcados na tormenta às vezes para defender a própria vida.

(Le Monde)

CHINA

A volta do setor privado

O capitalismo privado parece retomar pé na China onde uma empresa do nordeste do país iniciou uma operação de participação do pessoal no capital da usina, em dificuldades financeiras.

O Gongren Ribao (Diário dos Trabalhadores) relatou, no dia 12 de julho, em primeira página, essa experiência tentada em Harbin, pela primeira vez na China desde a abolição do setor privado em 1956.

Segundo indicações fornecidas pelo órgão dos sindicatos chineses, partes representando uma fração não negligenciável do capital dessa empresa foram vendidas aos membros de seu pessoal. Trata-se de uma fábrica de mobiliário, cujos 500 operários e empregados deram boa acolhida às partes emitidas e cuja produtividade aumentou rapidamente, segundo indica ainda o jornal.

As partes têm um valor unitário de 100 yuans (3900 cruzeiros). A participação do pessoal representa 80 mil yuans. Os lucros serão anualmente entregues aos portadores de partes, que não podem, porém, se desfazer delas durante os 12 primeiros meses após a introdução desse sistema.

"Os operários e empregados tornaram-se assim os senhores de sua usina", comenta o Diário dos Trabalhadores.

REFUGIADOS

Na Africa são cinco milhões

Segundo a Organização de Unidade Africana (OUA), o número de refugiados no "continente negro" é atualmente de cinco milhões. Além disso, 20 milhões de pessoas, das quais mais da metade constituída por crianças, estariam à beira da fome, e 70 milhões seriam subnutridas, de acordo com um recente comunicado da UNICEF e com estimativas da FAO (entidades ligadas à ONU).

Esse elevado número de refugiados é atribuído principalmente à seca e aos conflitos armados que vêm ocorrendo na África. A situação é particularmente alarmante na Somália, onde há um milhão e 500 mil refugiados, numa população que é pouco maior do que o dobro desse número, e onde apenas dois por cento das terras estão cultivadas. Dois fatores contribuem par esse quadro: por um lado, uma situação geopolítica privilegiada (o chamado "chifre da África"), que atrai os interesses das grandes potências (as forças armadas soviético-cubano-etíopes estão às portas do país) e a aridez de um clima em que o menor recrudescimento das secas provoca catástrofes.

Além da Somália, os países mais afetados são o Djibuti, a Etiópia e Uganda. No Djibuti, a escassez de chuvas durante dois anos secou os poços e provocou a perda da maior parte do gado. Na Etiópia, a fome ameaça repetir uma situação comparável à de sete anos atrás, quando morreram 200 mil pessoas. Em Uganda, quase quatro milhões de habitantes são vítimas da seca no norte do país, onde 90% das cinco mil bombas d'água estão fora de uso: a população é obrigada a recorrer a fontes poluídas, o que já provocou numerosos casos de cólera.

MULHERES

Situação feminina está hoje pior do que em 1975

Mais de três mil mulheres abriram, em Copenhague (Dinamarca), os debates sobre a situação feminina no mundo, na reunião promovida pela ONU para fazer o primeiro balanço da "década da mulher", iniciada no México em 75. Os primeiros documentos mostram que a situação piorou para as mulheres, mesmo porque sofrem mais que os homens os efeitos da crise econômica mundial. As mulheres representam metade da população mundial, mas contribuem com dois terços das horas de trabalho, recebem um décimo da renda e detêm apenas um centésimo da propriedade mundial.

A convenção vai durar até o final do mês e deverá rever as metas do programa de 75, pedir uma terceira reunião para 1985 e talvez levantar a necessidade de uma nova década da mulher. Os primeiros relatos também salientam a falta de empregos para as mulheres, embora entre a classe média tenha havido ganhos

em termos educacionais. Porém, é preciso ver que nos países subdesenvolvidos o analfabetismo cresceu e a introdução de novas tecnologias tomou muitos dos empregos tradicionais das mulheres. A perda maior de empregos foi na área de saúde.

Um tema que já provocou debates acalorados foi o das mutilações sexuais de que são vítimas milhares de mulheres africanas. Uma dessas mutilações consiste no seccionamento do clítoris; é uma prática muito antiga e se destina a impedir que a mulher tenha qualquer prazer sexual e "assegurar a fidelidade".

Três assuntos "quentes" do ponto de vista político ocupam ainda a pauta dos debates: "A situação da mulher no Sul da África, vivendo sob o apartheid", "Condições econômicas e sociais das mulheres palestinas dentro e fora dos territórios ocupados por Israel" e "As mulheres refugiadas".

ESTADOS UNIDOS

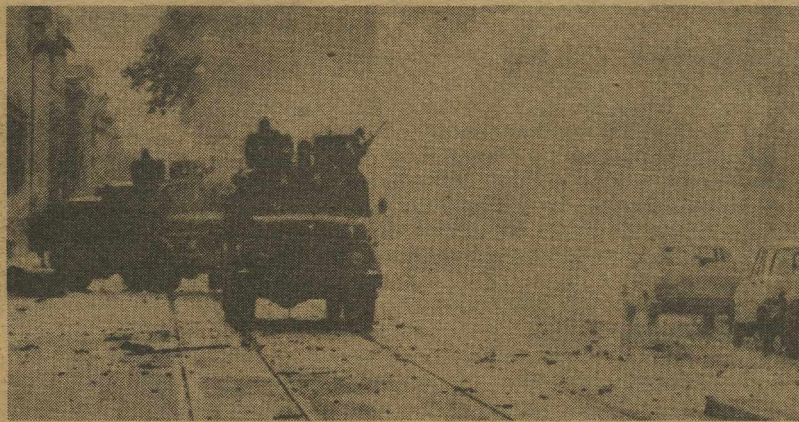
A nova revolta negra

A violência negra parece que vai se tornar rotina em Miami: pela segunda vez em dois meses houve violentos choques entre negros e a polícia, "provocados por segmentos hostis da comunidade pela falta de empregos e outros motivos", segundo o chefe da segurança no condado de Dade.

A polícia diz que os distúrbios começaram quando um sargento tentou prender três jovens negros, que teriam assaltado um motorista branco, sendo ferido "pelas costas". Em seguida houve novos tiros, por parte de "franco-atiradores" portando espingardas de grosso calibre; 500 policiais teriam sido mandados para controlar a situação. Os negros

resistiram formando grupos, apedrejando os carros e incendiando várias casas e prédios. Cerca de 30 pessoas ficaram feridas e dezenas foram presas.

O tiroteio ocorreu no bairro de "liberty city", no mesmo local em que, em maio, 18 pessoas foram mortas em lutas que causaram um prejuízo de cerca de 100 milhões de dólares. Não há dúvidas de que o motivo principal é a falta de emprego, que atinge os negros muito mais que os brancos, e foi agravado pela chegada dos refugiados cubanos. Os "outros motivos" também são conhecidos: as injustiças racistas, como o assassinato recente de um negro pela polícia de Miami.



Zurique: batalha de rua entre a polícia e os estudantes

SUIÇA

Barricadas culturais

A polícia de Zurique (Suíça) prendeu 130 manifestantes após uma verdadeira guerra nas ruas da cidade. A passeata dissolvida reunia cerca de 500 jovens que protestavam contra as novas leis repressivas contra manifestações e particularmente contra a prisão de outros companheiros seus, presos dia 31 de maio. Houve três feridos, um deles gravemente.

Tanto num como noutro caso, o movimento da juventude suíça luta contra um plano de "moderni-

zação" da Opera de Zurique, reclamando que suas reivindicações estavam sendo ignoradas. No dia 13, após saírem de uma fábrica abandonada, cedida a eles pela prefeitura, e iniciarem uma manifestação pela soltura de seus 250 companheiros presos desde maio, foram atacados pela polícia com "canhões" de gás lacrimogêneo. Os jovens responderam com pedras e coquetéis molotov, refugiando-se atrás de barricadas improvisadas.

Algumas lições sobre sexo para o delegado Wilson Richetti

C reio ser princípio básico para uma comissão que discute Direitos Humanos combater irrestritamente a violência. Porém nesta da Assembléia (espantem-se) existem deputados que as justificam ou as defendem. Explico melhor: Richetti é acusado de violências, com provas fotográficas e depoimentos; porém ele é um delegado de polícia e a Polícia, é um órgão oficial — portanto os deputados do partido do governo não têm dúvida em aprovar essa violência. Ainda mais revoltante é que uma pessoa tão preconceituosa como o deputado Manoel Sala seja integrante dessa comissão, pregando descaradamente a extinção da prostituição, para salvar a honra da "nobre família paulista".

Meu Deus, o homem sofre de "apoteose na vesícula"! Seu elitismo chega a ser totalitário. O que quer dizer essa "nobre família paulista" que tantas vezes ele repete? Certamente um conjunto de indivíduos tão inocuos, preconceituosos e oportunistas como ele, aos quais é conveniente manter o país num sistema feudalista, usando a religião, as hierarquias e os preconceitos como forma de defesa e afirmação sócio-econômicas. Ora, só a cidade de São Paulo, para não falar de todo o Estado, tem oito milhões de habitantes que são de todas as classes, cores e feitios, desde aqueles como ele ou como eu, que têm o privilégio de morar nos jardins da zona sul, até operários, incógnitos moradores das inúmeras e precárias vilas periféricas; ou ainda os desempregados, os presidiários, os loucos, ladrões, assassinos, marginais, prostitutas ou travestis. Todos esses cidadãos, queira ou não o Sr. Deputado, formam a disparatada, disforme e monstruosa família paulista (ou paulistana) que pouco ou nada tem de nobre e sim de muito carente.

Depois desta, só faltará ao nobre deputado tachar-me de comunista — um rótulo cômodo e pouco imaginativo, mas que sobra sempre para aqueles que se opõem ao sistema. Pois saiba, Sr. Deputado, eu os considero tão quadrados e preconceituosos quanto o senhor! É sempre nas finalidades que os extremos se tocam...

Acho a retórica vazia uma coisa muito divertida, mas não posso deixar de considerar o perigo de certas idéias, quando o campo em que elas são jogadas ainda é inconsistente. "Precisamos acabar com o deplorável espetáculo da prostituição..." Acabar como? Encarcerando todas as prostitutas e travestis? Matando-os a pedradas, como no Irã? Jogando-os em alto mar?

Vamos fazer de conta que a prostituição seja eliminada e que seja encontrada uma fórmula igualmente mágica para impedir que ela continue proliferando. Mesmo se nos limitarmos aos conceitos de vida burgueses, como serão resolvidos os problemas sexuais dos homens jovens e solteiros, dos viúvos ou dos desquitados? A masturbação opcional o senhor permite, Deputado Sala? Porque, caso contrário, veja bem, teremos a prostituição domiciliar, com as pobres empregadas domésticas fazendo as vezes das prostitutas ou, o que será muito pior para a "nobre família paulista", os rapazes irão apelar para as moças honradas e de boa família; e será um desvirginar sem conta por esta São Paulo de Anchieta!

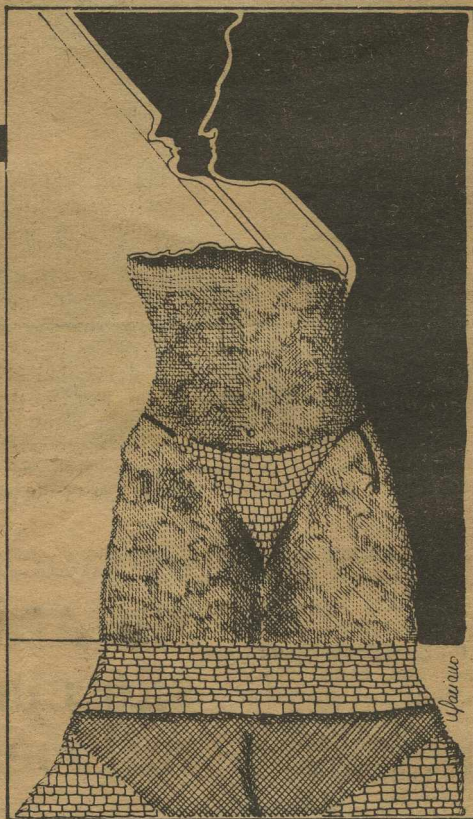
Nobre Deputado Manoel Sala, quero crer que o seu mal não é propriamente a intolerância de que o acusei antes, mas uma inconsciente deformação geral. Esqueça então aquela coisa de totalitarismo, "apoteose na vesícula"

«O Homossexualismo Não é Uma Doença e nem Mesmo um Crime»

DARCY PENTEADO

O pintor e escritor Darcy Penteado, um dos editores do nanico *Lampião* (jornal que expressa a problemática dos homossexuais), participou em fins de junho da sessão do Conselho de Defesa dos Direitos Humanos da Assembléia Legislativa de São Paulo, na qual foi ouvido o delegado Wilson Richetti, acusado de perseguir e prender ilegal e violentamente prostitutas e travestis na noite paulistana. Na opinião de Darcy, bem pouco ou nada se adiantou de positivo, em quatro horas de conversa na Assembléia. As justificativas do delegado eram primárias e seus argumentos visivelmente distorcidos mas, apesar das provas coletadas pelo deputado estadual Eduardo Suplicy (do PT) estarem acima de qualquer suspeita, a acusação foi tímida e insegura.

Abaixo transcrevemos o



divertido relato desse artista, com um oportuno recado a um deputado adesista que, de certo modo, define o comportamento hipócrita e oportunista de muitos de nossos políticos.

etc. tá? Procurando ser útil e à guisa de informação, principalmente sobre sexualidade que o senhor parece desconhecer muito, aqui vão alguns dados: a sexualidade existe latente nas crianças até mais ou menos os dez anos, porém indefinida, isto é, sem a predisposição masculina ou feminina, dependendo só das oportunidades. É a chamada fase do "troca-troca", que nem por isso deixa, às vezes, de durar até mais tarde. Quando a sexualidade se define, começa a repressão social no sentido de que o (a) adolescente siga os padrões rígidos do macho e da fêmea. Ai então, só os mais fortes resistem.

Quanto à homossexualidade (masculina ou feminina) que o senhor, Deputado Sala, considera anormalidade, cabeças bem mais cultas, como as dos membros da Associação Americana de Psiquiatria e de outras entidades mundiais já a colocaram como uma variante a mais no amplo quadro da sexualidade humana e não mais uma doença física ou mental.

O travestismo é outra variante e pode existir apenas como o impulso mental de usar trajes do sexo oposto até mesmo sem qualquer implicação sexual ou homossexual.

Acontece que em países mais civilizados e em menor crise econômica o travestismo pode ser uma opção, o indivíduo travestindo-se por prazer e trabalhando no que queira. Entre nós porém, salvo as raras exceções dos que fazem shows ou exercem as profissões de cabeleireiro ou maquiador, os demais são homossexuais, em sua quase totalidade de formação primária e que vêm do interior, onde sofreram toda espécie de repressão no lar, na escola, no trabalho etc. Uma tentativa de sobreviver melhor na cidade grande, sempre a mesma ilusão que tem qualquer outro cidadão do campo. Ora, trabalho por aqui existe pouco, principalmente para mão-de-obra inculta ou não especializada, e é lógico que, podendo escolher, os empregadores dão prioridade aos que não "desmunhecaram". O que sobra para os efeminados? Aos irremediavelmente feios, lavar latrinas; e a prostituição pelo travestismo para os melhorzinhos de cara e corpo.

Assim chegamos, finalmente, a um dos mais doloridos calos das instituições. O conceito mais elementar do "marketing" é que "não existe a oferta onde não existe a procura". Segundo estatística (imprecisa) da polícia, existem nesta cidade cerca de cinco mil travestis prostitutas. O cálculo a seguir é meu: se cada travesti praticar dois

atos sexuais por noite (calculando por baixo, porque os mais sortudos praticam cinco, até seis) teremos dez mil cidadãos diários usando os préstimos dos travestis. Multiplicando por sete, que são os dias da semana, teremos setenta mil. Vamos ficar por aqui — senão os números sobem demais — aceitando-se que esses clientes "troquem o óleo" uma vez por semana. Descontando mulheres, velhos e crianças, ficamos (por alto) com três e meio milhões de homens em idade sexual, numa cidade de oito milhões. Setenta mil em três e meio milhões dá 2% do total, pouco no geral, mas uma proporção respeitável para uma atividade bastante especializada.

Especializada? Mas não são todos homossexuais? Sim, mas não aqueles facilmente identificáveis pelo seu estereótipo efeminado, nem os que não dão "pinta" mas que são conscientizados: porque estes (salvo raras exceções) vivem em situação matrimonial com outros seus iguais ou transam com os chamados "michês", que são os masculinos profissionais. Sim, os usuários dos travestis são também, sem dúvida, homossexuais, só que formam uma legião anônima e oculta. São os chamados "enrustidos" e que fazem vida dupla, sendo a maioria deles respeitáveis pais de família.

E por que a farsa? Porque o sistema normal dá cobertura ao homossexual que neque a sua natureza adotando a hétero, mesmo que para manter as aparências precise deslizar de vez em quando às escondidas. Mas se eles têm mulheres em casa e o que querem é homem, por que usar uma quase mulher? A razão está no quase: não tendo coragem de assumir, mesmo perante si próprios, e muito menos de procurar outros seus iguais, deslizam com uma quase-mulher... Só que na maioria das vezes (segundo o depoimento de muitos travestis) são eles, os travestis, os que cumprem a parte ativa... Estranho mundo, não é verdade? Quantos malabarismos fazem as pessoas para fugir da própria verdade... Mas onde estão esses personagens ignóbeis? Ora, quase sempre na média e alta burguesia porque com salário mínimo, ninguém pode pagar 400 ou 500 cruzeiros, tabela até que baixa para um travesti.

Não nego a marginalidade, o crime e o roubo que acontecem às vezes lado a lado com a prostituição do travesti. Mas os crimes estão em todos os setores onde existem a necessidade e a ambição. O que não posso aceitar é a generalização, seja do travesti como criminoso, seja do homossexual como marginalizado. E maior, mas muito maior mesmo o número de héteros matando ou roubando por aí afora! Acontece que manchete sobre homossexual vende jornal adoidado: "Homossexual faz isso...", "Travesti fez aquilo..."

A verdade é que quase sempre, e por mais estranho que possa parecer aos leigos, os que mais combatem o homossexualismo não são os héteros, porém os "outros", os "enrustidos", que se negando sexualmente ou não podendo assumir a própria homossexualidade, tentam reprimi-la nos outros.

Pois é, Ilustre e Nobre Deputado Manoel Sala, a vida é assim mesmo e não como o senhor gostaria que fosse. Aqui fica porém a seu dispor a minha modesta preleção; e ao mesmo tempo ponho-a à disposição de sua "nobre e ilustre família paulista"; da qual, depois desta, espero, o senhor tenha o favor de me destituir.

Receba todo o meu apreço e consideração,
Darcy Penteado.

Texto 'Movimento traiu seu projeto' provoca cartas de apoio e de crítica

Um tema, três visões

Sentindo-se prejudicada pela forma com que foi editado o artigo de Luiz Bernardes ("Movimento Traiu Seu Projeto" — edição n° 262) a sucursal de Minas, ao tempo em que manifesta a sua concordância com o essencial do artigo de Bernardes, faz alguns esclarecimentos em relação às críticas quanto aos rumos tomados pelo jornal *Movimento*. Os esclarecimentos dizem respeito à avaliação da cobertura do jornal em relação à Frente Nacional de Redemocratização, à

questão das baixas das vendas e à possibilidade de se fazer um jornal com grande vendagem popular, entre outros aspectos.

Por sua vez, Wladimir Pomar — que segundo o artigo de Bernardes é um "dissidente público" do PC do B que encontra guarida nas páginas do jornal, rebate as críticas de Luiz Bernardes, tachando-as de levianas e defende o argumento de que *Movimento* mantém o seu caráter frentista.

Também José Carlos Ruy — membro da redação de *Movimento*, refuta a crítica de que *Movimento* se proponha a conformar um novo alinhamento ideológico e que ele tenha proposto que o jornal se transformasse num instrumento a serviço da formação de "um verdadeiro partido popular". As três cartas vão publicadas nesta edição como parte do debate sobre os rumos que o jornal tem seguido, dando seqüência assim às comemorações do quinto aniversário de *Movimento*.

1. A democracia de Bernardes

Uma das maiores virtudes que vejo na equipe que faz nosso jornal é o debate livre e franco. Felizmente, não existe aqui — como existe em algumas organizações políticas — o espírito da cantilena militar: "unidos e coesos em torno de nossos chefes". Exatamente por isso, o Bernardes dá um bom exemplo de sua democracia ao utilizar um trecho de minha contribuição ao debate sobre *Movimento* como prova de que o jornal teria "tido a pretensão de se autopropor (...), 'transformar-se no grande conduto através do qual as forças sociais poderão unir-se...' para a constituição de um verdadeiro partido popular".

Em primeiro lugar, é falso que o jornal tenha se autoproposto qualquer coisa, já que o artigo citado exprime, tão somente, a minha

visão pessoal. Em segundo lugar, o Bernardes não entende aquilo que escrevi. Jamais propus ou proporia a *Movimento* transformar-se num partido, ou numa "tendência". Não podemos confundir jornal, partido e jornal partidário, três atividades políticas distintas e igualmente legítimas. Porém, na medida em que *Movimento* contribuir para colocar em contato e estabelecer a discussão entre forças sociais e políticas com interesses convergentes, ele poderá ajudá-las a constituir-se num partido político. Agora, daí a entender que esse partido surgirá a partir de *Movimento* vai uma grande distância, que só uma visão empedernidamente dogmática pode percorrer.

José Carlos Ruy

2. Na prática a teoria é outra

Tenho seguido o debate amplo e democrático que se trava nas páginas de *Movimento*. Não tinha pretensão de participar diretamente do debate. Entretanto, as referências que a mim faz Luiz Bernardes em sua carta crítica a *Movimento* 262 obrigam-me a dizer alguma coisa.

Não me deterei nas diversas incongruências de Bernardes nas críticas que assaca contra *Movimento*. Somente destacarei duas: a de que o jornal teria se tornado "palco das idéias e versões de dissidências" do PC do B e a de que "dá, inclusive, guarida a dissidentes públicos" desse partido, como seria o meu caso.

Bernardes sugere que *Movimento* trate dos partidos clandestinos, do que são, do que pensam e se propõem e de "quais são seus problemas internos", entrevistando "dirigentes, militantes e também dissidentes". Mas, quando *Movimento* tenta fazer isso, o misivista se insurge e acusa-o de "cobertura unilateral e irresponsável", onde se destaca o tom anti-PC do B, manifestado claramente na maneira em que edita questões

relativas ao prolapado processo de luta interna dentro desse partido". Bernardes aparentemente não é, pois, contra a publicação de matérias referentes ao PC do B, mas sim contra a maneira como essas matérias foram editadas. Como exemplo máximo cita o destaque dado à carta de Rachel Pomar, "a principal peça da seção de cartas, toda em negrito".

Convenhamos que comparar o "destaque" dado à carta de Rachel com aquele dado à entrevista do Amazonas não é muito convincente. No caso, talvez, quem devesse protestar fosse ela.

Se *Movimento* deve ser um jornal de frente — como teoricamente defende Bernardes, ele não pode se negar a dar suas páginas a diferentes apreciações em torno de tal ou qual assunto. Entretanto, se em teoria Bernardes é contra tendências no jornal, parece que na prática ele gostaria que sua própria tendência fosse privilegiada. Ataca *Movimento* justamente por ser de frente: pode tratar de todas as tendências, menos da dele...

Para sensibilizar os diversos críticos de *Movimento*, mesmo que sejam tão opostos quanto David Capistrano Jr. e Pedro P. Neto, Bernardes faz acusações levianas sobre atividades de "dissidências" do PC do B que está no dever de provar. Mais ainda: tem o dever indeclinável de demonstrar que sou um "dissidente público". Estar de acordo com os termos da carta de Pedro Pomar, como estou, não autoriza ninguém a chamar-me de "dissidente", e

muito menos público. Mesmo porque, ao nível em que as coisas se encontram bem poderiam ser chamados de "dissidentes" aqueles que discordam da carta de Pomar... Por fim, seria útil que Bernardes, com toda a sua clareza, impedisse alguns dos desvios de que acusa o jornal, escrevendo e contribuindo para uma apreciação correta da realidade e dos acontecimentos.

Wladimir Pomar

3. Esclarecendo as críticas

Nós, da sucursal de Minas, ficamos surpreendidos com a edição dada ao artigo de Luiz Bernardes em *Movimento*, uma forma de editar que, aliada aos cortes que foram feitos, pode induzir, objetivamente, os leitores a terem uma visão deformada do conteúdo do artigo com o qual concordamos no essencial. Sentimo-nos na obrigação de esclarecer aos leitores o seguinte:

Estranhamos também o fato do artigo não ter sido publicado na íntegra, pois saiu cheio de espaços em branco e com farta ilustração, demonstrando que era possível manter as 3 laudas e meia retiradas. Como houve cortes em aproximadamente 35 lugares diferentes e vários não são importantes, ficaria praticamente impossível repor todos eles. Mas gostaríamos de repor pelo menos alguns que prejudicaram o entendimento do artigo:

A) O corte das notas explicativas deixou imprecisos os limites da matéria e subtraiu informações importantes. São a explicação de que ao criticar a linha editorial falou-se da linha que ao longo deste um ano e meio se delineou como "dominante". O jornal não teve uma conduta única e reta no sentido criticado, mas foi um processo cheio de altos e baixos e que, ao lado da linha dominante, vamos encontrar no jornal opiniões e coberturas, mesmo que em plano secundário, com sentido diferente do criticado.

— O corte da informação de que os fatores que levaram à queda de vendas são vários, tanto internos quanto externos, prejudica também sua compreensão pois a matéria trata apenas da razão essencial.

— Ao criticar a insólita tese de que não é possível existir uma im-

prensa popular de grande tiragem debaixo deste regime, era citado o fato de que o *Pasquim* chegou a vender mais de 200 mil exemplares semanais, o *Opinião*, antes da censura prévia, chegou a vender em torno de 40 mil exemplares, o "Ex", no momento do seu fechamento, por causa da censura, chegou a vender mais de 40 mil exemplares e, atualmente, o recém-surgido *Tribuna da Luta Operária*, com menos de 1 décimo dos recursos de *Movimento*, vende mais de 20 mil exemplares por edição. Ao falar da crise e da perda de prestígio de *Movimento*, mostrou-se que as vendas começaram a crescer antes do fim da censura. Logo após se elevaram até atingir, em outubro de 78, seus maiores picos (17 mil em outubro e 18.500 em novembro). Entram a partir daí em declínio permanente até atingir o seu nível atual, em torno de 8 mil leitores. O déficit acumulado apenas de janeiro a maio deste ano atinge a cifra de Cr\$ 1.214.000,00.

B) O corte de trechos truncou determinados raciocínios ou fez com que parecessem gratuitos. Para melhor entendimento do leitor, os cortes efetuados serão colocados entre parêntesis e grafados.

— Foi retirado da linha de explicação sobre a queda em bancas e portanto de prestígio do jornal um de seus componentes. Essa linha de explicação, oposta à nossa, dizia que a queda em bancas deveria ser buscada também ("no baixo nível de consciência do povo em geral e dos que nos deixaram de comprar").

— No parágrafo que fala da Frente Nacional de Redemocratização, o corte tornou o raciocínio mecânico. Dizia o Bernardes que as vendas rapidamente alcançam

seus maiores picos não apenas por se estar combatendo com justiça as correntes sectárias mas principalmente (por estar cobrindo os fatos mais importantes do momento numa respectiva editorial no geral justa).

— Nos dois parágrafos seguintes, o corte dos exemplos dados sobre a cobertura da FNR tornou a crítica gratuita. Dizia o artigo que aprofundar essa cobertura de uma ótica popular não era difícil. (que se poderia debater a questão da FNR baseado em nossa própria experiência histórica — a A.N.L. em 35 — ou de outros povos como a F.N.L. no Vietnã, as frentes antifascistas na Europa ou a experiência da Unidade Popular no Chile).

— No parágrafo seguinte não foi dito que "neste período *Movimento* é o único jornal que admite a existência de fatores de desagregação do regime", mas sim que esse é o único período em que *Movimento* admite a existência destes fatores. E ao afirmar que *Movimento* nesse período desconhece fatos importantes para a oposição popular, como foi o caso do processo eleitoral, foi dito que (até jornais da grande burguesia, como a *Folha de S. Paulo*, abriram espaços especiais para cobrir os candidatos populares. O jornal não cobre alegando "falta de espaço", como se espaço não dependesse de uma opção ao nível da política editorial).

— No primeiro parágrafo que fala sobre a cobertura dos partidos clandestinos, gostaríamos de dizer também que as "aspas" retiradas da frase final juntamente com o corte que se seguiu, coloca na boca do autor algo que ele não disse. O sentido correto da frase é o seguinte: ...É o que se extrai da maneira em que edita documentos da guerrilha do Araguaia e o fato de, pelas mãos do seu principal editor, publicar a carta de Raquel Pomar "como a principal peça da seção de cartas, toda em negrito, com duas fotos" parecendo "querer corroborar com o teor desta carta", (como reclama o leitor Pedro P. Neto por achar, justamente, que isto significa claramente que o jornal, objetivamente, tomava partido de forma indevida e unilateral em questões internas do PC do B).

E, finalmente, ao considerar que a direção de *Movimento* — ponto 4º do artigo — não avança para tornar o jornal capaz de influir mais amplamente além dos tradicionais "clubes dos 500". O artigo sugeria (um jornal com opinião marcada, de debate das questões do movimento popular, mas de reportagens, de textos claros, porém curtos e simples, de letras grandes).

Sucursal de Minas

SNI

OS «LIMITES ÉTICOS» DE MEDEIROS

Ex-presos políticos mineiros fazem correções à reportagem de Veja

No nº 610 de 14 de maio de 1980, a revista *Veja* publica extensa reportagem sobre o general Octávio Medeiros, atual chefe do Serviço Nacional de Informações — SNI — e “a face dura do governo”, segundo o título do artigo.

Ficamos surpreendidos com alguns pontos do artigo, fundamentalmente com o que trata do empenho do general em se manter dentro de “limites éticos” quando iniciava sua ascensão nos órgãos da repressão direta da ditadura. Frases soltas de ex-presos são citadas como testemunho deste empenho do general em não se confundir com vulgares torturadores.

Nossa surpresa tem razão de ser. Somos ex-presos, exbanidos, vítimas do general Medeiros e queremos dar nosso testemunho, pois julgamos necessárias algumas correções a fazer.

“Setores radicais da oposição também preferem não falar de Medeiros, embora sigam vendendo a teoria de que o SNI é a ponta da pirâmide que começa nos porões onde torturadores espereitam a abertura. Em 1969, quando comandava o CPOR, em Belo Horizonte, o coronel Octávio Medeiros esteve no centro do combate ao terrorismo, mas sempre soube onde ficavam os limites da guerra à subversão” diz o artigo. Estranhos “limites éticos” que não permitem bater em mulheres, mas sim em homens.

Lembramos ao leitor que freqüentemente não é o SNI a ponta da pirâmide, mas a presidência da República, sendo o SNI apenas o escalão anterior. Entretanto, no caso, não nos interessa determo-nos demasiado neste aspecto do programa, queremos ir às bases desta pirâmide, ou melhor, aos “porões” com os quais, a julgar pelo artigo, o general Medeiros nunca teve qualquer relação, pois teria preferido iniciar sua ascensão em um escalão um pouco mais acima.

O general Medeiros esteve de fato encarregado de inquérito policial-militar instaurado em 1969 contra militantes ou suspeitos de militância nos Comandos de Libertação Nacional (Colina), uma das inúmeras pequenas organizações de resistência armada nos anos de maior terror da ditadura militar. Grande parte dos implicados neste inquérito foi preso em janeiro de 1969. Estas prisões foram efetuadas fundamentalmente por elementos do DOPS e da Delegacia de Furtos e Roubos de Belo Horizonte. O período de incomunicabilidade total durou de 3 a 4 meses e os interrogatórios foram efetuados na Delegacia de Furtos e Roubos, o que já constituía

um fato estranho, pois éramos presos políticos. Empregou-se intensamente a tortura, a ponto de assassinar o companheiro João Lucas Alves. Estes fatos foram denunciados pelas vítimas em um documento que ficou conhecido como “Documento de Linhares”.

É certo que o então coronel Medeiros não esteve pessoalmente presente às sessões de tortura, como é igualmente certo que estas eram de seu conhecimento e contavam com a sua permissão, pois freqüentemente encontrava-se presente um oficial do Exército. Somente depois deste período de utilização exaustiva da tortura é que o inquérito passou oficialmente à responsabilidade do Exército, e do coronel Medeiros pessoalmente.

Pensava assim ter começado bem o coronel, de um lado oferecendo as informações obtidas sob tortura e de outro não tendo de responder pelo trabalho dos “porões”. Talvez o coronel já tivesse em vista a ponta da pirâmide. Entretanto nem tudo saíra como ele previra e, oficialmente responsável, ordena o espancamento de Jorge Raimundo Nahas, no 12º R.I. em Belo Horizonte.

Quanto a tratar bem a parentes de presos e assegurar a ligação ou permitir a visita, ora, seria inútil o mau trato a familiares de presos, e o coronel sabia disto. Ao contrário, seria muito interessante o coronel passar uma imagem favorável às pessoas estranhas ao inquérito. Quanto às visitas, lembramos apenas que era ele, o coronel, o responsável pelo inquérito, o único que poderia permitir ou assegurar — como queria — a ligação entre os presos e o mundo exterior.

Queremos deixar claro, no entanto, que nas nossas passagens por diversos quartéis do Exército, como prisioneiros, pudemos conhecer oficiais cuja conduta ética e humana merecem a nossa maior consideração.

Este é o testemunho que queríamos dar, não para julgar o coronel, perdão, o general Octávio Aguiar de Medeiros, pois isto não nos cabe e nem ao articulista da revista *Veja*. Esta tarefa pertence ao nosso povo explorado e oprimido, que há mais de um década luta contra os coronéis e generais do poder.

Jorge Raimundo Nahas, Carmela Pezzuti, Nilo Sérgio Menezes de Macedo, Murilo Pinto da Silva, Irani Campos e Maurício Vieira de Paiva.

Belo Horizonte, MG



NESTLÉ

AMERICANOS AUTORIZAM EMBALAGENS DE PVC

Em complementação à minha carta de 7 de fevereiro de 1980, a propósito de artigo publicado previamente, atacando a Companhia de Alimentos Nestlé, (“Nestlé, a fome em lata”, Movimento nº 239), devo oferecer-lhe uma comprovação de minha afirmativa a respeito do fato do Sr. Roldão de Oliveira estar transcrevendo uma mensagem em linguagem pouco científica.

A respeito da alegativa de que “o vasilhame usado pela Minalba, PVC rígido, é produto altamente tóxico, condenado pela Food and Drug Administration (FDA) dos Estados Unidos”, consulte a própria FDA que me enviou como resposta a carta que lhe anexo. Pode ser verificado em tal missiva que o PVC não só é autorizado pela FDA, como se emprega no engarrafamento de águas nos Estados Unidos. Há restrições ao seu uso com bebidas alcoólicas, que não corresponde ao caso em questão.

Jose Cal-Vidal
Lavras, MG
Caro Sr. Cal-Vidal

Tenho sua carta de 25/02/80, endereçada ao Sr. Eugene T. Mc Garrehan, pedindo informações sobre a “situação atual da ação do FDA com respeito ao PVC”.

Anexo vai uma cópia de uma proposição de regulamentação que apareceu no Registro Federal a 3/09/1975. Quero enfatizar que esta proposição não foi finalizada. Atualmente ela está sendo considerada, mas não sei quando ou como ela será finalizada.

Atualmente, nos Estados Unidos, com uma única exceção, alimentos que incluem água devem ser embalados em frascos, caixas e containers de polyvinyl chloride (PVC). A única exceção é para bebidas alcoólicas. Elas não devem ser embaladas em containers de PVC.

Esta proposta permite o uso contínuo de PVC polyners na embalagem de alimentos onde o potencial

para migração de vinyl chloride é diminuído para o índice onde se supõe que ele não se torne um componente de alimento.

Estudos estão sendo realizados pela Ethyl Corporation para demonstrar que o vinyl chloride monomer content de resina de PVC pode ser reduzido ao nível de 1-5 ppb, e que em níveis extremamente baixos o polyvinyl chloride plastificado provavelmente não migra para o alimento.

Você indicou que as embalagens de água de PVC estão sendo consideradas. Se as embalagens de água de PVC que estão sendo consideradas são do tipo retomável, a quantidade de vinylchloride monomer (VCM) necessária para a migração diminuirá com o uso contínuo. Quer seja de uso retomável ou descartável, recomenda-se que as embalagens sejam fabricadas para atingir índices extremamente baixos de VCM.
Rees B. Davis, Ph. D.
Washington, EUA

JOÃO PAULO II

O TRUCULENTO MARCINKUS

A nota dissonante na visita de Sua Santidade o Papa João Paulo II ao Brasil foram os excessos cometidos pelo dispositivo de segurança nas metrópoles visitadas.

Não faltou aquele truculento monsenhor Marcinkus, o agente dos banqueiros yankees, conseqüentemente delegado da CIA junto ao Vaticano, como também não poderia faltar esse ridículo Maluf, “filho de batricio”, único responsável pelo fracasso das festividades de Aparecida do Norte.

Gabriel Lopez
Cuiabá, MT

CARTA DE CASCAVEL

AGRÔNOMOS DO PARANÁ QUEREM NOVO MODELO

Reunidos em Cascavel (Paraná), no III Encontro Estadual de Agronomia, cerca de 450 agrônomos e estudantes de agronomia aprovaram a seguinte “Carta de Cascavel”:

“A situação da agricultura brasileira caracteriza-se, no atual estágio, pela dicotomia existente entre a acumulação de terra e capital de um lado, e do outro pelas atuais condições de intolerável pobreza e qualidade de vida dos trabalhadores rurais, pequenos e médios produtores, que se vêem exploradas até a exaustão.

Esta situação decorre das contradições do modelo agrícola que nos é imposto gerando com isto insatisfações no plano político e social.

É sabido de todos que ano a ano amplia-se a crise do setor agrário, com sérios e graves prejuízos à economia nacional perfeitamente demonstrados seja pelas sucessivas e vergonhosas importações de produtos agrícolas, como feijão, milho, trigo, cebola, alho, arroz, e leite em pó, que obrigatoriamente haveríamos de produzir, ou pelo crescente déficit da nossa balança comercial.

Ressalta-se ainda o fato de que os efeitos da crise da agricultura extrapolam-se às próprias fronteiras agrícolas refletindo-se nitidamente nos grandes centros urbanos pelo crescimento geométrico das favelas ou índices cada vez maiores de violência e prostituição, parâmetros sem precedentes na história do país.

Por outro lado, se faz necessário reafirmar que a nação ultrajada assiste o ingresso desordenado de capitais estrangeiros, que para assegurar a sua imediata reprodução inescrupulosamente não vacilam em violentar não somente o homem, como também o seu próprio habitat, conforme denunciam os movimentos ecológicos.

Esta situação, decorrente do modelo econômico-agrícola vigente, colocam o exercício da profissão de engenheiro agrônomo a reboque de uma orientação agrícola que fere os verdadeiros interesses do povo brasileiro. Assim, disvirtua-se o exercício profissional e avilta-se o papel social do engenheiro agrônomo. Este aviltamento estende-se às universidades, onde o ensino da agronomia sofre, além da crise geral do ensino superior, as distorções de se converter no veículo de difusão de uma tecnologia e dos princípios do modelo agrícola multinacionalizado, este aviltamento estende-se às instituições de pesquisas cujas propriedades são ditadas pelo modelo. Esse mesmo modelo estende-se também à extensão rural e Assistência Técnica, onde os engenheiros agrônomos se convertem em meros difusores da tecnologia alienígena em que se baseia o modelo agrícola atual.

A classe agrônômica assim como todo o povo tem consciência de que este quadro dramático resulta da vigência de um regime autoritário, que impediu que o povo participasse da formulação dos seus destinos. Hoje se reconhece que este regime foi necessário para a implantação do modelo antinacional que infelicitou a Nação. Reconhece-se também a necessidade imediata da reformulação do modelo econômico vigente através da livre escolha dos destinos nacionais pelo povo brasileiro. Isto significa a restauração plena dos direitos e liberdades democráticas do país.

Desse modo, os engenheiros agrônomos paranaenses reunidos em seu III Encontro Estadual:

1) reafirmam as posições assumidas pela classe agrônômica nacional no XI Congresso Brasileiro de Agronomia;

2) reclamam a imediata restauração do regime democrático, em sua plenitude, como único meio de recolocar nas mãos do povo a definição dos seus destinos e superar a profunda crise que abala a Nação, condição indispensável para recolocar a agricultura a serviço da Nação;

3) mais uma vez, exigem a implantação imediata e plena da reforma agrária, e alertam para as graves conseqüências da sua proteção.

CHOQUE DE TRÊS POSIÇÕES NO ENTOES

Esta carta tem o objetivo de levantar algumas questões sobre o artigo "Avançar sem desânimos", de Antonio C. Ferreira, publicado em Movimento nº 260.

A estreiteza na organização do Encontro dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical, de São Paulo, deve-se exclusivamente ao sectarismo da comissão organizadora? Uma rápida retrospectiva das propostas sindicais que deram origem à articulação que veio se autodenominar Oposição Sindical Brasileira — OSB — nos mostraria que não. (Aqui se fala de Oposição Sindical enquanto organização de uma corrente sindical e não de inúmeros ativistas sindicais que se organizam para a luta pela tomada das direções sindicais controladas por pelegos, mas que não têm uma relação orgânica com a corrente sindical de que tratamos no texto). A oposição sindical nasceu impregnada pela proposta do sindicalismo paralelo. Tendo como objetivo a construção de um sindicalismo de massas, democrático, autônomo, independente, levantou como bandeira a luta contra a atual estrutura sindical. Com essa proposta a Oposição Sindical acabou passando por cima dos diferentes níveis de organização e mobilização dos trabalhadores e de suas reivindicações concretas. Contentou-se em contrapor ao movimento existente uma proposta de organização sindical, em lugar de atuar para modificar a situação presente. Sua prática se caracterizou, quase sempre, por um trabalho fechado, conspirativo, contraditório com a ação aberta, de massas. Seus resultados foram o afastamento da atividade sindical concreta, da organização no sindicato, o desprezo pelo sindicato, bem refletido na baixa sindicalização de suas bases. É esse resultado que nos permite situar sua prática como de paralelismo sindical.

Nos últimos 3 anos o avanço e a ampliação do movimento sindical, no Brasil, com os movimentos grevistas, por melhores salários e condições de trabalho, tendo à frente o sindicato de São Bernardo e Diadema, abriu um campo real para se desenvolver a luta pela liberdade sindical, e pôs na ordem do dia a discussão sobre os caminhos a seguir. Sobre esta questão, alguns idealizadores da Oposição Sindical costumam atribuir o desenvolvimento do movimento sindical no ABC à influência da OS no movimento operário paulista. É um equívoco.

O sindicalismo de São Bernardo sempre se diferenciou da prática sindical proposta pela OS — pela mobilização dos trabalhadores em torno a suas reivindicações concretas, pelo fortalecimento do sindicato enquanto instrumento de representação dos trabalhadores, assegurando essa representatividade, exatamente pela capacidade do sindicato em mobilizar cada vez mais trabalhadores em torno a suas reivindicações. Esta constitui a mais avançada prática sindical, no país, a que mais influenciou e contribuiu para o desenvolvimento das lutas dos trabalhadores nos últimos 3 anos. E não é por outra razão que um número crescente de ativistas sindicais tem em São Bernardo uma prática a ser generalizada para o conjunto do movimento sindical. A diferença entre o sindicalismo combativo e a Oposição Sindical, no encaminhamento da luta contra a atual estrutura sindical é que para o primeiro essa luta passa pela atual estrutura sindical — ocupando seu espaço, ampliando seus limites, pela mobilização dos trabalhadores, na luta por melhores salários, melhores condições de trabalho. Para a OS essa luta passa por um movimento fora do sindicato, que pretende organizar os trabalhadores através do discurso geral contra a estrutura sindical, da denúncia dos limites do sindicalismo atrelado e pelego, justificando sua abstenção da luta concreta pela necessidade da ampliação da organização de base.

O sindicalismo combativo influenciou setores da OS e obrigou-os a reconhecer a necessidade de participação no sindicato e, conseqüentemente, na estrutura sindical como ela existe. Esta nova formulação conserva ainda muita ambigüidade.

Não é por acaso que São Bernardo, embora desenvolvendo na prática aquilo que a OS prega como seu objetivo — a luta pela liber-



dade sindical — ao mobilizar milhares de trabalhadores na luta pelo fortalecimento e pela ampliação da representação sindical (delegado sindical, estabilidade, livre acesso da diretoria às fábricas, etc.), mereceu por parte de setores da OS, há bem pouco tempo, apenas críticas e desconfianças, resumidas em pensamentos como estes: "Lula é muito centralizador", "não se estimula a organização por fábricas", "Lula valoriza o aparelho sindical e a figura do dirigente". Hoje, posto fora do sindicato, pelo governo, Lula e o sindicalismo de São Bernardo são erigidos a exemplo máximo, acolhidos de braços abertos pela OS. Um sintoma de que as velhas idéias continuam vivas sob novo discurso?

Resumidamente, poderíamos definir 3 correntes dentro da OS decorrentes do processo de ampliação do movimento sindical no país:

1 — Uma corrente que condena o sindicalismo paralelo propondo a participação nas lutas sindicais e a organização de uma corrente sindical nacional que aglutine a oposição sindical e os sindicalistas combativos. O Encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical (ENTOES) seria um primeiro passo nessa direção. Defendem como resultado deste processo de organização nacional a formação de uma Central Unitária dos Trabalhadores que expresse os interesses e concepções desta corrente sindical (dentro das forças que participam do ENTOES, se encontram desde oposições conjunturais, isto é, ativistas cujos

objetivos são a tomada de direções sindicais, até setores que defendem um projeto social autogestionário).

2 — Uma corrente que defende abertamente o sindicalismo paralelo, propondo, desde já, a divisão do sindicalismo brasileiro pela criação de "entidades livres".

3 — setores que vêm na OS apenas mais uma frente para a mobilização dos trabalhadores e não o ponto de referência para a organização de uma corrente sindical.

O que aconteceu no Encontro de São Paulo não é, portanto, apenas um ato de sectarismo, mas o resultado do choque de posições dentro da OS, onde as correntes que se alinham às propostas originais de construir uma estrutura à parte, "livre", como dizem, buscaram assegurar suas posições. A ausência de sindicalistas, ali, é o resultado coerente de suas posições. Por isso mesmo é descabida a censura feita, pelo autor do artigo, aos organizadores do encontro por não terem convidado Lula, Jacó Bitar e David de Moraes que, segundo ele, "...deveriam estar encabeçando, em São Paulo, a luta contra a atual legislação sindical". Aqui vale uma correção. Esta liderança pertence a estes sindicalistas. Não lhes é dada pela participação em encontros como este, e sim pela condução concreta que dão a esta luta.

M. Abreu
Capital, SP

A MULHER É PERFEITAMENTE DISPENSÁVEL

Desejo completar a crítica feita por Maurício Segal (Movimento nº 261) à escolha de prioridades nos artigos culturais de Movimento, não só discordando da escolha do filme analisado por Heleith Saffioti em Movimento nº 256 — Kramer x Kramer —, mas também do conteúdo da análise.

No que se refere à abordagem sociológica da vida do homem e da mulher no Brasil a avaliação de Heleith é correta, mas a escolha do filme Kramer x Kramer como ilustrador dos papéis estratificados que exercem na divisão sexual do trabalho é totalmente incorreta.

Kramer x Kramer é um filme machista por excelência. Ele não só aborda o relacionamento entre homem e mulher do ponto de vista masculino, como faz a maioria dos filmes, como deixa explícito que a mulher é perfeitamente dispensável para o crescimento do homem, para a superação da contradição entre sua vida pública e sua vida doméstica, a não ser como reprodutora, porque é só nesse papel que aparece, no filme, a necessidade da mulher. Afinal, como ele poderia sentir a alegria de viver com um filho se a mulher não o tivesse gerado?

Procurando o lado feminino do filme, podemos achá-lo nos depoimentos de Joana no Tribunal, em que ela fala da sua vida sufocante de mãe e doméstica e do seu crescimento futuro como profissional. Mas a linguagem cinematográfica é, antes de tudo, visual. E o que se vê durante todo o filme é o relacionamento do homem com o filho, e com o trabalho. O filme se inicia no momento em que a mulher vai embora, e quando a mulher aparece é com a imagem de uma pessoa inconstante, que não sabe o que quer, pois ela, que amava demais o filho a ponto de viver frustrada enquanto mulher por cinco anos, só para ficar ao lado dele, de repente o abandona por um ano e meio. Alí aparece disposta a lutar por ele, e, assim que consegue a sua custódia, resolve abrir mão dessa conquista.

Enfim, a mensagem verdadeira do filme é a de que o homem não deve se mutilar dedicando-se integralmente à vida pública. E, coroadando essa mensagem, fica a conclusão explícita, no final do filme, de que o filho vive muito melhor emocionalmente com o pai do que com a mãe.

Maria Antonia
Capital, SP

RIACHO GRANDE/BAHIA

LAVRADORES PEDEM AJUDA

Os trabalhadores rurais de Riacho Grande, município de Casa Nova, na Bahia, estão resistindo desde 19 de junho à invasão de suas terras pela empresa Camaragibe, que quer implantar projeto de mandioca irrigada numa área de 30 mil ha, atingindo 56 famílias, num total de 350 pessoas.

A comunidade, em sua luta, solicita apoio material para poder continuar defendendo seu direito de permanecer na terra. É hora de todo trabalhador rural da região mostrar seu gesto de compromisso com esses companheiros. Toda contribuição em dinheiro ou em gêneros alimentícios deve ser encaminhada para: 1) Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Juazeiro, Ba, Rua Carmela Dutra, s/n, Juazeiro, BA; 2) Escritório da Diocese de Juazeiro, BA, Travessa Viana nº 8, Juazeiro, BA. A situação é urgente e precisa que todos colaborem logo.

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Juazeiro, Juazeiro, BA

Faça como as grandes personalidades democráticas do nosso país:

ASSINE MOVIMENTO

ASSINATURA ANUAL
Cr\$ 1.600,00 (Exterior US\$ 70)

ASSINATURA BIANUAL
Cr\$ 2.800,00 (Exterior US\$ 140)

Estou enviando o cheque nº _____ em nome de Edição S/A, Editora de Livros, Jornais e Revistas, Rua Dr. Virgílio de Carvalho Pinto, 625, São Paulo, SP, CEP 05415. Se a assinatura for feita na Europa, enviar para conta postal CCP 1778-46-S - M. Villaschi - Paris, FRANCE.

Nome _____ Idade _____
Endereço _____
Cidade _____ Estado _____ CEP _____

**CORTA
ESSA!**
apresenta

Na Feira de
Inutilidades Políticas
de Corta Essa, genial
inventor mostra até onde
vai a criatividade nacional!

As grandes invenções de Péssimus Ignotus

Inflateca

Reduza sua inflação a zero%!

Calculadora portátil, programada para controlar seu orçamento doméstico de modo a combater a inflação, mantendo-a sempre abaixo dos 100%. O sistema é relativamente simples: tudo que é atípico é excluído do índice. Assim, ficam excluídos aumentos relativos ao custo do petróleo, porque esse produto é uma coisa muito exótica que inclusive vem das Arábias. A programação exclui também os aumentos nos preços da condução, pois afinal os ônibus se movem com combustível importado. Os aumentos em vestuário estão excluídos pela razão óbvia de que roupas devem ser o mais leves e despojadas possível num país tropical — ou alguém contesta que vivemos em um país tropical?

No item alimentos, a calculadora es-

tá programada para rejeitar todos os gastos com produtos sujeitos a variações climáticas, atípicas e imprevisíveis. Os produtos como goma de mascar, dentifício, e isômeros da soja, que não dependem tanto do clima, são computados, mas caso os índices de aumentos desses produtos ultrapassem determinados coeficientes, tais aumentos são transferidos para o mês seguinte, pois, como todo mundo sabe, os isômeros de soja levam muito mais de um mês para serem digeridos, e nada mais justo que o índice desse aumento deva se espalhar por vários meses.

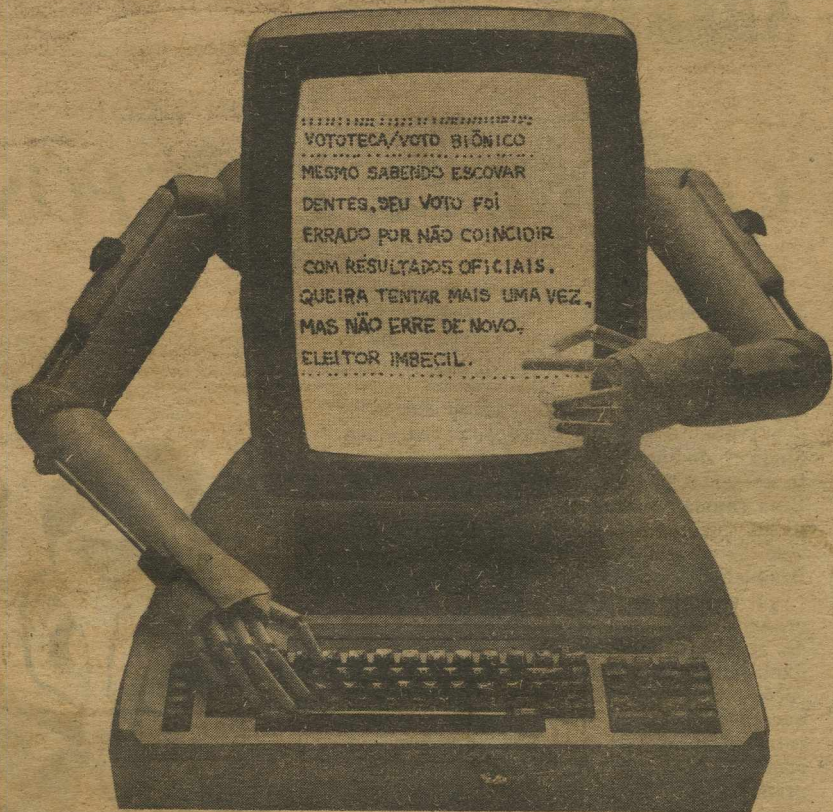
Utilizando nossa calculadora, você terá, garantidamente, uma inflação perto de zero%. O produto é garantido pelo ministério do Planejamento.

Cocasacomatic

Acaba
com a
vagabundagem
no PDS

Indispensável, aparelho de tecnologia completamente nacional, permite a aplicação em Brasília da filosofia da Frente de Trabalho que dá emprego a flagelados do Nordeste. Simula trabalho e ocupação para justificar o salário que se paga aos parlamentares ociosos do PDS. Permite aos parlamentares ficar meses a fio, evitando assim que empreguem o tempo tendo ideias. Agora que o

Executivo vem assumindo a iniciativa de propor todos os projetos antipopulares, entrequistas e repressivos, os parlamentares do PDS ficaram sem função, de modo que nosso *coçasacomatic* se tornará peça indispensável da reformulação partidária. O *coçasacomatic* vem equipado com um dispositivo eletrônico que ergue bem alto apenas nos momentos de votação de propostas do governo, em sinal de aprovação.



Votecatron II

Chega de frustrações!
Agora você vai poder votar toda semana!

Voteca II: vote que o governo garante

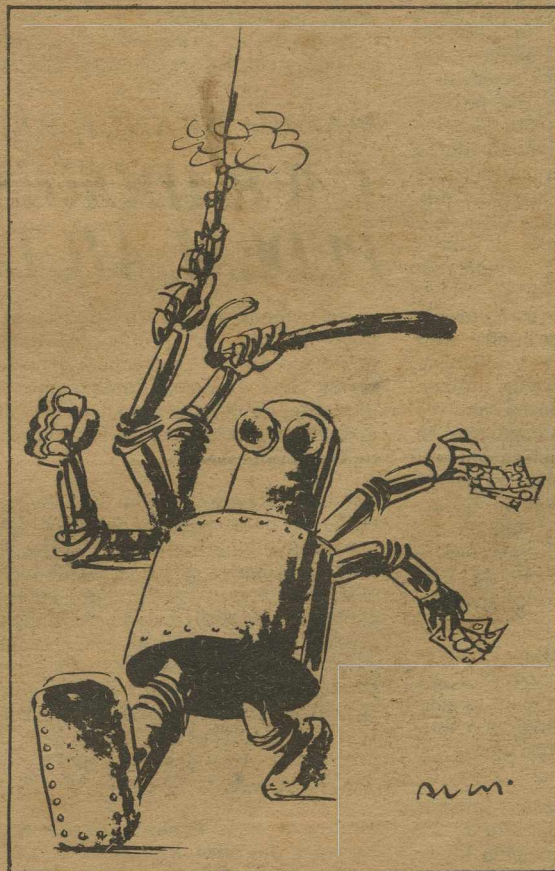
É um sensacional aperfeiçoamento da obsoleta máquina de votar inventada por um engenheiro mineiro que mereceu aplausos calorosos do ministro da Justiça Ibrahim Abi Akel, há duas semanas. Nossa *Voteca II* foi aperfeiçoada com a inclusão de mais alguns acessórios que a tornam extremamente superior à original, perfeitamente adaptada ao modelo brasileiro.

Depois que o eleitor preenche o cartão, muitas coisas agradáveis podem acontecer. Em primeiro lugar ele concorre a um cartório se sua votação coincidir com os resultados oficiais, a serem anunciados em Brasília pelo porta-voz oficial do Planalto, o sr. Alexandre Garcia. Os resultados das cinco próximas eleições já estão oficialmente registrados em atas do STE, guardadas em um cofre e lacradas, em Brasília, para evitar fraudes, pois algum eleitor poderia usar de artimanhas para descobrir o resultado antes e

assim ganhar o grande prêmio.

Eventualmente, o resultado das apurações pode não coincidir com o apurado, mas em qualquer caso o que vale é o resultado oficial, como nas eleições passadas, quando a Arena foi declarada vitoriosa pelo sr. Esmeraldo Barros, mesmo tendo menos votos que o MDB.

Caso o eleitor vote no PDS, imediatamente ganha um brinde. Esse dispositivo foi incluído na nossa *Voteca II* porque muitos eleitores estavam reclamando que políticos intermediários estavam embolsando as verbas para compra de votos. Com esse democrático aperfeiçoamento, o eleitor recebe diretamente seu suborno, sem necessidade de intermediários, caso esteja votando no PDS. Caso vote em algum dos partidos de oposição, seu título é fotografado automaticamente, sem necessidade de delatores intermediários. Produto garantido pelo ministério da Justiça e pelo Superior Tribunal Eleitoral.



Roboluf

Robot biônico
que toca piano,
anda a cavalo
e governa
sua casa!

Utilíssimo andróide biônico de uso doméstico e geral. Alimentado com pilhas comuns de dinheiro, pilhas de ações da família Lutfalla, funciona também com ações da Petromaluf. É ótimo para manter seu filho com bons dentes e sem cáries, pois ele é programado para tomar doces e pirulitos das crianças. Você também não precisa mais gastar energia castigando seu filho, quando ele fizer algo errado: basta colocar-lhe uma barba, para que ele fique barbudo, e o *malufiônico* o espanca prontamente.